



Sociologia Brasileira

Sociologia Brasileira

Nara Roberta Molla da Silva

© 2018 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente

Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação e de Educação Básica

Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico

Ana Lucia Jankovic Barduchi

Camila Cardoso Rotella

Danielly Nunes Andrade Noé

Grasiele Aparecida Lourenço

Isabel Cristina Chagas Barbin

Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

Revisão Técnica

Emiliano César de Almeida

Editorial

Camila Cardoso Rotella (Diretora)

Lidiane Cristina Vivaldini Olo (Gerente)

Elmir Carvalho da Silva (Coordenador)

Leticia Bento Pieroni (Coordenadora)

Renata Jéssica Galdino (Coordenadora)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Silva, Nara Roberta Molla da
S586s Sociologia brasileira / Nara Roberta Molla da Silva.
– Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.
200 p.

ISBN 978-85-522-1178-5

1. Sociologia brasileira. 2. Pensamento social.
3. Cátedras. I. Silva, Nara Roberta Molla da. II. Título.

CDD 301

Thamiris Mantovani CRB-8/9491

2018
Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza
CEP: 86041-100 – Londrina – PR
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br
Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

Sumário

Unidade 1 Brasil como objeto de reflexão sociológica pela primeira vez	7
Seção 1.1 - Sérgio Buarque de Holanda e o problema da personalidade	9
Seção 1.2 - Gilberto Freyre e o problema da dominação	23
Seção 1.3 - Caio Prado Jr. e o problema da desigualdade econômica entre os países	36
Unidade 2 Sistematização e institucionalização da sociologia no Brasil	49
Seção 2.1 - Costa Pinto e o CLAPCS	52
Seção 2.2 - Guerreiro Ramos e o ISEB	66
Seção 2.3 - Florestan Fernandes e a Escola Paulista	79
Unidade 3 A sociologia reavaliando as dificuldades da nação brasileira	95
Seção 3.1 - José de Souza Martins e a importância do que está à margem	98
Seção 3.2 - Luiz Werneck Vianna e a mudança pelo alto	113
Seção 3.3 - Jessé Souza e a desconstrução das explicações canônicas	127
Unidade 4 Os desafios da sociologia brasileira no século XXI	143
Seção 4.1 - A questão de raça e de classe	146
Seção 4.2 - O destaque dos intelectuais e dos artistas	163
Seção 4.3 - Democracia e autoritarismo	180

Palavras do autor

Caro aluno,

Seja bem-vindo à disciplina Sociologia Brasileira. Este livro será o seu principal material no estudo de alguns dos importantes autores que constituem o pensamento sociológico brasileiro. Como uma disciplina criada ao final do século XIX, a Sociologia preocupa-se com a análise e a compreensão dos mais diversos fenômenos sociais. Sendo assim, a Sociologia Brasileira inevitavelmente diz respeito aos fenômenos sociais relativos ao Brasil. Não se trata somente de conhecer os autores nascidos em solo nacional; trata-se também de entender como tais autores desenvolveram as teorias sociológicas originadas em outros países, buscando aplicá-las ou adequá-las ao nosso contexto, e como se dão o apontamento e a reflexão sobre os problemas tipicamente brasileiros. Estudar sociologia brasileira não só faz de você um sociólogo mais completo, com ela, você também se torna mais apto para atuar e intervir em sua própria realidade cotidiana.

É possível dizer que a disciplina Sociologia Brasileira contribui de maneira decisiva para a sua formação, ao desenvolver um conjunto de competências essenciais para a sua atuação profissional e constituição como sujeito crítico e culturalmente sensível. Em primeiro lugar, você visualizará o Brasil enquanto objeto sociológico e exercitará sua capacidade de compreensão e comparação de diferentes interpretações, sobretudo quando dizem respeito a um mesmo fenômeno – no caso, o seu próprio país. Em segundo lugar, ao tomar conhecimento dos principais debates da Sociologia feita no Brasil ao longo dos séculos XX e XXI, você mobilizará sua capacidade de análise histórica e de comparação entre períodos históricos, visando compreender o país em que se vive hoje. Finalmente, tornando-se familiarizado com problemas da sociedade brasileira, muitos deles persistentes até hoje, você será capaz de relacionar fatos e conteúdos históricos, de um lado, e aspectos do tempo presente, de outro e compor a sua própria explicação dos fenômenos sociais, única e original – como os bons sociólogos fazem.

Este livro está organizado em doze seções, divididas, por sua vez, em quatro unidades de ensino: “Brasil como objeto de reflexão sociológica

pela primeira vez”, “Sistematização e institucionalização da sociologia no Brasil”, “A sociologia reavaliando as dificuldades da nação brasileira” e “Os desafios da sociologia brasileira no século XXI”. A primeira unidade discute as primeiras obras em que o Brasil é tratado à luz de ferramentas caras à sociologia, na década de 1930 e pelos seguintes autores: Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. Aqui, você descobrirá os grandes temas que estruturam a reflexão do Brasil, visto como uma nação relativamente atrasada em busca de modernização. A segunda unidade trata da institucionalização formal da disciplina no país nos anos 1950 e 1960 e considera as contribuições de Luiz da Costa Pinto, Alberto Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes para os dilemas elencados anteriormente e também os novos debates por eles trazidos. A terceira unidade avança para os anos 1980 e 1990 e, destacando nomes como José de Souza Martins, Luiz Werneck Vianna e Jessé de Souza, contempla as reflexões sobre os grandes temas da sociologia brasileira à luz de um período mais recente. Por fim, a quarta unidade aborda um conjunto de temas importantes para o país, recorrentes nas análises dos autores vistos nas três unidades anteriores e ainda hoje presentes como desafios para os sociólogos: raça e classe, artistas e intelectuais e, enfim, democracia e autoritarismo. O livro que você tem em mãos propõe que entender o Brasil e sua sociologia significa entender uma tensão entre tradicional e moderno, passado e presente, de modo que cada autor indique uma saída para tal tensão e cada tema hoje relevante traz consigo as marcas de sua formação histórica.

Lembre-se de que o seu livro didático é somente o começo da sua inserção no universo da sociologia brasileira. Considere os recursos adicionais referidos ao longo das seções e também a leitura dos textos originais dos autores aqui citados. Com a leitura dos textos originais, você avançará ainda mais na compreensão da Sociologia Brasileira e seus autores, e no desenvolvimento das habilidades trabalhadas ao longo deste livro; também é possível que você descubra novos aspectos e expanda seu raciocínio crítico e sua capacidade de refletir sobre e solucionar problemas no mundo em que vive. Não se esqueça de que há outros autores interessantes e outros temas relevantes para o nosso país e a nossa sociologia, cuja discussão o presente livro não tem como abarcar por completo. Que você tenha bons estudos e possa ver o Brasil com outros olhos quando chegar à última página.

Brasil como objeto de reflexão sociológica pela primeira vez

Convite ao estudo

Caro aluno,

Como uma introdução à sociologia brasileira, a unidade inaugural do seu livro apresenta os primeiros esforços em analisar o Brasil sociologicamente. Em outras palavras, nas páginas a seguir, você será apresentado a três autores que viveram em um Brasil onde a sociologia ainda não existia formalmente como disciplina: Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. No entanto, foi por meio do pensamento de cada um deles, desenvolvido sobretudo na década de 1930, que a sociologia pôde de fato florescer em nosso país, algumas décadas depois. Foram eles que possibilitaram que você pudesse escolher o curso de Sociologia e esteja iniciando os estudos nesta disciplina.

Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. compartilharam de uma mesma inquietação: compreender a formação do Brasil como nação e entender os seus limites e problemas. Inevitavelmente, a reflexão sobre os limites e problemas levava-os a considerar algumas soluções. Seria possível que o Brasil se tornasse um dos grandes países modernos do mundo? Os autores viviam em um período de profundas transformações sociais, no qual todo o mundo estava em ebulição e, ainda, lidava com as consequências de uma grande crise financeira (a crise de 1929); o Brasil, em específico, entrava em uma nova etapa econômica e política que o mudaria para sempre. Ao longo da primeira unidade, será visto como cada autor citado avalia tal contexto e caracteriza o

Brasil e um possível caminho para a mudança: Sérgio Buarque de Holanda fala do profundo traço de personalidade presente no país e propõe uma revolução silenciosa (Seção 1.1); Gilberto Freyre considera a força do patriarcalismo e as armadilhas que este impõe à mudança (Seção 1.2); Caio Prado Jr. salienta os aspectos de dependência de outros países que ainda atingem o país e a importância de constituir um Brasil verdadeiramente nacional (Seção 1.3).

Para que você possa visualizar melhor o empreendimento dos autores em questão, é pertinente um exercício: imagine que você foi contratada ou contratado para executar o planejamento de uma empresa com grande potencial e que deseja fazer parte da rede de grandes empresas de sucesso do mundo. Para planejar sua modernização, você inevitavelmente terá que fazer uma avaliação dos seus problemas. Analogamente, esta era a situação dos autores brasileiros em questão na década de 1930. A empresa deles era, no caso, o próprio Brasil. Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. apresentam diagnósticos e prognósticos distintos na medida em que destacam aspectos diversos do Brasil de 1930 e, ainda, conduzem as respectivas análises por meio de paradigmas distintos. Em síntese, nesta unidade, você vai aprender como cada autor mencionado faz sua avaliação e as principais dificuldades e desafios que apontam para o nosso país. Quando se trata de uma grande empresa, quais problemas eventualmente vêm à sua cabeça? Como você imagina as relações hierárquicas dentro de uma empresa? Como imagina as relações com outras grandes empresas?

Ao final da unidade, espera-se que você tenha domínio das bases do pensamento sociológico brasileiro, sintetizadas nas principais propostas dos três autores citados. Por meio da percepção do contexto histórico brasileiro na década de 1930, você deverá demonstrar compreensão das chamadas questões nacionais, na medida em que elas estruturam as principais explicações da sociedade brasileira, reaparecendo em outros autores ao longo dos séculos XX e XXI – conforme você verá nas próximas unidades.

Seção 1.1

Sérgio Buarque de Holanda e o problema da personalidade

Diálogo aberto

Nesta primeira seção, você conhecerá a interpretação de Sérgio Buarque de Holanda sobre o Brasil. O objetivo é apresentar uma das primeiras análises do nosso país inspirada em paradigmas caros à sociologia. Com o estudo das ideias de Sérgio Buarque de Holanda, você entenderá as indagações que motivaram a formação da sociologia enquanto disciplina no Brasil – sobretudo, quando compará-lo a outros autores do mesmo período e dos períodos posteriores. Em outras palavras, Sérgio Buarque de Holanda é um dos intelectuais que nos apresenta as chamadas questões nacionais – isto é, ele aponta dilemas profundos e constantes a marcarem a trajetória e o possível futuro do país. Quando delineiam quais são as questões nacionais, os autores inevitavelmente falam de aspectos centrais da vida social, econômica e política do país e, com base neles, indicam uma explicação e uma alternativa para os problemas existentes, direta ou indiretamente. Sérgio Buarque de Holanda nasceu em São Paulo, em 1902, mas mudou-se para o Rio de Janeiro em 1921, com uma breve passagem pelo Espírito Santo. A partir de então, ele estabelece um trânsito entre as duas cidades, participando ativamente do cenário intelectual e artístico do país. Como outros intelectuais e artistas brasileiros do período, Sérgio Buarque de Holanda reconhece então uma tensão entre atraso e modernidade no seio do Brasil. Conforme será visto páginas a seguir, a peculiaridade de Sérgio Buarque de Holanda foi construir uma análise do binômio atraso-moderno por meio de ideias inspiradas por seu período na Alemanha, durante o final da década de 1920 e início da década de 1930. A obra-chave trabalhada nesta seção chama-se *Raízes do Brasil* e foi publicada em 1936, com a volta do autor para o Brasil.

Novamente, imagine que você foi contratado para executar o planejamento de uma empresa, cujo anseio principal é se modernizar e fazer parte da rede de grandes empresas de sucesso do mundo.

Para a tarefa, convém fazer uma avaliação de sua fundação, seu inventário, sua estrutura e seu pessoal. Sem dúvida, para planejar a modernização, você terá que fazer uma avaliação dos inúmeros problemas da empresa. Visualize um ambiente de trabalho profissional e suponha que ali existe uma forte personalidade. Ao invés de regras claras, tudo é feito na base do favor e da amizade. Você consegue derivar algum problema de uma grande empresa a funcionar de tal maneira? É possível dizer que a ausência de regras claras causa algum impacto negativo no progresso da companhia? Como explicar suas conclusões no relatório de planejamento encomendado e, se for o caso, como propor uma saída para a empresa se tornar moderna?

Para compreender e explicar a importância das relações desenvolvidas no ambiente de trabalho, você deverá traçar uma conexão entre a cultura da empresa, gestada por meio das relações citadas, e os resultados por ela alcançados. Tal qual fez Sérgio Buarque de Holanda ao articular as chamadas estruturas de personalidade com as estruturas de sociedade ao falar do Brasil, é preciso uma boa dose de história, com o objetivo de desvendar a origem daquelas relações que você vê, e fazer uma melhor caracterização das mesmas. O que explicaria a existência de certas práticas e certas condutas que variam de sociedade para sociedade? Buarque de Holanda traz conceitos específicos para entender o modo de ser brasileiro e, com base neles, indica caminhos para superar o atraso e fortalecer o moderno.

Não pode faltar

Caracterização da década de 1930: como era o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda?

É possível dizer que existe um Brasil antes de 1930 e um depois. À época, o país foi palco de transformações profundas no campo econômico, social, político e cultural. Evidentemente, tais transformações não aconteceram do dia para a noite; elas foram gestadas nas décadas anteriores, sobretudo ao longo da década de 1920, até tornarem-se evidentes aos olhos de todos.

Esquemáticamente, pode-se dizer que o motor das transformações profundas pelas quais passou o Brasil em que

vivia Sérgio Buarque de Holanda, se encontra na passagem de uma economia fundamentada na exportação do café para uma economia fundamentada na produção fabril interna – ou seja, busca-se a transição de um modelo de agricultura voltada para o mercado externo para um modelo de industrialização voltada para o mercado interno. O café era, há décadas, o principal produto econômico brasileiro, de modo que uma poderosa elite de fazendeiros se constituiu sobretudo nos Estados de São Paulo e Minas Gerais e dominava toda a política nacional. Sendo assim, durante toda a chamada Primeira República (1889-1930), o Estado brasileiro promovia medidas que resguardavam os interesses dos cafeicultores, como diversos planos de valorização e defesa do café (sobretudo entre 1924 e 1926) – valendo-se, inclusive, de expedientes autoritários quando conveniente, como a instituição de leis autorizando a deportação de estrangeiros que atrapalhassem a ordem pública (em 1921) e a punição de jornalistas ou figuras públicas que criticassem o governo (em 1923).

Ainda que houvesse o domínio do café na economia e na política, a produção de outros bens não deixou de prosperar, sobretudo em São Paulo – então o centro do país. O Brasil também produzia bastante algodão e mesmo o próprio café, como ramo da economia, requeria que se produzisse um conjunto de outros bens para garantir a emissão de boas safras para o exterior – maquinário, ferrovias, entre outros. Inevitavelmente, o Brasil acabou por desenvolver uma produção industrial e, com ela, um empresariado e uma massa de trabalhadores (tanto migrantes, de outros Estados do país, quanto imigrantes, de outros países da Europa e da Ásia). Medidas que resguardavam unicamente os interesses dos cafeicultores estavam cada vez menos em sintonia com o cenário mais amplo da época. Some-se, ainda, o fato de que países avançados da Europa e os Estados Unidos passavam por uma Segunda Revolução Industrial por meio da implantação do chamado modelo fordista de produção e da expansão da eletricidade, do rádio, do telefone e do cinema. Para tais países, era importante encontrar condições para abrir filiais e mesmo um mercado consumidor nos países periféricos.

Como centros da economia e da política nacional, as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro haviam de refletir a influência da eletricidade, rádio, telefone e cinema nas artes, na urbanização e nos costumes – conforme se passava no resto do mundo. O

modernismo, enquanto um destacado movimento cultural da época, pregava a importância de redescobrir o Brasil e desfazer-se de um nacionalismo que se atrelava em demasia ao bucólico, rural, regional, ou caipira, sem querer conectá-los ao mundo novo que se apresentava. Decerto, nem todos os artistas e pensadores estavam de acordo com tais ideias, e um outro movimento, o integralismo, surge à época, alegando defender a integridade nacional. A contraposição que se vê na intelectualidade é semelhante àquela que se vê em outros campos: de um lado, uma oposição pedindo mudança – como trabalhadores, tenentes progressistas, setores da burguesia industrial incipiente – e, de outro, uma situação pedindo manutenção – representada fundamentalmente na oligarquia, ainda que uma parcela da nova elite urbana também clamasse por estabilidade. No fim, é interessante notar que o desfecho mais crucial das tensões – a promoção mais aberta da industrialização nacional – foi obtido por meios autoritários então tão familiares: em 1930, Getúlio Vargas conduz uma política de conciliação, centralizada no Estado e em negação das vias democráticas. Com sua visão de estadista, ele reconhece a debilidade de todos os importantes setores disputando os rumos da economia e da política; ainda, consegue capitalizar sobre o momento de grande crise mundial em 1929, com a quebra dos mercados externos, para forçar um “desenvolvimento para dentro”.

O conjunto de mudanças econômicas e institucionais iniciado em 1930 avança em 1937, com a proclamação do Estado Novo – e com Getúlio Vargas ainda à frente. Você terá a oportunidade de saber mais sobre tal conjunto de mudanças ao longo desta unidade e da unidade seguinte. Por ora, perceba que há uma íntima ligação entre velho e novo, entre elementos a representarem o atraso e outros, o moderno. Sérgio Buarque de Holanda apropria-se de uma tal dicotomia, mas ela animará outros autores brasileiros, conforme mostrado páginas atrás a ser comprovado nas seções a seguir.



Pesquise mais

Sobre o contexto da época, você pode assistir à conferência de Antônio Candido, professor emérito da USP e da UNESP, no seminário *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*, organizado pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP em 2011. Candido expõe como as cidades

de São Paulo e do Rio de Janeiro contribuíram para a formação intelectual de Sérgio Buarque de Holanda, e como o próprio autor terminou estabelecendo-se como um elo entre a produção artística e intelectual encontrada em cada uma delas.

CANDIDO, Antônio. **Um homem, duas cidades**. Univesp TV. Disponível em: <<http://univesptv.cmais.com.br/atualidade-de-sergio-buarque-de-holanda/um-homem-duas-cidades>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

A problemática de Sérgio Buarque de Holanda

Sérgio Buarque de Holanda distingue um dilema central, sobre o qual decide então se debruçar: “A democracia no Brasil sempre foi um lamentável mal-entendido” (HOLANDA, 1995, p. 160). Sabendo o contexto em que vivia o autor, você pode entender por que ele elegeu a discussão sobre a possibilidade de uma democracia no Brasil como sua problemática, e como o fio condutor de sua reflexão sobre o país. Conforme visto no item anterior, o país passava por inúmeras mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais e, entre a intelectualidade, havia um ímpeto em discutir, pensar e repensar os modelos e as formas de sociedade existentes. Cabe adicionar agora que a preocupação com as formas de governo e as chamadas ideias liberais era forte à época.

Sendo assim, Sérgio Buarque de Holanda não era o único a debater o que seria a ordem do e no Brasil, as possibilidades de progresso e, mais importante, o que significava o progresso do e para o país. Ainda, é importante que você saiba que a discussão sobre os traços da nação brasileira não era inédita. Desde o século XIX, havia autores, ainda que não propriamente sociólogos, a escrever sobre as peculiaridades do Brasil – sua organização econômica, política e geográfica, sua estratificação social, seu povo, sua cultura em geral. Cabe aqui considerar alguns exemplos. Em 1902, Euclides da Cunha publica *Os Sertões*, no qual narra a Guerra de Canudos, que teve lugar no interior da Bahia, entre 1896 e 1897. A obra não é importante somente como peça de literatura; na verdade, ao retratar o marcante acontecimento histórico, Euclides da Cunha compõe uma detalhada descrição e oferece uma análise científica das condições geográficas e populacionais de Canudos. Em 1920, Oliveira Vianna, por meio de seu *Populações Meridionais no Brasil*,

propõe que se atente ao Brasil real – e não um Brasil artificial, avaliado segundo ideias estrangeiras – quando se deseja compreender a sociedade brasileira. Sem ser um sociólogo de formação, Oliveira Vianna propõe, em toda a sua extensa obra, a necessidade de explicar o Brasil não só através por aspectos sociais, políticos e culturais; para ele, seria preciso considerar também as dimensões morfológicas do povo brasileiro e as dimensões geográficas no qual se assenta a sociedade brasileira.

Euclides da Cunha e Oliveira Vianna são autores bastante diferentes, mas o que os une – e o que se repete em outros autores com produção ativa no período em questão – é uma orientação metodológica de estilo naturalista e positivista. Em outras palavras, eles apresentam uma análise em que os aspectos relacionados à natureza e à biologia não são somente colocados em uma mera posição de destaque, contribuindo para uma caracterização mais completa do Brasil; tais aspectos são, na verdade, centrais para uma análise que se pretende social e cultural. Conseqüentemente, existiria uma determinação ou imposição do meio natural e das condições biológicas sobre o indivíduo e o povo; para eles, o relevo, o clima, a fauna, a flora, o espaço e seu uso, a raça ou a mistura de raças dizem muito sobre o Brasil e os brasileiros. Autores como Euclides da Cunha e Oliveira Vianna depreciam, em diversos momentos, traços típicos da mestiça população brasileira e consideram inadequada a aplicação, no país, de quaisquer ideais liberais, conforme dá-se em outros países do mundo. Conseqüentemente, ao procurarem salientar e proteger o que seria propriamente **nacional**, os autores aproximam-se da defesa de regimes autoritários para o país.



Refleta

O que explicaria a conexão entre a consideração de uma determinação do meio natural e das condições biológicas sobre os habitantes de um país e a justificação da existência de regimes autoritários ali? É possível dizer que o relevo, o clima, a fauna, a flora, o espaço e seu uso, a raça ou a mistura de raças são capazes de determinar todo um povo?

Com uma orientação distinta, Sérgio Buarque de Holanda considera outros elementos ao falar das origens do Brasil e propõe uma caracterização do país que, embora **mencione** certos traços do

espaço geográfico e seu uso, não dá a eles o poder explicativo das análises dos autores mencionados logo anteriormente. Eventuais características do **lugar** são consequências de outros fatores. Na verdade, Sérgio Buarque de Holanda era historiador de formação e sua abordagem da história, aquela que privilegia em sua análise sobre o Brasil, desenvolve-se sob uma forte influência dos autores alemães das ciências humanas da primeira metade do século XX. Buarque de Holanda entrou em contato direto com a produção alemã quando lá viveu entre 1929 e 1931. Você provavelmente ouviu falar de Max Weber durante o seu percurso pela Sociologia e, agora, é o momento para que saiba o quanto o referencial analítico weberiano e outros intelectuais alemães é importante na compreensão da discussão de Sérgio Buarque de Holanda sobre as raízes do Brasil.

Mais precisamente, Sérgio Buarque de Holanda resgata, em primeiro lugar, as origens do Brasil em Portugal, e elenca então um gama de características que seriam típicas da região ibérica. Aqui, não se trata de falar de quaisquer traços biológicos, físicos ou geográficos de Portugal e Espanha. Na verdade, o autor distingue o que seria uma **cultura** e uma **mentalidade** ibéricas – mais precisamente, cultura e mentalidade portuguesas. Em Portugal, dos tempos da monarquia e das grandes navegações, nunca houve uma burguesia em contraposição a uma nobreza, uma sociedade na qual a ascensão daquela dependeu da decadência desta: os membros da burguesia, grandes mercadores interessados nas expedições coloniais da coroa, rapidamente aproximaram-se dos nobres, que, em Portugal, não constituíam um grupo tão fechado e exclusivo, como o eram em outros cantos da Europa. Como resultado, a sociedade portuguesa tinha uma estrutura social frouxa e nunca reforçou tão fortemente o princípio da hierarquia típico das outras monarquias, sendo marcada, por sua vez, “pela singular tibieza das formas de organização, de todas as associações que impliquem solidariedade e ordenação” (HOLANDA, 1995, p. 32).

Munido de uma caracterização da Ibéria, Sérgio Buarque de Holanda parte então para a avaliação do processo de colonização do Brasil – afinal, a discussão sobre a história haveria de oferecer as respostas ao dilema inicialmente reconhecido pelo autor, relevante à intelectualidade da época. Como consequência de uma abordagem que prioriza **cultura** e **mentalidade**, Buarque de Holanda trabalha

com uma espécie de tipo ideal – isto é, uma ferramenta analítica que, no caso, o auxilia a observar a trajetória histórica brasileira e reconhecer nela os aspectos mais marcantes. Na verdade, ele constrói uma tipologia baseada em pares, no qual um polo é distinto e, por vezes, oposto ou antagônico ao outro: trabalho e aventura; método e capricho; rural e urbano; burocracia e caudilhismo; norma impessoal e impulso afetivo. Seria através da contemplação da conexão ou contraposição entre os pares assim constituídos que ele extrairia uma explicação do que seria, afinal, o Brasil e o povo brasileiro. Assim, toda a colonização do continente americano fora marcada por uma ética da **aventura**, no qual interessava o triunfo final, preferencialmente numa trajetória fácil e sem riscos – ou seja, não se tem uma ética do **trabalho**, em que se mensura a dificuldade e se estima tanto o esforço quanto a compensação segura e duradoura vinda a longo prazo. Na aventura, a vida na colônia é vista somente como passageira e, com um consequente desinteresse na construção de qualquer legado, não há esforços em superar uma lavoura rotineira, morosa, atrasada e, especialmente no caso do português, não há um interesse em constituir uma forte vida urbana. O português é um semeador – e não um ladrilhador. Ele prefere estar no litoral (e, logo, mais próximo de Portugal) e ocupar o espaço irregular e desordenadamente, seguindo simplesmente os ímpetus das suas necessidades imediatas e não um plano racional de construção de cidades, conforme a ética do ladrilhador vista nas colônias especificamente espanholas.

Em síntese, o que faz Sérgio Buarque de Holanda é explicar o desenho da estrutura de uma tal sociedade através da estrutura geral de pensamento que ali vigora. O Brasil, para Buarque de Holanda, é e sempre será um produto da cultura e da mentalidade portuguesa, aqui desembarcada com o início da colonização. Ainda que outras influências tenham se feito inevitavelmente presentes com o passar dos séculos, “por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa à Península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir até hoje uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa” (HOLANDA, 1996, p. 11)



Enquanto autores anteriores à década de 1930 – como Oliveira Vianna, que você viu logo acima – também vão discorrer sobre a mentalidade do indivíduo e do povo brasileiro, é importante reforçar as diferenças. Em uma abordagem naturalista ou positivista, os traços de psicologia social são determinados ou, ao menos, devidos em uma grande medida às características do meio físico ou biológico. Já na proposta de Sérgio Buarque de Holanda, o que temos é uma tentativa de conjugar as características da cultura e da mentalidade de uma sociedade com as características da estrutura e da organização daquela mesma sociedade. Trata-se de uma crucial diferença, sentida, sobretudo, quando se considera as possibilidades de mudança social. Anteriormente, você viu como certas teorias podem estar afinadas com tendências políticas conservadoras ou autoritárias encontradas na sociedade. A seguir, você vai ver como é possível falar de mudança social – sobretudo a superação do atraso pelo moderno – segundo a visão de Sérgio Buarque de Holanda.

A saída de Sérgio Buarque de Holanda

Você aprendeu há pouco sobre a caracterização que Sérgio Buarque de Holanda fez da colonização do território brasileiro, derivada da caracterização do modo de ser e da estrutura da sociedade portuguesa. Para ele, as raízes do Brasil encontram-se em Portugal, de modo que somos, em larga medida, um produto de tal país. Contudo, há de se perguntar: como a herança portuguesa revela-se, de fato, em nós? Toda sociedade tem seus atributos, e mesmo Buarque de Holanda reconhece que, por mais que haja uma inegável conexão com Portugal, o Brasil passou por um desenvolvimento próprio e tem o seu respectivo destino a seguir.



O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa



vida pública, todas as nossas atividades. Representando (...) o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a ideia mais normal de poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família (HOLANDA, 1995, p. 82).

Aqui, Sérgio Buarque de Holanda indica uma grande dificuldade, por parte dos indivíduos, em considerar e respeitar um conjunto de princípios abstratos em sua interação uns com os outros fora do “recinto doméstico”. Mais especificamente, no Brasil, não há, em geral, um forte sistema administrativo e um corpo de funcionários guiados por uma ética universal e impessoal – no qual o que vale para um, vale para todos, igualmente. Não há, então, uma burocracia, no sentido rigoroso do termo; há administração e mesmo toda uma ordem fundada no patrimonialismo, levando as vontades particulares a constantemente sobrepor-se às vontades gerais. Mais importante, Sérgio Buarque de Holanda explica que o brasileiro não se sente à vontade, confortável com quaisquer práticas que fujam do padrão pessoal e afetivo. O brasileiro é, assim, o **homem cordial** – aquele que, formado nas relações familiares, aceita mais facilmente e reproduz continuamente as relações de simpatia.



Assimile

Não confunda: o **homem cordial** não é, necessariamente, o homem bondoso, gentil ou amoroso. **Cordialidade**, na proposta de Sérgio Buarque de Holanda, remete diretamente ao cultivo de laços afetivos ou emocionais – mas não necessariamente bons ou agradáveis – entre as pessoas. No trato cordial, considera-se sempre – e antes de mais nada – as marcas pessoais e/ou familiares de alguém. Sendo assim, “A inimizade bem pode ser tão **cordial** como a amizade, nisto que uma e outra nascem do **coração**, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado” (HOLANDA, 1995, p. 205).

Na medida em que a mentalidade própria do povo brasileiro repele ritualismos, formalismos e convencionalismos sociais, há uma dificuldade enorme em florescer, aqui, qualquer estrutura social que seja baseada nos mesmos. Curiosamente, ritualismos, formalismos e convencionalismos sociais são justamente os elementos necessários a uma ordem capitalista moderna, liberal e democrática. Em uma época de mudanças relacionadas à expansão de tal ordem, como aquelas que ocorriam no Brasil à época, são inevitáveis a existência de barreiras e o reconhecimento de dificuldades:

A crise de adaptação dos indivíduos ao mecanismo social é, assim, especialmente sensível no nosso tempo devido ao decisivo triunfo de certas virtudes **antifamiliares** por excelência, como o são, sem dúvida, aquelas que repousam no espírito de iniciativa pessoal e na concorrência entre os cidadãos (HOLANDA, 1995, p. 144).



Se é inegável que novos tempos trazem desafios, há de se visualizar, por outro lado, as possibilidades que se abrem para a realização de uma revolução brasileira. Sérgio Buarque de Holanda reconhece que elementos da estrutura social a se formar estão em tensão com o ideário tipicamente brasileiro – um processo que, na verdade, se arrasta desde meados do século XIX, com a substituição da cana-de-açúcar pelo café e os traços de industrialismo e, logo, de modernidade trazidos com ele. Pode-se derivar, assim, que sua proposta passa por equilibrar as mudanças da estrutura social e uma espécie de espírito coletivo, o mundo de essências íntimas que aqui vigora. Não se trata, porém, de afundar ainda mais as raízes e sim de expurgá-las. Não se trata de reforçar os elementos de uma estrutura velha, o atrasado frente a um mundo todo novo; trata-se de, paulatinamente, enxergar que não há uma completa incompatibilidade entre nós, brasileiros, e ideais democráticos. Cientes das tendências reacionárias que nos cercam, Buarque de Holanda deixa revelar que é preciso, então, ceder espaço para uma silenciosa mudança de valores e uma outra conjunção entre eles, e a nova estrutura social – em síntese, é preciso buscar o novo respeitando o velho.

Sem medo de errar

Agora é hora de relembrar que você foi contratado para executar o planejamento de uma empresa que busca se modernizar. Você decidiu começar constatando relevantes problemas primeiro e, assim, destacou um ambiente de trabalho onde existe uma forte pessoalidade. Como você reconheceu atrás: ao invés de regras claras, tudo é feito na base do favor e da amizade. Subseqüentemente, era preciso avaliar se a ausência de regras claras causa um impacto negativo e, caso assim seja, propor uma saída para a empresa. Se a proposta de Sérgio Buarque de Holanda fosse mobilizada como um guia para o seu estudo de caso, existe uma gama de aspectos a serem considerados e mencionados – vamos a eles a seguir.

Primeiramente, você precisa reconhecer que o que se passa com a empresa não é derivado do local onde ela está localizada e nem dos atributos ou capacidades inatas dos funcionários. Você defende que, como uma cultura, a excessiva pessoalidade no local de trabalho está relacionada à maneira como a empresa está organizada. Em seu relatório, você elucida que a pessoalidade, a estrutura de organização da empresa e a conexão entre uma e outra só podem remeter às origens da empresa. Você pontua que, quando fundada, ela foi influenciada pelo que pensavam e faziam os seus donos e a primeira geração de empregados.

Sem dúvida, a cultura de excessiva pessoalidade, na ausência de regras claras, tem um impacto negativo. Em seu relatório, você pontua que as empresas mais poderosas do mundo não operam sem o respeito a um regimento igualmente válido para todos – e a falta de sintonia com as empresas poderosas do mundo, decerto dificulta que a empresa para a qual você fornece o relatório se modernize. E o mais importante, em destaque está a seguinte conclusão: quando o ambiente profissional é permeado por uma excessiva pessoalidade, não é possível produzir ou absorver grandes inovações a contento. Há duas razões para que assim seja. A primeira razão encontra-se no fato de que o caráter das grandes inovações exige a existência de regras claras, se não correm o risco de ficarem emperradas por conta de algum capricho ou resistência daqueles que se beneficiam com o atual estado das coisas. Relacionada à primeira, a segunda razão encontra-se no fato de que ambientes com demasiada pessoalidade promovem, direta ou indiretamente, a

prevalência e a continuidade das relações como elas são.

Você deixa claro, ao fim de seu relatório, que a transformação da empresa é sim possível e que ela não está fadada a tal forma para sempre. Caso deseje mudar, o ideal é que se permita aos poucos excluir as posturas antigas e valorizar as novas.

Faça valer a pena

1. "Nenhum povo está mais distante dessa noção ritualista da vida do que o brasileiro. Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência – e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no 'homem cordial': é a forma natural e viva que se converteu em fórmula" (HOLANDA, 1995, p. 147)

O que caracteriza o **homem cordial** para Sérgio Buarque de Holanda?

- a) A notável educação e simpatia na atuação na esfera pública.
- b) O respeito aos ritualismos e formalismos da vida social.
- c) A reprodução dos aspectos do **privado** em todas as esferas da sociedade.
- d) O uso da racionalidade e o respeito à hierarquia.
- e) A incontrolável emoção e a falta de inteligência emocional.

2. "*Raízes do Brasil* é construído sobre uma admirável metodologia dos contrários, que alarga e aprofunda a velha dicotomia da reflexão latino-americana. Em vários níveis e tipos do real, nós vemos o pensamento do autor se constituir pela exploração de conceitos polares" (CANDIDO, 1995, p. 12).

Quando se trata da análise de Sérgio Buarque de Holanda, como aparece a mencionada metodologia dos contrários?

- a) O autor apresenta várias contradições em sua análise do Brasil.
- b) O autor mostra ao leitor como um aspecto da análise do Brasil exclui o outro.
- c) O autor apresenta ao leitor a sua análise por meio da conexão ou contraposição entre um conjunto de pares, cada um deles representando um âmbito ou aspecto da vida social.
- d) O autor distingue um conjunto de tensões sociais que precisam ser resolvidas.
- e) O autor fala sobre atraso e moderno em sua análise sobre o Brasil.

3. “Poderemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo esquemas sábios e de virtude provada, mas há de restar um mundo de essências mais íntimas que, esse permanecerá sempre intato, irreduzível e desdenhoso das invenções humanas. Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso próprio ritmo espontâneo, à lei do fluxo e do refluxo, por um compasso mecânico e uma harmonia falsa. Já temos visto que o Estado, criatura espiritual, opõe-se à ordem natural e transcende. Mas também é verdade que essa oposição deve resolver-se em um contraponto para que o quadro social seja coerente consigo” (HOLANDA, 1995, p. 188).

O que se pode derivar da citação acima, um fragmento de *Raízes do Brasil*, acerca da orientação analítica de Sérgio Buarque de Holanda?

- a) O autor defende a necessidade de uma revolução brasileira.
- b) O autor constrói tipos ideais em suas análises.
- c) O autor concentra-se no estudo da história das sociedades.
- d) O autor conjuga estruturas de pensamento coletivo e estruturas de sociedade em suas análises.
- e) O autor defende um determinismo biológico e geográfico em suas análises.

Seção 1.2

Gilberto Freyre e o problema da dominação

Diálogo aberto

Nesta segunda seção, o objetivo é apresentar uma das primeiras análises do nosso país inspirada em paradigmas caros à sociologia, com foco na proposta de Gilberto Freyre. Por meio destas primeiras análises, é possível compreender as nossas **questões nacionais** – isto é, os dilemas profundos a marcarem a trajetória e o possível futuro do país – e as motivações adjacentes à formação da Sociologia enquanto disciplina no Brasil. Não se esqueça de que falar das questões nacionais envolve discutir aspectos centrais da vida social, econômica e política do país e, conseqüentemente, indicar uma explicação e, direta ou indiretamente, apontar uma alternativa para os problemas existentes. Gilberto Freyre nasceu em Recife, em 1900, e sua obra mais conhecida chama-se *Casa-Grande & Senzala*, publicada em 1933. O trabalho de Gilberto Freyre não pode ser circunscrito a um único campo do conhecimento; seu legado é importante para a sociologia, a antropologia, a história e até mesmo para a literatura brasileira. As temáticas trabalhadas por Freyre e seu estilo de exposição contribuem para que seu trabalho atravesse rígidas barreiras acadêmicas; no entanto, para a sociologia, Freyre contribuiu especialmente em função da introdução de uma nova chave de interpretação para os fenômenos sociais. O autor cumpriu sua extensa formação acadêmica nos Estados Unidos e, assim como Sérgio Buarque de Holanda, trouxe para o Brasil dos anos 1930 as ideias em voga em terras estrangeiras, de modo a contestar a maneira como os intelectuais brasileiros falavam do país. Freyre também apresenta uma caracterização do Brasil pelo viés cultural e, assim como Buarque de Holanda, vai de encontro aos paradigmas naturalistas e positivistas da época. Como você verá adiante, em sua reflexão acerca do binômio atraso-moderno, Freyre salienta de modo positivo aspectos que, para outros autores, eram negativos – tais como a miscigenação e a influência das culturas negras e indígenas.

Relembre, agora, o contexto a ajudá-la ou ajudá-lo a compreender

o autor discutido nesta seção: você foi contratado para executar o planejamento de uma empresa, cujo anseio principal é se modernizar e fazer parte da rede de grandes empresas de sucesso do mundo. Para tal, você faz uma investigação da fundação, inventário, estrutura, pessoal e tudo o mais que diz respeito à empresa. Nesta seção, imagine que há uma forte dominação da família dona do negócio no ambiente de trabalho. No entanto, a dominação é relativamente velada: esta família está sempre conversando com os funcionários, tratando-os de forma amigável e mesmo carinhosa. Você consegue derivar algum problema de uma tal caracterização de um ambiente profissional? É possível dizer que as relações interpessoais causam impacto negativo no progresso da empresa? Ainda, como explicar isso no seu relatório de planejamento, sabendo que a própria família dona do negócio vai lê-lo?

Para compreender e explicar a dimensão do impacto das relações interpessoais no ambiente de trabalho, você precisa evidenciar que elas expressam a **lógica** da empresa como um todo – uma lógica que circunscreve todas as suas possibilidades e potencialidades. Paralelamente, Gilberto Freyre apresentou as relações interpessoais desenvolvidas no Brasil colonial como expressão inevitável de uma ordem social chamada patriarcalismo. Sendo assim, a empresa Brasil tinha/tem como característica certas relações sociais específicas em correspondência com a organização mais geral da sociedade. Freyre dedica-se a discutir os elementos componentes da organização mais geral da sociedade brasileira e como eles se relacionam. Curiosamente, a explicação de Freyre termina por limitar as possibilidades de superação do atraso e fortalecimento do moderno.

Não pode faltar

Um olhar do Brasil a partir do Nordeste

Profundas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais autorizam a afirmação de que houve um Brasil antes e um Brasil depois dos anos 1930. Em diversas narrativas do período, é posta evidência a importância das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo para o país. Contudo, tal importância não deve obscurecer a contribuição de outras cidades e regiões brasileiras, sobretudo no que tange à economia e à política. Você sabe que São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais eram centros da economia cafeeira, sendo

o café o principal produto brasileiro e principal responsável pela performance do Brasil no cenário da economia mundial desde o final do século XIX; você também sabe que existia uma elite de fazendeiros relacionada à produção de café a comandar a esfera pública; por fim, é válido lembrar que o café alimentava outros ramos econômicos e influenciou a ampla configuração da sociedade. Mas é importante que, agora, você saiba que o café foi **um ciclo** da economia brasileira e, como ele, houve outros ciclos econômicos capazes de coordenar de sobremaneira as atividades e a vida social do país.

Antes do café, a produção agrícola brasileira era dominada pelo açúcar. O ciclo do açúcar foi extremamente longo – do século XVI ao século XVIII – e comandou não só a economia do Brasil como também a economia de Portugal. Na verdade, o início do ciclo do açúcar representa o início mais sistemático da colonização brasileira pois levou ao povoamento do território colonial, com a ocupação mais extensa do litoral e a ampliação da mão de obra para cá trazida. Em meio ao sistema mundial mercantilista, em que os países buscavam extrair o máximo das trocas entre si, Portugal elegeu a cana como carro-chefe da produção colonial, em função do alto preço do açúcar no mercado internacional.

Embora a produção de cana-de-açúcar tenha se dado ao longo de todo o litoral brasileiro, foi na região Nordeste, em especial em Pernambuco e na Bahia, que ela teve destaque, ocasionando drásticas mudanças nas paisagens e dinâmicas locais – sem falar no imenso retorno econômico. Para a implantação de uma monocultura tal qual a cana-de-açúcar, é necessária uma larga extensão de terra – um latifúndio –, isolada e organizada para o melhor aproveitamento do produto para a exportação. O canavial em si é, portanto, somente uma parte do que se convém chamar de engenho – uma unidade de produção total e autossuficiente. No engenho, encontram-se a moenda, a casa das caldeiras e a casa de purgar – onde, respectivamente, se extraía o caldo de cana, se formava o melaço e se secava o açúcar. Mais importante, no engenho, residiam todos que, de alguma maneira, estavam relacionados à produção do açúcar. Sendo assim, o engenho era dividido, em geral, entre a casa-grande e a senzala. A casa-grande era a imponente estrutura que servia de lar ao senhor de engenho, sua família e certos criados e criadas – o senhor de engenho era o proprietário da terra, dos meios de produção e da mão de obra. A senzala era a insalubre estrutura

que servia de lar aos trabalhadores do engenho – os trabalhadores do engenho eram escravos de origem africana, comercializados após tentativas de tornar escrava a população indígena nativa.

Como uma unidade de produção total e autossuficiente, o engenho também abrigava feitores, isto é, empregados que supervisionavam a plantação e os vários estágios da produção de açúcar e, logo, controlavam os escravos; trabalhadores livres variados, a suprirem quaisquer demandas essenciais e bens de subsistência para o engenho e a colônia como um todo (por exemplo, ferreiro, carpinteiro, entre outros); religiosos, responsáveis pelos serviços oferecidos na capela, sempre encontrada em um engenho. Em que pese a existência de uma população livre, é inegável que, no engenho, se destacam a casa-grande e a senzala. Gilberto Freyre aponta ambas como pilares da sociedade colonial, sempre retroalimentando a ordem escravocrata. Com o início da concorrência dos holandeses, no século XVII, Portugal tem a sua supremacia na produção de açúcar ameaçada, até perder o posto no século XVIII. O ciclo do açúcar termina no Brasil e, evidentemente, as consequências são sentidas também na metrópole. No entanto, mesmo com a decadência de tal modelo de produção, suas marcas mantêm-se na sociedade brasileira. Assim como Buarque de Holanda, Freyre é motivado pelo enigmático movimento da sociedade escravocrata para a sociedade urbano-industrial – ou, melhor, o movimento da sociedade escravocrata para uma sociedade **que se tentava** urbano-industrial. Como nasceu em Recife, de uma família abastada, ele experimentou direta e intimamente o ambiente do Brasil patriarcal, aquele que se fazia presente a despeito da posterior existência de outros ciclos econômicos e do fortalecimento das cidades – em todas as regiões do país. Em outras palavras, Freyre também percebe o tradicional coexistindo com o moderno; no entanto, sua explicação para tal coexistência não passa tanto por equalizar como superá-la, conforme o faz Buarque de Holanda. Na verdade, Freyre salienta os aspectos positivos derivados da sociedade colonial e ordem escravocrata brasileira, devido ao modo como concebe cada um dos elementos que a constituem e os laços formados entre eles.

A casa-grande e a senzala como um mesmo universo

Desde o século XIX havia autores preocupados em escrever sobre

as peculiaridades do Brasil – sua organização econômica, política e geográfica, sua estratificação social, seu povo e sua cultura em geral. Os autores da década de 1930 – e que inspiram a sociologia enquanto disciplina formal no Brasil – necessariamente referem-se àqueles que o precederam – seja direta ou indiretamente. Sendo assim, em Gilberto Freyre, também se encontra um debate com as vertentes naturalistas e positivistas – com as quais debateu Sérgio Buarque de Holanda.

Relembre agora que, em *Os Sertões*, Euclides da Cunha apresenta uma narrativa sobre a Guerra de Canudos – um confronto no interior da Bahia entre os anos de 1896 e 1897. Cabe então acrescentar que, em tal narrativa, o elemento-chave é a **terra**: ressaltando as condições geográficas e climáticas do sertão baiano, Euclides da Cunha pensa ser possível compreender o habitante que ali reside, na medida em que crê em uma determinação ou imposição do meio natural e das condições biológicas sobre o indivíduo e/ou o povo. Consequentemente, Euclides da Cunha enxerga uma descontinuidade entre o que se passa nos rincões do Brasil e o que se passa nas cidades e, então, sinaliza a importância de rupturas.

Ao criticar posições como as de Euclides da Cunha, Sérgio Buarque de Holanda enfatiza **estruturas de pensamento e mentalidades** – isto é, ele argumenta que se explica uma sociedade distinguindo a sua **cultura** e a sua maneira de pensar, sentir e agir. Considerando esta argumentação de Buarque de Holanda, pode-se dizer que Gilberto Freyre também mobiliza cultura em oposição a quaisquer determinismos biológicos e/ou geográficos. No entanto, Freyre segue um caminho distinto, pois sua discussão sobre cultura não advém da Alemanha, onde morou Buarque de Holanda e sim dos Estados Unidos. Lá, o foco principal dos autores, sobretudo na Antropologia, era desfazer-se de quaisquer teses a colocarem aspecto racial ou biológico como relevante – o que geralmente levava a teses de cunho racista, na afirmação da superioridade de uma raça ou grupo sobre outra raça ou grupo. Para o **culturalismo**, influências sociais estão acima de quaisquer supostas influências genéticas e, por sua vez, levam à formação de grupos que se caracterizam culturalmente cada um à sua maneira. É partindo da diferença entre **raça** e **cultura** e considerando que cada grupo se compõe de características **adquiridas** e não inatas – como comportamentos, atitudes, crenças, valores – que Gilberto Freyre então analisa o Brasil.



Existem diversas formas de construir uma análise **cultural** na sociologia. **Cultura** é um termo bastante amplo e, certamente, possui significados distintos para cada autor – inclusive aqueles que você estudará neste livro didático. O importante é estar ciente de que toda análise cultural está preocupada com fatores que não se reduzem à biologia e/ou à geografia. Sendo assim, atentam-se a relações sociais, sempre vistas como históricas. Foi a recusa às explicações de raiz naturalista, positivista que deu vazão ao nascimento da Sociologia no Brasil.

O autor considera três matrizes na formação da sociedade brasileira: o indígena, o colonizador português e o escravo negro. Para ele, os três grupos **culturais** no Brasil encontraram-se, e tal encontro, sem ser fruto do acaso, ocorreu em função das necessidades da colonização brasileira e, ao mesmo tempo, expressa a maneira como a própria colonização e, posteriormente, a sociedade brasileira se organizaram. Gilberto Freyre defende que os **três** grupos contribuem para a peculiaridade do povo brasileiro. Os indígenas promovem a aproximação com o ambiente local e práticas de ordem medicinal e religiosa e moldam diversos hábitos que nos são caro; os negros trazem contribuições técnicas, culinárias, religiosas e de vestuário; os portugueses, há séculos em contato com grupos do norte da África, são dotados de uma grande plasticidade e promovem aqui uma abertura ao contato, à interação entre pessoas que não se viu em outros locais.

Ainda que não haja, em Freyre, uma hierarquização das três **raças**, é evidente que há uma hierarquia entre os três grupos **culturais**. Freyre atribui uma importância menor aos indígenas em comparação com os negros e considera que estes, por sua vez, se submetem aos portugueses. Na medida em que sua perspectiva é cultural, o autor não se restringe a analisar os aspectos da vida pública, política e econômica do Brasil colonial. De maneira inovadora, Freyre executa extensa pesquisa documental e empírica, e seu foco recai sobre os aspectos da vida cotidiana – isto é, há uma descrição detalhada das paisagens e da arquitetura a cercar os habitantes do engenho, dos hábitos alimentares e da organização da cozinha, das brincadeiras e dos aspectos corporais, da vida sexual então em voga, entre outros. Em outras palavras, Freyre circunscreve, assim, a análise da ordem patriarcal à análise da família e, logo, da unidade **engenho** descrita no item anterior. Em meio à

silenciosa minimização da contribuição dos indígenas, Freyre destaca que a cultura negra pôde se diluir na cultura portuguesa; senzala e casa-grande, representando cada uma das culturas, fundem-se uma à outra e tornam-se, portanto, um único mundo e uma única realidade social e cultural. O próprio título do livro, Casa-grande & Senzala, indica esta interpenetração dos dois polos a partir do uso do “&” – ao invés do simples “e”.



Latifúndio e escravidão, casa-grande e senzala eram, de fato, pilares da ordem escravocrata. Se nosso autor tivesse ficado só nisso seria possível dizer que outros já o haviam feito e com mais precisão. É no ir além que está a força de Gilberto Freyre. Ele vai mostrando como, no dia-a-dia, essa estrutura social, que é fruto do nosso sistema de produção, se recria. É assim que a análise do nosso antropólogo-sociólogo-historiador ganha relevo. As estruturas sociais e econômicas são apresentadas como processos vivenciados. Apresentam-se não só situações de fato, mas pessoas e emoções que não se compreendem fora de contextos. A explicação de comportamentos requer mais do que a simples descrição de condicionantes estruturais da ação. Essa aparece no livro como comportamento efetivo e não apenas como padrão cultural (CARDOSO, 2003, p. 21).

Acima, Cardoso ilumina um desdobramento crucial do paradigma culturalista: o sistema colonial era mais do que uma maneira de organizar a economia. A ordem escravocrata, centrada na casa-grande e na senzala, moldou toda a vida das pessoas – comportamentos, atitudes, relações interpessoais, emoções, práticas e todos os aspectos cotidianos que você puder denominar. Sendo assim, tal ordem tinha um poder muito forte e não poderia simplesmente sumir com o fim do ciclo açúcar e a consequente decadência dos engenhos. Sua marca é traço indelével da sociedade brasileira e, numa perspectiva freyreana, influencia qualquer discussão sobre a tentativa de construção de uma nação moderna.



Refleta

Será possível concluir que a posição de Gilberto Freyre na sociedade brasileira e, em particular, na sociedade pernambucana influenciaram

em sua visão positiva da sociedade colonial e da ordem escravocrata brasileira? Páginas atrás, você aprendeu que ele era membro de uma família tradicional do Nordeste e suas experiências foram ponto de partida importante para sua reflexão. Embora discorra sobre as três culturas, indígena, negra e branca, seu ponto de vista é o ponto de vista do senhor de engenho, da aristocracia açucareira – e, logo, branca. Sabendo que os indígenas pouco participaram do plantio de cana-de-açúcar, estaria aí o motivo para que Freyre atribuísse à cultura indígena uma menor importância? Ainda, seria a relação privilegiada de Freyre com o engenho, a razão do modo ambíguo como fala sobre a dominação e a submissão dos negros em relação aos brancos?

A harmonia autoritária na visão de Gilberto Freyre

Diferente dos autores que o precederam, Gilberto Freyre ressalta a contribuição da cultura negra para o país – uma contribuição muito além da rasa e limitada ideia de que os negros eram “trabalhadores fortes” e sua força física foi benéfica para a consolidação do latifúndio. No cenário dos anos 1930, em que diversas teorias racistas e propostas de eugenia eram fortemente propagadas, Freyre revoluciona ao dizer que a miscigenação era um aspecto positivo do e para o nosso país. Ele não descartava a existência de racismo, presente desde o contato inicial entre brancos, negros e índios. Inclusive, com as descrições detalhadas sobre a vida no engenho, transparecem as práticas cruéis dos senhores – e de toda a sua família – para com os seus escravos – mesmo aqueles e aquelas bastante próximos, que estavam sempre na casa-grande e eram responsáveis pelos afazeres domésticos e cuidados com o patriarca, a sinhá e os ioiôs e as iaiás. No entanto, para Freyre, é preciso considerar quais foram os desdobramentos a longo prazo – e, de tal perspectiva, ele alega que houve sim benefício para as três culturas. Ainda que, inicialmente, o colonizador tenha se sobressaído, posteriormente, as outras culturas, sobretudo a cultura negra, enriqueceram-se também. Dominação e submissão não são, portanto, polos de uma relação propriamente vertical e, sim, polos de uma relação (quase) horizontal.



Exemplificando

Seguindo a visão de que cada sociedade passa por uma formação distinta, Freyre procura destacar as particularidades das relações raciais

brasileiras em relação a outros países. Quando argumenta que houve contato e subsequente mútuo benefício para negros e brancos, pode-se visualizar uma contraposição com as relações raciais dos Estados Unidos, onde o autor residiu por vários anos. Lá, houve leis formais de segregação racial, que, em grande porção do país, mantiveram brancos e negros separados até meados dos anos 1960 e seus efeitos podem ser sentidos até hoje. São casos como os dos Estados Unidos que fazem com que Gilberto Freyre fale em democracia racial, de modo a defender que o Brasil não sofre de mazelas derivadas do preconceito de raça e de cor. É importante que você tenha em mente que o conceito de democracia racial não foi cunhado em Casa-Grande & Senzala e é uma das mais polêmicas ideias de Gilberto Freyre até os dias de hoje.

Conclusões relativas à interpenetração das culturas em solo brasileiro estão na base do que Gilberto Freyre chama de **lusotropicalismo** – a história do contato entre brancos, negros e índios, na valorização da miscigenação. É destacado em seus escritos que tal contato tinha como principais agentes o homem branco (colonizador) e a mulher negra e indígena, ambas em posição subalterna. Sendo assim, é preciso dizer, novamente, que existe conflito, mas, na visão de Freyre, existe também harmonia. Tal harmonia, decerto, sustenta-se sobre o princípio de autoridade, mas como e por que uma ordem harmônica haveria de mudar? O estilo de exposição de Gilberto Freyre, bastante literário, não indica claramente um caminho para a resolução das tensões vistas com o fortalecimento da vida urbana, moderna. O tempo trouxe e traz mudanças para a sociedade brasileira, mas, como você sabe, Gilberto Freyre aponta para a reprodução dos padrões de vida patriarcal para além do espaço físico e temporal do engenho. Por exemplo, se antes, no latifúndio, havia casa-grande e senzala, há, nas cidades, sobrados e mocambos. Consequentemente, a modernidade não há de se realizar no Brasil na medida em que o patriarcado tende se manter. Em Freyre, há uma continuidade social e, se há continuidade, é como se vivêssemos um eterno presente – ou, se você preferir, o passado, o presente e o futuro estão sobrepostos na sociedade brasileira.



Você pode saber um pouco mais da vida e obra de Gilberto Freyre a partir do relato de Antonio Candido referido logo a seguir. Candido concentra-se no período de 1930 a 1945, quando as ideias de *Casa-Grande & Senzala* são publicadas, e ressoam fortemente no país. Ele destaca a singularidade de Freyre, de modo a apresentar como ele se constitui em um **pensador** extremamente inovador para o cenário brasileiro – a despeito de suas posições, no limite, conservadoras.

CANDIDO, Antonio. Aquele Gilberto. Um crítico fortuito (mas válido). In: **Recortes**, 3. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2004.

Sem medo de errar

Retorne agora à situação-problema apresentada ao início desta seção: contratado para fazer um diagnóstico e planejamento de uma empresa tentando se modernizar, você percebe que salta aos olhos a dominação da família dona do negócio sobre o ambiente de trabalho – uma dominação relativamente velada, porém, você reflete sobre tal arranjo e considera se ele ocasiona algum problema para a empresa. Você sabe que, em certo sentido, deve ser cauteloso pois a própria família dona da empresa vai avaliar seu relatório. Se a proposta de Gilberto Freyre fosse mobilizada como um guia para o seu estudo de caso, você organizaria seu raciocínio em torno de três pilares – sabendo que a questão fundamental é elucidar os caminhos para a empresa modernizar-se.

Em primeiro lugar, você investiga todos que trabalham na empresa e conclui que aquela empresa é bastante particular, diferente de qualquer outra que você conhece ou analisou. A cultura do ambiente de trabalho não foi imposta de cima para baixo, mas todos os diferentes grupos que ali trabalham tiveram espaço para agir e interagir, de modo que, no fim, todos se sentem confortáveis para executar suas tarefas. Contribui enormemente para uma cultura assim consolidada que, mesmo de grande porte, se está falando de uma empresa familiar, mais flexível em relação a hierarquias.

Em segundo lugar, você há de pontuar que, a despeito de tal desenho, ainda há uma dominância da família dona do negócio. Afinal, é um negócio e quem manda sempre é o patrão. Você

aponta, então, que a ambiguidade entre dominação e submissão reflete a lógica da empresa, de modo que as relações entre os empregados entre si e destes com os patrões não podem mudar sem que mude tudo ali dentro.

Em terceiro lugar, enfim, você percebe que, mesmo mediante à inserção de uma ou outra inovação, a lógica perpetuada dentro da empresa é tão arraigada que a tendência é que continue a comandar os negócios. Com isso, limitam-se as próprias inovações por ventura apresentadas. Sabendo quão forte tal perpetuação da lógica familiar é, você reconhece resignadamente que não há maneira de implantar mudanças qualitativas na empresa, pois tudo passa pelos donos antes, e estes não estarão dispostos a abrir mão da extensão de seu comando e sua dominação.

Faça valer a pena

1. “Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade, como já salientamos às primeiras páginas deste ensaio, um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo” (FREYRE, 2003, p. 116).

Como Gilberto Freyre enxerga a formação da sociedade brasileira? Assinale a alternativa correta:

- a) A sociedade brasileira é resultado dos esforços dos portugueses.
- b) A sociedade brasileira é formada por três matrizes – branca, negra e indígena, sendo as duas primeiras as mais destacadas delas.
- c) A sociedade brasileira resulta de três ciclos econômicos: cana-de-açúcar, ouro e café.
- d) A sociedade brasileira foi resultado do povoamento das terras do litoral.
- e) A sociedade brasileira é formada por três matrizes – branca, negra e indígena, sendo as duas últimas as mais destacadas delas.

2. “A família, não indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase reina sem governar. Os senados de Câmara, expressões desse familismo político, cedo limitam o poder dos reis e mais tarde o próprio imperialismo ou, antes, parasitismo econômico, que procura estender do reino às colônias os seus tentáculos absorventes. A colonização por indivíduos – soldados de fortuna, aventureiros, degredados, cristãos-novos fugidos à perseguição religiosa, náufragos, traficantes de escravos, de papagaios, de madeira – quase não deixou traço na plástica econômica do Brasil. Ficou tão no raso, tão à superfície e durou tão pouco que política e economicamente esse povoamento irregular e à-toa não chegou a definir-se em sistema colonizador” (FREYRE, 2003, p. 81)

Para Gilberto Freyre, como qualifica a ordem social que se desenvolveu com a colonização do território brasileiro? Assinale a alternativa correta:

- a) O Brasil assenta-se sobre o equilíbrio de diversos elementos antagônicos.
- b) O Brasil surgiu do engenho, uma unidade de produção total e autossuficiente.
- c) O Brasil surge, desde o início, como um empreendimento capitalista de Portugal.
- d) O Brasil constitui-se como uma ordem social fundada no latifúndio e na escravidão, cujo centro é a família patriarcal.
- e) O Brasil constitui-se como uma ordem social mercantilista.

3. “A igualdade de interesses agrários e escravocratas que através dos séculos XVI e XVII predominou na colônia, toda ela dedicada com maior ou menor intensidade à cultura do açúcar, não a perturbou tão profundamente, como à primeira vista parece, a descoberta das minas ou a introdução do cafeeiro. Se o ponto de apoio econômico da aristocracia colonial deslocou-se da cana-de-açúcar para o ouro e mais tarde para o café, manteve-se o instrumento de exploração: o braço escravo. Mesmo porque a divergência de interesses que se definiu, a diferença de técnica de exploração econômica entre o Nordeste persistentemente açucareiro e a capitania de Minas Gerais, e entre estes e São Paulo cafeeiro, de algum modo compensou-se nos seus efeitos separatistas pela migração humana

que o próprio fenômeno econômico provocou, dividindo entre a zona açucareira do Nordeste e a mineira e cafeeira do Sul um elemento étnico – o escravo de origem africana – que conservado em bloco pelo Nordeste – até então a região mais escravocrata das três por ser a terra por excelência da cana-de-açúcar – teria resultado em profunda diferença regional de cultura humana” (FREYRE, 2003, p. 93-94).

Analise o trecho e assinale a alternativa correta a respeito das mudanças e da tensão entre tradicional e moderno em Gilberto Freyre.

- a) O patriarcalismo tende a se perpetuar enquanto ordem social no Brasil, mesmo com o fim do ciclo do açúcar, e elementos tradicionais previnem que a modernidade aqui se realize completamente.
- b) Não há tensão entre tradicional e moderno na visão de Gilberto Freyre pois, no Brasil, existe uma democracia racial.
- c) O patriarcalismo é um aspecto tradicional que foi desmantelado com o fim da escravidão e há de ser totalmente superado com o fortalecimento da industrialização.
- d) A manutenção do patriarcalismo é um aspecto anômico da sociedade brasileira.
- e) Se há uma continuidade social e um “eterno presente” no Brasil, a razão encontra-se na combinação de diferentes culturas.

Seção 1.3

Caio Prado Jr. e o problema da desigualdade econômica entre os países

Diálogo aberto

Nesta seção do seu livro didático, você conhecerá a proposta de Caio Prado Jr. para entender o Brasil. Com ela, encerra-se o objetivo de tomar nota das primeiras análises do país baseadas em paradigmas caros à sociologia. Igualmente, encerra-se aqui a **apresentação** das questões nacionais que inspiram nossos intelectuais – ou os dilemas profundos que marcarão a trajetória e, possivelmente, o futuro do Brasil. As questões nacionais implicam profunda discussão sobre os aspectos centrais da vida social, econômica e política do país e, assim, continuam em discussão pelos autores cuja produção é posterior à década de 1930.

Caio Prado Jr. é posto ao lado de Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre como proponente de linhas mestras para a compreensão do Brasil. O autor nasceu em 1907, em São Paulo e em uma família de cafeicultores. Curiosamente, Caio Prado Jr. foi o primeiro autor a apresentar uma interpretação de cunho marxista para o Brasil, onde os aspectos econômicos eram centrais para a compreensão do passado, do presente e do futuro do país. Como historiador, Prado Jr. é mais um autor que retoma a colonização do território brasileiro, cuja análise torna-se então o fio condutor de suas proposições teóricas – sobretudo na obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicada em 1942. Porém, na confecção de sua explicação para o Brasil, não subsiste tão somente uma preocupação analítica e acadêmica. Caio Prado Jr. também era membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, e suas propostas estavam em oposição às teses centrais então defendidas pelo partido. Uma vez que o PCB não tinha uma atuação absoluta de destaque no cenário nacional de crescente industrialização, é possível dizer que Caio Prado Jr. estava ciente das consequências práticas que as explicações teóricas têm. Sua atuação enquanto militante de um partido reforça ainda mais o aspecto político da solução do binômio arcaico-moderno, tão relevante àquela época.

Para iniciar seu aprendizado na interpretação de Caio Prado Jr., considere novamente que você foi contratado para executar o planejamento de uma empresa, cujo anseio principal é se modernizar e tornar-se uma das grandes empresas de sucesso do mundo. Para tal, você faz uma investigação da fundação, do inventário, da estrutura, do pessoal e tudo mais que diz respeito à empresa. Nesta seção, imagine que a empresa está em forte desvantagem em relação a outras empresas ao redor do mundo em função de algumas escolhas feitas pelos donos logo em seu início, relativas aos próprios produtos e à maneira de produzir. Você acredita que se especializar na produção de certos bens, em detrimento de outros, pode influenciar as oportunidades, a dinâmica e a competitividade de um negócio? Como? E como explicar suas conclusões em seu relatório de planejamento, sabendo que as mudanças, caso acatadas, terão de ser profundas?

Para compreender e explicar como certas escolhas na produção podem influenciar o destino de um dado empreendimento, você precisa evidenciar que ele faz parte de um **todo**, que cada produto se insere em uma cadeia mais ampla de produção e que extensas consequências são então geradas. Sendo assim, produzir tal ou qual artigo significa deter um lugar específico dentro de uma ordem mundial e, para Caio Prado Jr., a “empresa” Brasil encontra-se em posição desfavorável em relação a outras, em especial àquelas localizadas no centro do sistema capitalista. Caso queira reverter tal situação, cabe ao Brasil reorganizar-se para produzir para si e suas próprias necessidades – e não para suprir as necessidades de outros países.

Não pode faltar

De Colônia à Nação

Para compreender a proposta de Caio Prado Jr., é preciso, primeiramente, situar fatos marcantes da linha do tempo do Brasil. Em 1500, os portugueses chegaram oficialmente ao Brasil, com a expedição comandada por Pedro Álvares Cabral. Na década de 1530, foi iniciada a colonização regular do Brasil, com a instituição das capitanias hereditárias – grandes faixas de terra cuja administração era delegada a membros da nobreza portuguesa. Posteriormente, ao final da década de 1540, a Coroa instituiu um governo geral na colônia, com o objetivo de incrementar a sua administração. Durante três séculos,

o Brasil, como colônia de Portugal, atravessou ciclos econômicos: cana-de-açúcar, ouro, algodão e café – sem contar o pau-brasil, então extraído às primeiras décadas após a chegada dos portugueses. Em 1807, D. João VI, deixou o território português e, em 1808, instalou-se no Brasil com uma grande comitiva, fugindo das Guerras Napoleônicas que assolaram a Europa de 1802 a 1815. A presença do monarca no território brasileiro levou a uma série de mudanças na colônia – e dentre as mais importantes estão a abertura dos portos às nações amigas e a revogação da proibição de fábricas no Brasil. Posteriormente, em 1815, o Brasil foi elevado a reino e, quando D. João VI regressou à Portugal, seu filho Pedro assumiu o comando. Em 1822, D. Pedro proclamou a independência do Brasil e instaura o império, que então subsistiu até 1889, com a proclamação da república.

E por que situar certos eventos da linha do tempo do Brasil? Para Caio Prado Jr., o processo de independência, relacionado à decadência do período colonial, é fundamental para compreender a formação da sociedade brasileira. Considere que, nos anos 1930, quando Prado Jr. surgiu como intelectual, o Brasil passava por inúmeras transformações – antes um país majoritariamente agrário, vivenciava então um crescente processo de industrialização; antes um país fortemente rural, convivia agora também com dinâmicas e problemas tipicamente urbanos; antes um país de tradições minimamente consolidadas, assistia à emergência de novos padrões de comportamento, novas formas de arte e novos conjuntos de valores. Assim como outros pensadores e artistas do período, Caio Prado Jr. reconhece a coexistência de arcaico e moderno e, de fato, a toma como inspiração para suas reflexões. No entanto, ele se diferencia de outros pensadores e artistas por não conceber simplesmente uma dicotomia entre um Brasil que deveria ser o **ideal** – isto é, um Brasil moderno – e um Brasil que seria o **real** – isto é, um Brasil com resquícios de atraso, de modo que aquele deveria se sobrepôr a este. Embora também desejasse mudanças, Caio Prado Jr. preocupa-se, antes de tudo, em compreender os motivos da persistência de elementos arcaicos na sociedade brasileira; para ele, é preciso considerar as especificidades do Brasil e do tempo histórico brasileiro e se o que é tido como atraso cumpre algum papel relevante ou detém alguma função especial dentro de nossa sociedade. Isso não significa que sua interpretação do Brasil apresenta um caráter conservador, e sua proposta aponta para a manutenção do que nos tornaria únicos enquanto país. A indagação acerca do lugar do atraso

ou arcaico indica tão somente um caminho distinto para a solução para os problemas e os desafios enfrentados pelo país.

Para compreender a proposta de Caio Prado Jr., é preciso ter em mente também que ele desenvolveu uma interpretação materialista da história do Brasil. Você provavelmente recorda-se da teoria de Karl Marx, para quem as sociedades são movidas por contradições. Sendo assim, é claro para você que promover uma interpretação materialista da história significa partir das contradições como motor do movimento da própria história. Caio Prado Jr. levantou uma série de documentos históricos sobre a formação da sociedade brasileira e a evolução econômica, social e política da colônia, do império e da república. Com as devidas fontes, ele então apoiou-se no referencial marxista para a análise dos documentos e das referências de cunho historiográfico, mas, numa inovação, não o fez de modo que houvesse uma mera repetição ou aplicação dos conceitos de Marx. Na verdade, Prado Jr. empregou a **lógica de pensamento** característica de Marx para desvendar a história brasileira. Com isso, ele defende que a história se apresenta sempre como um processo dinâmico, impulsionado por contradições sociais diversas. Conforme as contradições se negam, desdobram ou resolvem, e sua síntese gera então impulso para que o processo continue se movendo, novos problemas e desafios emergem e as classes sociais continuam engajadas em disputa. Ainda que o dinâmico processo histórico seja composto por contradições sociais diversas, é preciso considerar que Caio Prado Jr., como marxista, reconhece que a contradição principal, aquela a estruturar todas as outras, se encontra na economia. Em outras palavras,

o fundamento material do desenrolar do processo histórico se encontra na esfera da vida econômica. Ali estariam [as] bases do movimento contraditório da história. Dessa forma, a economia se torna, em Caio Prado Jr., assim como em Marx, o ponto de partida para a análise da história. *É preciso partir da organização econômica para, em seguida, compreender o conjunto da organização social que tem nela seu fundamento* (FERREIRA, 2008, p. 492; acréscimo e grifo adicionais).

”



A ideia de que a história é um processo – ou seja, que a história não é uma coleção de fatos estanques do passado, mas uma cadeia de eventos continuamente construída por todos nós – não é uma ideia exclusivamente marxista. Ao contrário, é uma ideia que emerge com o próprio mundo moderno, com os grandes filósofos do Iluminismo. No entanto, Marx foi o primeiro autor a defender que tal cadeia de eventos – e, logo, toda a história – é conectada a partir das mudanças ocorridas na economia. Sendo assim, eventos como desenvolvimento das forças produtivas, mudanças nas relações de produção e de trabalho, buscam por maior margem de lucro e novos mercados consumidores, entre outros dão “energia” para que a história continue se movendo.

Com base nos pressupostos expostos, cabe agora observar como Caio Prado Jr. apresenta concretamente o Brasil enquanto expressão da “história como processo que se desenrola de forma contraditória e cujo fundamento se encontra na esfera da vida econômica” (FERREIRA, 2008, p. 492). Se ele distingue a independência como momento fundamental para a compreensão do Brasil é porque ali se visualizam de maneira evidente aspectos da contradição central a afligir a nossa formação social e se podem desdobrar, ainda, as respostas necessárias para uma nova síntese.

O sentido da colonização brasileira

A adoção do método de análise e da lógica de pensamento marxista, na consideração da história como um processo contraditório fundamentado na economia, necessariamente levou Caio Prado Jr. à categoria **totalidade**. Em Marx, não é possível a análise de nenhum elemento ou esfera da vida social sem considerá-la como parte de um todo, que então influencia como cada elemento ou esfera se comporta. Seguindo tal trilha de interpretação marxista, Prado Jr. considera que estudar o Brasil sem atentar ao cenário no qual ele estava (e está) inserido é um erro. O Brasil foi **colonizado** e, logo, não surgiu como obra de suas populações nativas, locais; como obra da colonização, faz parte dos esforços de um outro país e, assim, automaticamente se insere em um contexto **mundial**. Tal inserção não é um mero detalhe, porque, como parte de um todo, o Brasil há de ser influenciado pelo lugar que detém na ordem mundial.

”
Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo “sentido”. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos especiais que a constituem num largo período de tempo. (...) É isto que se deve, antes de mais nada, procurar quando se aborda a análise da história de um povo, seja aliás qual for o momento ou o aspecto dela que interessa, porque todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja (PRADO JR., 2011, p. 15).

Sendo assim, cabe atentar-se que, quanto à colonização brasileira, uma nova ordem mundial estava em composição: os países europeus estavam expandindo suas trocas, criando um mercado global, diversificado, interligado por meio da abertura de novas rotas comerciais e da colonização de novos territórios. Como parte da aventura mercantilista de Portugal, nossa formação se deu, essencialmente, para fornecer madeira (em especial, pau-brasil), açúcar, ouro, prata, diamantes, algodão e café para a Europa. A sociedade, a economia e a política brasileira foram organizadas com o objetivo de servir outras sociedades, outras economias e outras políticas; suas preocupações eram voltadas para fora, não para dentro; suas motivações não partem de seu interior, são impostas do exterior. Em síntese, este era, então, o **sentido** da colonização brasileira.



Assimile

A palavra sentido apresenta dois significados em Caio Prado Jr. – significados estes complementares e que devem ser tomados conjuntamente. Em primeiro lugar, **sentido** significa direção – logo, a orientação que o empreendimento colonial tinha. Sendo assim, desvendar o sentido da colonização brasileira é indicar que seu objetivo era atender o comércio internacional. Em segundo lugar, **sentido** significa **explicação** – logo, a chave-mestra para compreender o conjunto de eventos e de características do período colonial, imperial e republicano, aparentemente desconexos. Sendo assim, desvendar o sentido da colonização brasileira é indicar porque ela ocorreu e os motivos que estavam por trás dela.

A tarefa de fornecer produtos primários – como açúcar, algodão, café, entre outros, então de alto valor, para o mercado externo reflete-se não só na economia em si. Caio Prado Jr. demonstra como o povoamento, a vida material e a vida social da colônia são então conduzidas sob o imperativo da referida tarefa.

No que tange ao povoamento, Caio Prado Jr. destaca o inicial desequilíbrio flagrante entre o litoral e o interior – um desequilíbrio em favor do primeiro, indicando o caráter agrícola e exportador da colonização. Curiosamente, o povoamento do interior só aumentaria com a exploração de metais preciosos – também indicando o citado caráter exportador da colonização. Há de se notar que a grande mobilidade da população, sempre em fluxo com os ciclos econômicos, indica que “a colonização não se orienta no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e coerente dos recursos do território para a satisfação das necessidades materiais da população que nela habita. Daí a sua instabilidade, com seus reflexos no povoamento, determinando nele uma mobilidade superior ainda à normal dos países novos” (PRADO JR., 2011, p. 71).

No que tange à vida material, o autor chama atenção para o elemento fundamental, em termos de organização da economia, a possibilitar a exportação de gêneros tropicais e minerais: o grande latifúndio. Como a grande unidade produtora brasileira, o latifúndio congrega numerosos contingentes de escravos coordenados por poucos colonos brancos e, na medida em que foca em uma exploração intensiva e extensiva dos recursos, emprega (e promove) baixíssimo desenvolvimento tecnológico. O baixo desenvolvimento tecnológico relaciona-se com vias de comunicação precárias, que imprimem um ritmo lento à colônia como um todo.

No que tange à vida social, enfim, Prado Jr. enfatiza como a escravidão, necessária ao modelo econômico exportador, gerou um sentimento negativo em relação ao trabalho manual, visto como degradante. Expõe como o clã patriarcal se destaca, por gozar de grande independência em meio a uma população subjugada, cujas necessidades são secundárias, e como a administração e a justiça portuguesa na colônia são confusas e desorganizadas, visto que a metrópole só se interessa em retirar proveitos imediatos do território brasileiro. Ele também argumenta que falta nexo moral costurando a sociedade brasileira, pois sua integração fora comprometida.



Se o sentido da colonização diz respeito à direção e à explicação das características mais fundamentais de uma sociedade, sendo que esta não pode, ainda, ser descolada de um contexto mais amplo, você acredita que o sentido de um povo há de se estender ao longo da história? Como? Por quê?

A revolução brasileira

Para Caio Prado Jr., a formação e o desenvolvimento da sociedade brasileira foram tingidos pela tarefa fundamental de produzir insumos para o exterior. Na medida em que a produção para exportação organizava toda a vida econômica, social e política brasileira, suas consequências haviam de ser sentidas para além dos três séculos que constituem formalmente o período colonial. O período de transformações testemunhado por Caio Prado Jr., dos anos 1920 aos anos 1940, revela que aspectos tais como a força do rural e do patriarcalismo não se restringem ao período que vai do século XVI ao século XIX somente. No entanto, o autor acredita que é o momento da independência que primeiro revela as tensões que o Brasil, enquanto nação em potencial, precisa resolver:

A Independência não seria apenas a superação de um estatuto jurídico-político associado ao regime de colônia. Mais do que isso: significaria uma primeira ruptura com o sistema colonial, criando, desse modo, condições para a construção de uma nacionalidade orgânica e autônoma por meio da reestruturação e reorientação da economia (FERREIRA, 2008, p. 504-505).



A chegada da comitiva de D. João VI ao Brasil e os consequentes acontecimentos que levam à independência de Portugal são relevantes na medida em que levam à emergência de conflitos de toda ordem no território brasileiro. Prado Jr. defende que a base econômica, social e política então existente era demasiadamente estreita para assentar um crescente número de habitantes e de necessidades, então sempre postas à margem por não estarem organicamente vinculadas às prioridades da produção colonial. No entanto, cabe salientar que Caio Prado Jr. reforça que as consequências negativas de tal arranjo socioeconômico peculiar não são sentidas igualmente por todos os

grupos e classes sociais. Na verdade, setores dominantes no Brasil e, sobretudo, no exterior, em muito se beneficiam da coexistência de aspectos atrasados e modernos. Quando se trata do caso do Brasil, o atraso é, no fim, funcional. Do ponto de vista imperialista, ele não é uma aberração e sim, complementar à ascensão de elementos modernos, porque possibilita a continuidade da exploração dos recursos do país.

Ainda que a independência tenha iniciado a ruptura com o sistema colonial, ela não foi completa e, assim, a necessidade de uma revolução brasileira se faz evidente para Caio Prado Jr. Uma revolução implica em uma mudança substancial e radical em relação ao vigente. No caso do Brasil de Prado Jr., ela implicaria em ascender plenamente ao status de nação, reconhecendo os elementos do passado colonial incrustados na economia e, conseqüentemente, na sociedade, na política e na mentalidade brasileiras – e superando-os, enfim. Nesse ponto, Caio Prado Jr. diverge da visão majoritária do PCB, do qual fazia parte. Como você pode deduzir do que se expôs anteriormente, o sentido da colonização brasileira sempre foi **capitalista** – isto é, cabia colonizar o Brasil com o objetivo de incrementar as trocas comerciais no mundo. Para Prado Jr., nunca houve feudalismo no Brasil e, assim, não cabia buscar uma revolução por uma via clássica – tal qual ocorreu na Revolução Francesa, na qual o chamado Terceiro Estado, a burguesia, pôde dirigir as mudanças rumo ao capitalismo e ao Estado-nação. Mesmo a escravidão, geralmente associada a períodos pré-capitalistas, adquiriu contornos capitalistas no Brasil de Caio Prado Jr. – ao estruturar-se como uma fábrica, isto é, um grande número de empregados subsumidos a poucos gestores e patrões. O PCB, à época, acreditava que uma necessária revolução no Brasil passava por formar uma aliança com a burguesia. Já Caio Pardo Jr., seguindo suas propostas teóricas e negando a existência de uma forte burguesia nacional, salienta como os trabalhadores têm importância para uma revolução brasileira assim como o têm o Estado e a sua capacidade de promover reformas progressistas.



Pesquise mais

As ideias de Caio Prado Jr. foram forjadas em meio a um profundo compromisso para com mudanças sociais, de modo que, durante toda a sua vida, Prado Jr. foi um intelectual politicamente ativo. Sendo assim, cabe conhecer em maiores detalhes sua biografia política, para que sua proposta teórica seja melhor compreendida:

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Caio Prado Jr.**: uma biografia política. São Paulo: Boitempo, 2016.

Sem medo de errar

Agora é o momento de relembrar o quebra-cabeças que deu início ao seu aprendizado sobre Caio Prado Jr.: contratado para fazer um diagnóstico e o planejamento de uma empresa, você constata que ela está em forte desvantagem em relação a outras empresas do mundo. Você desconfia que tal desvantagem se dá em função de algumas escolhas feitas pelos donos logo ao início do negócio, numa influência que vai além do que se vê imediatamente. Consequentemente, você antecipa que as mudanças não serão fáceis, pois deverão tocar nas estruturas fundamentais daquela empresa.

Caso as ideias de Caio Prado Jr. fossem utilizadas para encaminhar a situação-problema que foi apresentada a você, o primeiro passo seria esclarecer que só é possível compreender a performance e o desempenho da empresa em questão se ela for, de fato, localizada em meio à rede, ao todo de empresas que necessariamente se conectam sob o sistema capitalista de produção. Toda empresa é, inevitavelmente, **parte** de uma cadeia de produtos, na medida em que um bem é necessário para a confecção ou reprodução de outro. Portanto, é preciso checar a porção da produção que cabe à empresa que você analisa.

Com isso, você pode deduzir que, se a empresa produz bens ou insumos de nível primário ou relativamente simples, que não demandam grande tecnologia ou inovação, esta empresa encontra-se abaixo de outras. Seus produtos irão servir para que os outros negócios garantam sua produção sem interrupção, mas não é certeza de que o contrário é verdadeiro. Em síntese, a empresa que você analisa fornece matéria-prima, enquanto em outros locais, entrega-se o produto final.

Ainda inspirado em Caio Prado Jr., você distingue que o tipo de produção da empresa determina todas as suas possibilidades e é chave para a compreensão de todas as suas dificuldades. Por exemplo, o tipo de produção indica como os empregados relacionam-se, os limites para inovação e montante da produção, o acesso a mercados, entre outros. Se os donos da empresa não estão satisfeitos com o que se

passa, é sim possível fazer ajustes, mas haverá sempre limites. Assim, se o objetivo é tornar-se uma das grandes empresas do mundo, não há alternativa se não mudar radicalmente o perfil do negócio. Você argumenta que, da maneira como está, a empresa serve as outras; para sair de tal situação, a questão é adquirir mais controle do que se produz, tornar a produção mais autônoma e relacionada a um mercado consumidor específico àquela empresa com grande potencial.

Faça valer a pena

1. “Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos ‘descobrimentos’, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV, e que lhes alargará o horizonte pelo oceano afora. Não têm outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e colonização das ilhas pelos portugueses, o roteiro das Índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores” (PRADO JR., 2011, p. 19).

De acordo com Caio Prado Jr., como caracterizar a iniciativa de colonizar o território brasileiro? Assinale a alternativa correta.

- a) A ideia de colonizar o Brasil surgiu da astúcia dos grandes navegadores e seus patrocinadores.
- b) A colonização do território brasileiro ocorreu tardia e desorganizadamente, tal como o foi a exploração da costa africana.
- c) O sentido da colonização é capitalista porque surgiu da iniciativa de instaurar manufaturas no território brasileiro.
- d) A colonização do território brasileiro caracteriza-se como um dos vários empreendimentos mercantilistas da Europa do século XV e XVI e seu sentido é, portanto, capitalista.
- e) A colonização do território brasileiro é um dos últimos capítulos do feudalismo europeu.

2. “No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu” (PRADO JR., 2011, p. 28).

Com base na citação, assinale a alternativa correta acerca dos paradigmas teóricos e metodológicos adotados por Caio Prado Jr.

- a) Caio Prado Jr. propõe que o todo é a soma das partes e se vale do caso do Brasil para compreender o sistema comercial europeu.
- b) Caio Prado Jr. não se diferencia de Gilberto Freyre ao dizer que o patriarcado detém bastante força e influência na sociedade brasileira.
- c) Caio Prado Jr. propõe uma interpretação culturalista da história e analisa a mentalidade da empresa comercial aplicada nos trópicos.
- d) Caio Prado Jr. acredita que, na formação social brasileira, elementos arcaicos convivem com elementos modernos.
- e) Caio Prado Jr. propõe uma interpretação materialista da história, privilegiando a categoria totalidade e defendendo que a economia é o fundamento da organização social.

3. “Observando-se o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas; que não ‘tomou forma’. É verdade que em alguns setores aquela transformação já é profunda e é diante de elementos própria e positivamente novos que nos encontramos. Mas isto, apesar de tudo, é excepcional. Na maior parte dos exemplos, e no conjunto, em todo caso, atrás daquelas transformações que às vezes nos podem iludir, sente-se a presença de uma realidade já muito antiga que até nos admira de aí achar e que não é senão aquele passado colonial” (PRADO JR., 2011, p. 10-11).

Como Caio Prado Jr. concebe a relação entre **atraso** e **moderno** no seio da sociedade brasileira? Assinale a alternativa correta.

- a) Para Prado Jr., **atraso** e **moderno** não estão em franca oposição, pois os elementos de atraso são funcionais para a continuidade da exploração dos recursos brasileiros.
- b) Para Prado Jr., o Brasil é um país atrasado que não tem condições de se modernizar.
- c) Para Prado Jr., os elementos de atraso presentes na sociedade brasileira são passageiros e estão desaparecendo aos poucos e naturalmente.
- d) Para Prado Jr., o aspecto arcaico da sociedade brasileira será superado por meio de uma aliança com a burguesia progressista do país.
- e) Para Prado Jr., **atraso** e **moderno** representam dois setores da sociedade brasileira, então em agudo conflito.

Referências

- CANDIDO, Antônio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**, 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 9-21.
- CANO, Wilson. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v.16, n.1, p. 79-90, jan./jun. 2012.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Um livro perene. In: FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**, 48. ed. São Paulo: Global, 2003, p. 19-28.
- CUNHA, Euclides. **Os Sertões: Campanha de Canudos**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- FERREIRA, Bernardo. Do Brasil Colônia de Ontem ao Brasil Nação de Amanhã. Revolução da Independência e História do Brasil em Caio Prado Jr. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 51, n. 2, p. 489-509, 2008.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**, 48. ed. São Paulo: Global, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**, 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- VELHO, Gilberto. Gilberto Freyre: trajetória e singularidade. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 58, p. 11-21, 2008.
- VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1973.
- WAIZBORT, Leopoldo. O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil, 1936. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.26, n.76, p. 39-62, 2011.

Sistematização e institucionalização da sociologia no Brasil

Convite ao estudo

Caro aluno,

A segunda unidade do seu livro didático vai levá-lo adiante na análise do Brasil sob o ponto de vista sociológico. Até aqui, você teve contato com autores que viveram em um período em que a Sociologia ainda não existia formalmente como uma disciplina acadêmica. Agora, é o momento de aprender sobre o processo de formalização e institucionalização do saber sociológico em nosso país e, ao mesmo tempo, refletir se tal processo influenciou a percepção do Brasil enquanto objeto sociológico. Em caso positivo, como se deu esta influência? Nesta unidade, o estudo do processo de formalização e institucionalização da Sociologia no Brasil vai se misturar com o estudo das propostas de três importantes autores: Luiz de Aguiar Costa Pinto, Alberto Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes. Os três autores forjaram parte crucial de sua produção acadêmica durante os anos de 1950, quando vigorava em diversos cantos do mundo, uma época “dourada” – isto é, uma época de grandes avanços científicos, tecnológicos e econômicos e de notáveis mudanças culturais e comportamentais.

Costa Pinto, Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes partem do debate sobre tradição e modernidade que, há décadas, mobilizava a intelectualidade brasileira. Sua produção acadêmica é carregada pelas chamadas questões nacionais – aquelas que giram em torno da compreensão da formação do Brasil como nação e seus limites e problemas. No entanto, os três autores preocupam-se mais detidamente com o tópico

mudança social e o papel e a contribuição da sociologia para tal. Considerando os avanços científicos, tecnológicos e econômicos do período – no Brasil e no mundo – fazia sentido um foco mais preciso nas transformações vividas – e não tanto questionar-se sobre o passado brasileiro. Assim, nesta seção, você visualizará como Costa Pinto diferencia modernização e desenvolvimento, e salienta o papel crucial da Sociologia para a mudança social; na seção seguinte, você verá como Guerreiro Ramos explica uma visão dualista do subdesenvolvimento brasileiro e reivindica uma sociologia genuinamente nacional; na seção posterior, enfim, você conhecerá a explicação não-linear do contínuo atraso-moderno de Florestan Fernandes e sua proposta de sociologia como perspectiva crítica.

Para que você possa visualizar melhor as propostas dos três autores desta unidade, considere a seguinte situação: imagine que você se tornou consultor daquela empresa da unidade anterior, para a qual você deveria executar um planejamento – então, você passa a conhecê-la muito melhor e tem mais ferramentas e recursos para analisá-la. Passado um período de ajustes, a empresa parece estar milagrosamente crescendo e desenvolvendo-se, mas ainda guarda ranços do passado. Mais uma vez, cabe a você visualizar os problemas e, possivelmente, encontrar soluções. Novamente, a “empresa” seria como o Brasil: na década de 1950, ele era certamente um país diferente, não mais aquele dos anos de 1930. Ainda assim, sentia-se que ele não havia ascendido à potência mundial, existiam certas barreiras às mudanças propostas ou efetivamente tentadas, e também um leque de problemas a serem compreendidos e resolvidos. Você consegue visualizar como uma empresa pode ter dificuldades em transformar-se para acompanhar o mercado e os novos tempos? Já parou para pensar que **desenvolvimento** pode significar algo além da introdução de novas tecnologias ou regulamentos?

Ao final da unidade, espera-se que você tenha domínio das propostas dos três autores citados anteriormente e compreenda os aspectos em torno do processo de formalização e

institucionalização da Sociologia como disciplina – processo este com um impacto direto no que você vive hoje. Não se esqueça de que as discussões que você verá nas páginas seguintes não se descolam do que foi aprendido anteriormente e serão importantes nas unidades posteriores também.

Bons estudos!

Seção 2.1

Costa Pinto e o CLAPCS

Diálogo aberto

Nesta primeira seção, você será apresentado às propostas de Luiz de Aguiar Costa Pinto para uma interpretação do Brasil. O objetivo é avançar na compreensão do Brasil como objeto da Sociologia, em um momento em que a disciplina se consolidava enquanto um ramo formal de conhecimento em nosso país. Considere que autores anteriores a Costa Pinto e seus contemporâneos apresentaram análises permeadas de preocupações sociológicas e se valeram de elementos caros à Sociologia – como a crítica ao determinismo biológico e geográfico; no entanto, é preciso reconhecer que não havia ainda uma especialização por parte dos autores, a sistematização das questões e dos métodos sociológicos e nem uma produção regular no que tange à teoria, pesquisa e aplicação do conhecimento sociológico. Sendo assim, falar de Costa Pinto e, igualmente, de seus contemporâneos – é falar não só de uma interpretação de um Brasil em meio a novos desafios econômicos, sociais e políticos; é também falar do avanço da nossa Sociologia e suas particularidades.

Luiz de Aguiar Costa Pinto nasceu em Salvador, Bahia, em 1920, em uma família proprietária de engenhos na região do Recôncavo Baiano – região esta que, posteriormente, lhe servirá de inspiração para o seu conceito sociológico central: **marginalidade estrutural**. Cumpre seus estudos universitários no Brasil, no final dos anos 1930 e início dos anos 1940, e rapidamente inicia sua carreira docente no país. Nos anos 1950, Costa Pinto integra um conjunto de projetos coletivos de pesquisa financiados pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – em inglês, *The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*), focados sobretudo no conceito de raça. Também promove a criação e torna-se o primeiro diretor do Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais (CLAPCS) e, ainda, assume a vice-presidência da Associação Internacional de Sociologia (ISA – em inglês, *International*

Sociological Association). Tais atividades revelam um sociólogo inserido em redes transnacionais de cientistas sociais e, como você verá adiante, correspondem à posição por ele compartilhada de que a Sociologia deveria ser uma disciplina crítica, com um comprometimento em relação às mudanças sociais do país. Com o golpe militar de 1964, Costa Pinto refugia-se no exterior e inicia uma renomada carreira internacional, onde solidifica suas contribuições originais para a interpretação do Brasil e da América Latina.

Novamente, imagine que como consultor de uma grande empresa, você deve avaliar os seus problemas e as suas limitações e, eventualmente, propor soluções que o coloquem no patamar das grandes empresas do mundo. Tal empresa passou por sensíveis mudanças no passado recente e experimentou um período de disputas internas e rixas, confusão no mercado externo e na relação com investidores, fornecedores e empregados. Ela parece estar crescendo, desenvolvendo-se, mas, ainda assim, ranços do passado se mantêm. Você percebe, então, que os aspectos e os valores atrasados da cultura da empresa persistem mesmo quando se modernizam as instalações, os instrumentos de trabalho, entre outro. Como lidar com este descompasso que você percebe? Faz sentido que o incremento de instalações e afins seja dissociado de modificações da cultura da empresa? Como explicar suas conclusões no seu relatório e, se for o caso, como propor uma saída para seus superiores?

Para compreender e explicar o descompasso reconhecido no interior da empresa, você deverá ser capaz de reconhecer a coexistência de temporalidades distintas – isto é, a mudança ocorrida na empresa não se deu e não se dá da mesma forma, no mesmo ritmo e tempo em todos os setores. Tal qual fez Costa Pinto em sua análise do Brasil dos anos de 1950, você deverá ser capaz de reportar que há uma unidade entre elementos tradicionais e elementos modernos, de modo que aqueles podem se perpetuar mesmo estando à margem da dinâmica da empresa. Mas como superar o que está à margem? Se seguirmos a metáfora da “empresa”, a resolução do referido dilema equivale ao momento em que todo o seu conhecimento e toda a sua reputação enquanto consultor seriam colocados à prova, na medida em que o saber que você acumulou durante os anos anteriores será apresentado como chave para que a empresa possa verdadeiramente se desenvolver.

Década de 1950 e o lugar da Sociologia enquanto disciplina

Desde meados do século XIX, é possível encontrar autores interessados em entender a sociedade brasileira e com produção intelectual sobre o tema. Existe, assim, um conjunto de livros e artigos discutindo a vida política, econômica e social, a cultura, o povo brasileiro com datas que vão tão longe quanto 1880. Embora versando sobre tópicos eminentemente sociais, os autores que escreviam em meados do século XIX até a década de 1930 não eram sociólogos de formação e nem faziam uma análise propriamente sociológica dos tópicos apresentados. Isto é, no período referido, os autores tinham uma orientação evolucionista e buscavam entender a sociedade segundo os preceitos das ciências naturais. Em sua maioria, os autores interessados em entender a sociedade brasileira eram, até a década de 1930, juristas e, com a cooperação de engenheiros e médicos, compartilhavam explicações que revelavam “a obsessão com os fatores naturais, notadamente o biológico (raça); a preocupação com etapas históricas; o gosto pelos estudos demasiado gerais e as grandes sínteses explicativas” (CANDIDO, 2006 [1959], p. 272).

A grande contribuição dos autores da década de 1930 foi o rompimento com a perspectiva evolucionista e cientificista do período anterior, de modo que os temas sociais passaram a ser tratados com uma particularidade própria, considerando a sua irredutibilidade à biologia e às ciências naturais em geral. Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. também não eram sociólogos de formação, mas introduziram aqui paradigmas centrais para a abordagem da sociedade enquanto objeto de reflexão e análise. Os intensos debates da década de 1930, abertamente centrados na tensão entre moderno e arcaico, foram cruciais para as novas lentes com as quais os autores viam o país em que viviam. Todavia, se o ponto de vista dos autores da geração de 1930 era sociológico, não havia, ainda, uma **ciência** chamada Sociologia – no e do Brasil. Em outras palavras, tinham-se definidos os aspectos relevantes da sociedade brasileira a serem estudados e os critérios explicativos centrais para tal tarefa (por exemplo, a importância da história e a recusa ao determinismo biológico); era ressaltada também a validade da pesquisa empírica como fonte potencial de conhecimento. Mas não havia uma discussão organizada sobre teoria sociológica e métodos de pesquisa e análise.



Um comentário sobre a obra mais relevante de Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala*, é capaz de auxiliar na compreensão das diferenças com as análises alinhadas à Sociologia enquanto disciplina formal do saber, emergentes ao final dos anos de 1940 e início dos anos 1950. Como um compreensivo estudo da família patriarcal, *Casa-grande & senzala* passeia livremente entre Sociologia, Antropologia, Ciência Política, História e Geografia, sem se preocupar em elencar conceitos e delinear fronteiras entre cada um dos ramos do saber nos quais o autor se inspira e para os quais, ao mesmo tempo, colabora. O caráter fortemente literário da obra revela um comprometimento mais artístico e estilístico da exposição do que um comprometimento com as normas compartilhadas por outros autores, que seriam então seus pares na construção do conhecimento. Ainda, embora se valha de extensas fontes documentais, Freyre não explica a maneira como lidou com tais fontes e nem o caminho que o levou às mesmas, de modo a enfraquecer a possibilidade de verificação e validação – princípio fundamental da pesquisa científica, mesmo nas ciências sociais. Em síntese, Freyre apresenta uma contribuição incontestável à formação de um ponto de vista sociológico, mas sua obra não pode ser considerada da mesma maneira que as publicadas posteriormente.

Aberta a via para as análises sociológicas no e do Brasil, era preciso sedimentar a sociologia enquanto ramo do saber em nosso país. O primeiro passo para tal foi a promoção do ensino sistemático da disciplina a partir da década de 1940, com a formação de sociólogos versados nas teorias sociológicas e nos métodos de pesquisa e análise existentes até então. Costa Pinto, Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes são produtos de tal iniciativa, formados em universidades nacionais em que lecionavam os professores estrangeiros ou naturalizados que formaram a primeira equipe de intelectuais especificamente preparados para o ensino superior de Sociologia – e, em alguns casos, de Antropologia – no país. No entanto, o ensino era somente uma pequena parcela do que cabia à consolidação da Sociologia como ciência e, por conseguinte, profissão em solo brasileiro. Havia outros quatro elementos adicionais conduzindo a Sociologia ao patamar de reconhecida ciência. Em primeiro lugar, o incentivo à pesquisa, com os primeiros planos metódicos de investigação e as primeiras verbas a ela destinadas – para que fossem

executadas tanto individual quanto coletivamente, com finalidades estritamente acadêmicas ou práticas. Em segundo lugar, o relativo suporte à divulgação, com possibilidade de publicação em canais especializados – mesmo que ainda restrito à época. Em terceiro lugar, o consenso sobre a necessidade de fortalecer uma mentalidade caracteristicamente sociológica, num ambiente institucional que estimulava a discussão de teorias e técnicas típicas da Sociologia, e não de outras disciplinas ou comuns a outras disciplinas. Em quarto e último lugar, a criação (formal ou informalmente) de nichos de atividades de pesquisa, em que os sociólogos podiam encontrar uma comunidade com quem colaborar e dialogar.

Dentre os nichos de atividades de pesquisa, vale mencionar os estudos sobre raça, urbanização e política (especialmente, clientelismo e evolução das instituições). Tais estudos são relevantes, pois expressam muitas das questões existentes no período. Nos anos de 1950, o Brasil vive o final do governo Dutra; o segundo governo Vargas, com a manutenção da orientação nacionalista anterior (a saber, controle da economia, promoção da indústria, aumento substancial do salário mínimo); e, enfim, o governo Kubitschek, com a proposta de um ambicioso plano de desenvolvimento nacional, fundado em diversas metas a serem cumpridas em apenas cinco anos. Estes governos priorizam os setores de energia e transporte, com intenso planejamento estatal e foco na superação das deficiências de infraestrutura do país. O resultado foi um notável progresso, sentido de maneira sensível pelos brasileiros – novas estradas, usinas hidrelétricas, indústrias de base (mecânica pesada, cimento e siderurgia), construção de armazéns e silos e expansão dos bens de consumo duráveis (televisão, geladeira e afins). Além disso, a população aumentou de forma considerável, como em nenhuma outra década até então, e irregular, com a parcela urbana em um passo mais acelerado do que a parcela rural. Sobre as mudanças populacionais, considere, ainda, o processo de êxodo rural e migração interna, que levou à dramática expansão da região sudeste.

Como em outros países do mundo, vivia-se no Brasil uma época de otimismo. Aqui, em particular, o momento econômico, político e cultural levou a uma ligeira reformulação do binômio arcaico-moderno: a tarefa passou a ser construir efetivamente o Brasil moderno, com uma visão para o futuro e sem ligar-se tanto à compreensão do passado. Sentia-se que o moderno estava, de

fato, presente e o passado não precisava mais ser analisado – e sim, plenamente superado. Nesse sentido, aqueles envolvidos com o estudo e a pesquisa da vida política, econômica e social, da cultura e do povo brasileiro eram inevitavelmente confrontados com sua participação e sua contribuição às mudanças sociais assistidas ou vividas. Qual seria então o lugar da Sociologia como disciplina? Seria tal lugar somente de cunho institucional? Seria a Sociologia um agente no processo de mudanças? Estas são questões colocadas a todos os autores do período, sendo profundamente consideradas por Costa Pinto.



Reflita

Você acredita que, por estudarem a sociedade de maneira formal e sistemática, os sociólogos devem se posicionar publicamente nos debates sobre os problemas e as mazelas sociais? Você acredita que os sociólogos devem receber maior destaque e reconhecimento em tais debates? Para você, é possível falar de um papel cidadão ou social da sociologia, ou seria ela uma profissão como qualquer outra?

Modernidade vs. desenvolvimento

Costa Pinto é um autor representante da Sociologia dos anos de 1950, mas, curiosamente, sua primeira publicação de destaque, ainda nos anos de 1940, aborda um tema caro aos autores da geração anterior, da década de 1930: a família colonial. Em *Lutas de Família no Brasil: uma introdução ao seu estudo*, Costa Pinto analisa o fenômeno da vingança privada – uma prática comum no Brasil Colônia, cujo objetivo era punir delitos variados, que iam do adultério ao roubo de terras. O autor dedica-se mais detidamente aos casos de vingança ocorridos na capitania de São Vicente do século XVI e no sertão do Ceará do século XVIII e conclui que esta prática, de cunho **privado**, convivia tranquilamente com as regras do poder **público**. Na verdade, o ato deliberado de retaliação por parte de um indivíduo ou família – direcionado a um membro de uma outra família e existindo, assim, em um cenário de vida em coletivo – era nada mais do que uma forma de controle **social** – ou a maneira através da qual a comunidade garantia o respeito às hierarquias, regras e leis. O que Costa Pinto percebe, portanto, é que duas ordens sociais diferentes – uma privada e outra pública –

não se opunham; ao contrário, elas complementavam uma à outra na criação de uma nova ordem bastante singular.

Costa Pinto não destaca a família colonial e seu notável poder da mesma maneira que seus antecessores o fizeram. Ele não faz como Gilberto Freyre, que elucida uma formação histórica em que o engenho tem lugar central, e nem como Sérgio Buarque de Holanda, que ressalta a forte personalidade a caracterizar a mentalidade do povo brasileiro.



Destaquem-se aqui, pois, dois procedimentos analíticos relevantes, utilizados pelo autor [Costa Pinto], que se contrapõem às interpretações correntes na época, e que dizem respeito, (1) a importância da vida associativa para a explicação dos fatos sociais em detrimento de uma ontologia do brasileiro, e, (2) a comparação entre as sociedades tradicionais com efetiva ausência do poder público e a sociedade brasileira colonial, onde apesar de sua "fraqueza" o poder público se mistura ao poder privado, assinalando um caminho próprio e singular de constituição do país (VILLAS BÔAS, 2005, p. 91).

A explicação focada na conjunção de duas ordens sociais distintas será aprofundada ao longo da década de 1950, na pesquisa e redação da obra *Recôncavo: laboratório de uma experiência humana* (1958). Nela, Costa Pinto analisa o impacto da primeira refinaria da Petrobrás, um dos grandes símbolos do progresso brasileiro, cujos campos de exploração de petróleo trouxeram energia elétrica e uma rede de novas rodovias à região do Recôncavo Baiano e levaram à desativação de seu transporte ferroviário e sua navegação fluvial e costeira. Em meio a tais mudanças, Costa Pinto percorre o emaranhado de relações trabalhistas e comunitárias, formais e informais, considerando a existência ou a ausência de contrato de trabalho como aspecto central para a compreensão das dinâmicas existentes na área. Observa condutas marcadas pela lealdade e condutas marcadas pela racionalidade capitalista e, com base nisso, conclui-se que

As mudanças que ocorriam no Recôncavo não levavam à adoção rápida de um novo estilo de vida. Muito embora uma nova maneira de viver surgisse, ela irrompia do massapé mole, das dobras e meandros de um quadro tradicional. Havia resistência às novas formas de produção, resistências à secularização da vida. Resistências e adaptações, recusas e permanências, modificações lentas quando comparadas à extraordinária rapidez dos caminhões que apareciam no Recôncavo em número cada vez maior (VILLAS BÔAS, 2005, p. 95).



O entrelaçamento de condutas tradicionais e autoritárias com condutas racionais e individualizantes, mesmo perante um suposto estímulo às últimas, confirmaria, na visão de Costa Pinto, que visões dualistas não são adequadas para a compreensão do Brasil. Em outras palavras, para ele, não convém dizer que certa ambiguidade, na convivência de elementos arcaicos e elementos modernos, se constitui enquanto uma mera etapa da formação social brasileira, um sinal da presença de resquícios do passado ou um momento de nosso processo evolutivo. Tal convivência indicaria que a estrutura social brasileira seria capaz de reproduzir, **simultaneamente**, duas ordens sociais distintas – uma associada ao passado e outra associada ao presente e ao futuro.



Assimile

Costa Pinto denominou a coexistência de duas temporalidades distintas na sociedade brasileira de **marginalidade estrutural**. Para ele, existe uma unidade entre o que tenderia a ser considerado como residual, como as relações autoritárias, conservadoras, e o que tenderia a ser considerado como potencialmente dominante, como as relações pautadas na racionalidade capitalista – ainda que nenhuma dimensão pudesse efetivamente se sobrepor à outra. A marginalidade estrutural evidencia, assim, um círculo vicioso na construção da sociedade brasileira – percepção com grandes implicações para as propostas de Costa Pinto, como há de se ver adiante.

Considerando que arcaico e moderno estão unidos e podem conviver dentro uma mesma sociedade, Costa Pinto argumenta que

é preciso uma distinção fundamental: **modernização** não seria o mesmo que **desenvolvimento**. Tendo comprovado que era possível a coexistência de dimensões (velho e novo) e temporalidades (passado e presente) distintas na formação social brasileira, ele explica que é possível que o Brasil cresça, evolua e se modernize – como, de fato, ocorria, com a introdução de novas tecnologias, novos padrões de consumo, novas relações trabalhistas e institucionais, novos valores, ideias e comportamentos, típicos de sociedades mais avançadas. Todavia, crescimento, evolução e modernização não significam que o Brasil se desenvolvia ou se tornava desenvolvido, numa transição **efetiva** rumo a um capitalismo de tipo industrial e uma democracia de massas. O conceito de marginalidade estrutural ajudava a elucidar que havia resistência às mudanças e que era possível que a modernização se acomodasse ao antigo. Por conseguinte, Costa Pinto visualiza que transformações efetivas na ordem social brasileira dependiam, então, de vontade, intencionalidade e condução política. O desenvolvimento seria a mudança social **dirigida**, quando se vai além de mudanças sociais superficiais, na promoção consciente de uma sociedade de direitos, igualitária, com capacidade de integração e em detrimento de autoritarismo, privilégios e exclusão. Neste ponto, Costa Pinto retoma então a importância da nova ciência chamada Sociologia.

Fazer ciência e fazer história

Considerando o conceito de marginalidade estrutural, Costa Pinto acredita que a mudança social não deve simplesmente surgir; ela deve ser **provocada**. Em outras palavras, é preciso planejar e influenciar o caráter e o ritmo das transformações sociais – sobretudo em um país como o Brasil. Somente assim seria possível garantir que as mudanças beneficiem a todos e não a uma minoria, na reprodução dos vícios do passado.

Quando embarcou em suas pesquisas para desvendar os pormenores dos problemas do Brasil que se modernizava (mas não se desenvolvia), Costa Pinto salientou a importância da definição de um objeto claro e um método preciso, seguindo as formalidades de um estudo científico. Contudo, para Costa Pinto, não cabe ao cientista – sobretudo ao sociólogo – somente objeto e método; é preciso também um propósito. Costa Pinto considerava-se herdeiro

da tradição que enxerga a razão e a ciência como instrumentos fundamentais para analisar, entender e construir um mundo melhor. Frente à condição do país à década de 1950, não era possível, segundo ele, que os sociólogos se abstivessem e promovessem uma sociologia academicista, isolada das questões sociais. Costa Pinto entendia que a sociologia deveria ser crítica e estar a serviço da realização de um projeto civilizador para o país. O papel ativo dessa ciência e do sociólogo na construção de uma sociedade mais igualitária não deveria ser confundido com a simples defesa de um projeto político ou a errônea instrumentalização da ciência. Cabe ao Estado a defesa de um projeto político e, aos sociólogos, a apresentação de ideias ou propostas que, por ventura, possam com tal projeto contribuir, mas sem a perda de sua independência e seu senso crítico. Sem independência e sem senso crítico, a própria ciência se perde.

Movido pelo seu ideal de ciência e sua preocupação com o desenvolvimento do país, Costa Pinto é figura-chave na criação e promoção do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS). Fundado pelo governo Kubitschek e financiado pela UNESCO e pelos governos latino-americanos, o CLAPCS surge em meados dos anos de 1950 como uma plataforma institucional de e para uma sociologia preocupada com os dilemas da região – em grande medida semelhantes, pois todos os países da América Latina enfrentavam as dificuldades trazidas com a modernização e os desafios postos pelo desenvolvimento. As pesquisas do CLAPCS giram em torno dos fenômenos sociais em processo de transição e transformação e traduzem fielmente a proposta de uma Sociologia crítica. Além disso, o CLAPCS é uma clara manifestação da trajetória de formalização e institucionalização da Sociologia do e no Brasil – o Centro dava a oportunidade para que sociólogos (e outros cientistas sociais) pudessem exercer sua profissão e afinarem seus conhecimentos e técnicas, contribuiu para que a pesquisa científica se tornasse atividade reconhecida social e financeiramente, e revelava “certo espírito de época com relação à intenção prática de estabelecer laços acadêmicos transnacionais que funcionassem como suporte estrutural para a Sociologia” (LOPEZ; ARAÚJO, 2011, p. 218). O CLAPCS não sobreviveu ao tempo, mas sua contribuição e seu papel para a Sociologia do e no Brasil decerto o fizeram.



Pesquise mais

O CLAPCS encerrou suas atividades em 1975 com diversas dívidas. Infelizmente, não restam arquivos ou muitos documentos que possam ser consultados para que se veja hoje, em detalhes, suas pesquisas e seus projetos. No entanto, o CLAPCS tinha uma instituição "irmã" e que existe até hoje. Chama-se FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – e, navegando o seu site na internet, você pode ter uma boa dimensão das propostas e do espírito que guiava o CLAPCS: Disponível em: <<http://flacso.org.br>>. Acesso em: 29 maio 2018.

Sem medo de errar

Agora é hora de relembrar que você trabalha como consultor de uma empresa e que, após um período de transformações, ela ainda não está no mesmo patamar das grandes empresas do mundo. Ainda há ranços do passado e você é questionado sobre como lidar com eles. No caso, você percebe que os aspectos e os valores atrasados da cultura da empresa persistem mesmo quando se modernizam as instalações, os instrumentos de trabalho, etc. Como interpretar o que se passa? Como escrever seu relatório e comunicar os seus achados e as suas sugestões aos seus superiores? Caso você siga o referencial de Luiz de Aguiar Costa Pinto, convém tomar três medidas.

Em primeiro lugar, é necessário caracterizar o descompasso que você identificou no interior da empresa, reconhecendo que temporalidades distintas coexistem naquela organização – isto é, a mudança ocorrida na empresa não se deu e não se dá da mesma forma, no mesmo ritmo e tempo em todos os setores. Enquanto certos departamentos parecem compartilhar de tendências vistas em outras partes do mundo; outros ainda se prendem a práticas antiquadas e improdutivas. Você então deve traçar uma diferenciação fundamental: uma coisa é o conjunto de mudanças tecnológicas e técnicas inseridas na empresa nos últimos anos, com a consequente modificação de certos regulamentos internos; outra coisa é a maneira como os funcionários lidam com o novo ambiente. Certos comportamentos e certas atitudes podem se perpetuar mesmo estando à margem da dinâmica da empresa – por exemplo, colocar camaradagem e lealdade como critério para a promoção pode não ser formalmente aceito, pois chefes devem

sempre prestar atenção nas qualidades técnicas dos funcionários; ainda assim, promoções fora dos padrões de mérito continuam acontecendo em alguns setores.

Em segundo lugar, você deve indicar que é preciso maior planejamento nas inovações trazidas e uma intervenção mais incisiva nas mudanças efetuadas na empresa, para que ela possa se desenvolver de modo mais completo. É preciso planejamento e você, como um consultor que há bastante tempo acompanha a empresa e, dotado de profundo conhecimento de suas dinâmicas, está disposto a auxiliar todo este processo de desenvolvimento. Você pode prover as informações necessárias acerca da situação em todos os departamentos, mapear onde ocorre maior incidência de problemas e como eles são considerados, investigar a perspectiva dos funcionários e outras tarefas afins – especialmente se lhes forem garantidas plenas condições de trabalho.

Em terceiro lugar, enfim, você especifica que cabe ao alto escalão interferir no que está “à margem” da dinâmica da empresa. Tal escalão é, de fato, o agente do desenvolvimento que você aponta como necessário e, para o bem da empresa, deve existir uma diferenciação entre eles e você.

Faça valer a pena

1.

“A explicação sociológica dessa situação é intuitiva. Sendo todas as funções sociais exercidas pela família, o desempenho dessas funções cria entre os membros de uma mesma família laços muito fortes, a ponto de não existirem ‘no sistema de sociedade de parentes, nem direitos nem deveres em face das obrigações de sangue’. Não existindo, por não ter o desenvolvimento da vida social criado ainda a cidade – uma consciência comunal; não tendo a divisão de trabalho criado ainda os grupos profissionais especializados com uma consciência de classe definida; sendo ainda o culto essencialmente doméstico e a realização do direito, também, tarefa exclusiva da família – todas as relações entre os indivíduos, as relações jurídicas inclusive, só se estabelecem, constante e normalmente, no quadro da família” (COSTA PINTO, 1949, p. 24).



Costa Pinto introduz uma nova perspectiva em relação às peculiaridades da formação social brasileira e o aparente descompasso que lhe é característico. Com base no trecho acima, assinale a alternativa que indica a posição do autor em relação às peculiaridades da formação social brasileira.

- a) Costa Pinto atribui as peculiaridades da formação social brasileira ao modo de ser do brasileiro.
- b) Costa Pinto, ao estudar a família colonial, reconhece a possibilidade de que duas ordens sociais – uma privada e outra pública – possam se complementar na criação de uma ordem social então completamente original.
- c) Costa Pinto atribui as peculiaridades da formação social brasileira às características da família colonial.
- d) Costa Pinto entende que a sociedade brasileira não difere de outras sociedades latino-americanas e, por isso, fundou um centro de pesquisa transnacional.
- e) Costa Pinto acredita que os traços modernos da sociedade brasileira tendem a ser marginalizados, o que a coloca em uma crise constante.

2.



“A dualidade consistiria, então, na coexistência de dois padrões como que hierarquizados numa escala de arcaísmo e progresso; enquanto o nosso conceito de **marginalidade estrutural** procura capitalizar a noção básica que se refere à presença de dois padrões - acentuando, entretanto, o fato de ambos estarem em crise. Isto, que pode parecer pura nuança, tem implicações metodológicas e práticas extremamente importantes” (COSTA PINTO, 1963, p. 96; grifo do autor).

Com base no trecho acima, assinale a alternativa que indica a posição de Costa Pinto em relação à ambiguidade da sociedade brasileira.

- a) É incorreto conceber a coexistência de elementos arcaicos e elementos modernos no seio da sociedade brasileira como uma manifestação de etapas de uma evolução.
- b) A ambiguidade leva a sociedade brasileira a uma situação de crise.
- c) O atraso da sociedade brasileira é temporário e pode ser superado por meio da Sociologia crítica.
- d) O atraso da sociedade brasileira é temporário e pode ser superado com a introdução de novas tecnologias e indústrias.
- e) A ambiguidade da sociedade brasileira origina-se na família colonial.

3.



“Modernização é um processo que consiste na adoção, por uma sociedade em mudança, de padrões de consumo, de comportamento, de instituições, valores e ideias característicos de sociedades mais avançadas enquanto desenvolvimento, por outro, implica mudanças estruturais que alteram basicamente o perfil da estrutura econômica e social. Nesse sentido a modernização, sociologicamente encarada, é um processo mais epidérmico, enquanto o desenvolvimento é um processo mais profundo. A modernização pode ser, por um tempo relativamente largo, compatível com a permanência de uma estrutura econômica e social de tipo colonial; enquanto o desenvolvimento, por definição, implica necessariamente o câmbio desta estrutura colonial de economia e de sociedade” (COSTA PINTO, 1967, p. 196).

No tange à relação entre modernização e desenvolvimento, qual o lugar da Sociologia enquanto ciência, de acordo com Costa Pinto? Assinale a alternativa correta.

- a) Costa Pinto defendia que a Sociologia reproduzisse o rigor científico do academicismo observado nos países modernos.
- b) A Sociologia é uma ciência moderna e desenvolvida na visão de Costa Pinto.
- c) É preciso praticar uma Sociologia crítica, que auxilie o país a ir além das mudanças superficiais promovidas com a modernização e provoque as mudanças profundas características do desenvolvimento.
- d) Para Costa Pinto, a Sociologia deveria ser crítica e, portanto, levar a cabo um projeto político.
- e) A Sociologia seria uma ciência marginal para Costa Pinto.

Seção 2.2

Guerreiro Ramos e o ISEB

Diálogo aberto

Agora é o momento de conhecer as propostas de Alberto Guerreiro Ramos para uma interpretação do Brasil. Crucial para os rumos da Sociologia Brasileira, Guerreiro Ramos escreve em um momento em que tal disciplina era formalizada e se consolidava como um ramo do conhecimento no país. Contemplar as propostas deste autor vai auxiliá-lo a avançar na compreensão do Brasil enquanto objeto de análise sociológica, ao mesmo tempo em que vai instigá-lo a pensar sobre o trabalho do sociólogo. Considere que a formalização da Sociologia no país significava não só a sistematização de questões e métodos próprios da disciplina e a produção teórica e a pesquisa regulares. Ela significava também o debate sobre a aplicação do conhecimento gerado pela Sociologia assim como o lugar e a importância do sociólogo na sociedade como um todo. Sendo assim, Guerreiro Ramos, assim como seus contemporâneos – constantemente questionava-se e era questionado sobre sua atuação e o que lhe cabia enquanto sociólogo.

Alberto Guerreiro Ramos nasceu na região do Recôncavo Baiano, em 1913 e cumpre seus estudos universitários no Rio de Janeiro, no início dos anos de 1940, formando-se em Ciências Sociais e, posteriormente, em Direito. Profissionalmente, Guerreiro Ramos tem uma trajetória particular: embora tenha sido professor em centros universitários no Brasil e no mundo, ele também atuou em órgãos públicos do governo brasileiro, como o Departamento Administrativo do Serviço Público (DAPS), o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), entre outros, e na política partidária, inclusive candidatando-se a deputado federal em 1962. Em 1966, com as pressões advindas do golpe militar, ele deixa o país e radica-se nos Estados Unidos. Tal trajetória particular, com uma atuação em diversas instituições e espaços públicos, molda e, ao mesmo tempo, é reflexo de sua defesa de uma “sociologia em mangas de camisa” – isto é, uma sociologia prática, engajada nos problemas

imediatos do país. Não é à toa que Guerreiro Ramos, um sociólogo, contribui largamente para a teoria de administração pública.

Posto isso, retome o contexto de aprendizagem desta unidade e imagine que, como consultor de uma grande empresa, você deve avaliar os seus problemas e as suas limitações e, eventualmente, propor soluções que o coloquem no patamar das grandes empresas do mundo. Tal empresa passou por sensíveis mudanças no passado recente e experimentou um período de disputas internas e rixas, confusão no mercado externo e na relação com investidores, fornecedores e empregados. Ela parece estar crescendo, desenvolvendo-se, mas, ainda assim, ranços do passado se mantêm. Você nota que o atraso da empresa se manifesta sobretudo na existência de disparidades entre os setores e os departamentos – enquanto uns são bastante desenvolvidos, outros mantêm-se em um estágio de desenvolvimento mediano ou mesmo precário. Como explicar e lidar com tais disparidades? Qual a saída? E, finalmente, como defender suas propostas no relatório?

Considerando a situação da empresa, você acredita que não há tempo a perder. Tal qual fez Guerreiro Ramos em sua análise do Brasil dos anos de 1950, você decide que a tarefa não é tanto explicar o atraso e, sim, efetivamente transformar a empresa de modo a tornar plenos os traços de modernidade já existentes. O atraso há de ser superado na medida em que os aspectos dos setores e departamentos mais modernos foram aplicados e reproduzidos por todos os outros setores e departamentos retardatários, num esforço de homogeneização. Em seu relatório, você aponta que tal esforço deve ser conduzido por você mesmo e outros consultadores da empresa, pois somente vocês têm o saber e o comprometimento necessários para levá-lo a cabo.

Não pode faltar

Os caminhos da institucionalização da Sociologia no Brasil e o caso do ISEB

Os anos de 1930 foram os anos em que o debate intelectual brasileiro se transformou com a inserção e a disseminação de novas ideias e novos paradigmas de interpretação dos fenômenos sociais. A perspectiva evolucionista e cientificista foi deixada de lado, e um ponto de vista sociológico passa a predominar nas análises.

Pode-se dizer que os anos de 1940 se configuraram como um desdobramento do que se passou na década anterior: se um ponto de vista sociológico havia surgido, ainda era preciso consolidar uma ciência chamada Sociologia do e no Brasil. Sendo assim, a promoção do ensino sistemático de Sociologia, o incentivo à pesquisa sociológica, o relativo suporte à divulgação e à publicação de investigações e de debates de cunho sociológico, o consenso entre a intelectualidade sobre a necessidade de fortalecer uma mentalidade caracteristicamente sociológica e a criação (formal ou informalmente) de nichos de atividades de pesquisa são iniciativas inauguradas nos anos de 1940, traduzindo o que significava o reconhecimento e a institucionalização de um novo ramo do saber – no caso, a Sociologia – em território nacional.

Como é possível notar, a formalização de uma nova disciplina inclui a formação do que é conhecido como “escolas de pensamento”. Em outras palavras, com a criação (formal ou informalmente) de nichos de atividades de pesquisa, autores constituem comunidades com quem podem dialogar e colaborar. No diálogo, autores amadurecem, refinam e eventualmente revisam seu arcabouço teórico, desenvolvem suas habilidades analíticas e metodológicas, consideram novas e velhas ideias e estabelecem temas de interesse, em especial temas de interesse comum. Na colaboração, autores podem exercitar seu aprendizado, angariar (e, eventualmente, dividir) recursos, criar parceiras para a execução de atividades, ampliar o escopo e o alcance de investigações – dentre outros benefícios. Por exemplo, Luiz de Aguiar Costa Pinto atuou juntamente ao Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), uma instituição de pesquisa com laços transnacionais e voltada à reflexão acerca dos problemas sociais da região latino-americana. Com o CLAPCS, Costa Pinto – e os outros membros da instituição – pôde encontrar um grupo de intelectuais que o auxiliaram intelectual e logisticamente em suas pesquisas no Recôncavo Baiano, um canal para a avaliação e divulgação de seus resultados e uma vibrante atmosfera de constante troca, com o fim comum de contribuir para uma melhor atuação do Estado na promoção das mudanças democráticas necessárias ao país. Sem dúvida, havia também um impacto na própria formação individual do pesquisador-autor.

Graduado no Rio de Janeiro, Guerreiro Ramos também fez parte de uma comunidade intelectual – aquela formada a partir do Instituto

Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). O ISEB foi criado em 1955, pelo então presidente Café Filho, como um órgão vinculado ao Ministério da Cultura, mas que era dotado de autonomia administrativa e liberdade de pesquisa, opinião e cátedra. Seu funcionamento efetivo iniciou-se no ano seguinte, com o governo Kubitschek, e o órgão foi extinto com o golpe militar de 1964. Todavia, durante os seus quase 10 anos de atividades, o ISEB promoveu inúmeros seminários de estudos e debates públicos e regularmente ofereceu cursos para empresários, sindicalistas, militares, funcionários públicos, parlamentares, profissionais liberais, artistas e estudantes. Publicou não somente material resultante das pesquisas conduzidas por seus membros, mas também cartilhas e outros livros de cunho didático dirigidos especialmente às camadas populares. O órgão era formado por autores de orientações teóricas e ideológicas distintas, sendo muitos deles importantes nomes com os quais você pode facilmente se deparar ao ler sobre a história geral e a história intelectual do país – Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Ignácio Rangel, entre outros. Autores tão diversos entre si estavam unidos, contudo, no objetivo de refletir e ativamente contribuir para a soluço dos problemas cruciais da realidade social brasileira. Os membros do ISEB não eram acadêmicos tradicionais e seu ideal mais elevado era o engajamento do intelectual na vida social e na vida política do país. Tal engajamento era visto como especialmente necessário em fun o do momento então atravessado pelo país. O grupo do ISEB considerava que as transforma es vivenciadas no Brasil àquela época e ao longo das décadas anteriores, não haviam sido suficientes e o país ainda não tinha saído de sua condi o de subdesenvolvimento, de seu atraso econômico e, logo, social. Um projeto para que o Brasil superasse efetivamente tal condi o era visto como absolutamente necessário e, em resposta ao subdesenvolvimento, os membros do ISEB defendiam então mais e mais desenvolvimento. Para eles, o desenvolvimento da economia seria a saída para a resolu o dos mais diversos problemas do país; uma vez robusto em termos econômicos e financeiros (forte indústria de base, de bens duráveis e não duráveis; notável setor de serviços; vibrante mercado interno para trocas e afins), o Brasil inevitavelmente solucionaria outras mazelas. Por exemplo, se há desemprego, este haveria de ser sanado uma vez que mais empresas fossem abertas; se há carências na saúde ou na educa o, seria preciso que se

gerasse um excedente por meio dos negócios que então pudesse ser utilizado como investimento nessas áreas. Sendo assim, o ISEB era partidário do desenvolvimentismo, acreditando que um maior desenvolvimento econômico asseguraria a transição completa do Brasil à modernidade; na verdade, isebianos só viam sentido em falar de desenvolvimento e **desenvolvimentismo** se fosse para garantir a libertação do país do atraso e a sua emancipação – inclusive em relação às nações estrangeiras. Logo, o desenvolvimentismo dos membros do ISEB era de cunho nacionalista e é importante caracterizá-lo como **nacional-desenvolvimentismo**.

Guerreiro Ramos encontrou no ISEB, fundado em meados dos anos de 1950, algumas das principais ideias por ele compartilhadas desde o início dos anos de 1940. Já ao graduar-se, Guerreiro Ramos adentra no serviço público, participando em diversos âmbitos do governo; como membro de órgãos públicos, ele analisou projetos relativos à produção agrícola, ao sistema penitenciário e à segurança pública, colaborou com recrutamento pessoal, redigiu discursos, relatórios e memorandos internos. Para ele, o compromisso com uma nação que havia de ser soberana e desenvolvida guiava sua vida profissional e, mais importante, sua relação com a própria Sociologia, área na qual havia se graduado.

Uma “Sociologia em mangas de camisa”

Um olhar para a trajetória profissional de Guerreiro Ramos imediatamente revela que ele não era um sociólogo como os outros. Com a formalização e a institucionalização da Sociologia como ramo do saber, aqueles que se tornavam sociólogos estavam, no geral, buscando fortalecer as instituições de ensino e pesquisa e, com elas, uma mentalidade caracteristicamente sociológica, salientando as correntes de pensamento e os métodos da Sociologia. Guerreiro Ramos, por sua vez, estava trabalhando em escritórios, participando de reuniões e elaborando políticas públicas. Ele não deixou de estudar e nem mesmo de dar aulas, mas, enquanto esteve no Brasil, tais tarefas somavam-se às suas tarefas de burocrata e homem público.

Guerreiro Ramos utiliza seu saber em Sociologia para entender o Brasil, mas, não sendo ele um acadêmico tradicional, sua abordagem vai paulatinamente se descolando do que se discutia nas universidades. Assim como outros autores, ele percebe

uma tensão entre moderno e arcaico, que então qualifica como expressão do nosso atraso. Todavia, diferentes de outros autores (tanto anteriores quanto contemporâneos a ele), sua preocupação não é propriamente entender o passado, e sim simplesmente lidar com o presente. Para ele, era preciso, antes de tudo, pensar a mudança que estava colocada como resultado da era Vargas, quando se iniciou a promoção sistemática da industrialização, e a concretização da modernidade no Brasil. Era somente por meio da profunda preocupação com o presente que o país poderia considerar um futuro para si – e não buscando por eventuais raízes e sentidos gerados no passado.



Exemplificando

Autores que escreveram nos anos de 1930 encontraram no passado o cerne de suas explicações para o Brasil. Sérgio Buarque de Holanda fala da influência portuguesa e como o brasileiro adquiriu uma mentalidade específica, marcada pela personalidade, por causa de Portugal. Gilberto Freyre considera os traços da ordem escravocrata e sua perpetuação ao longo dos séculos. Caio Prado Jr. destaca o que chama de sentido da colonização ao classificar o Brasil como resultado da empreitada das nações da Europa rumo à expansão comercial. Para tais autores, falar do passado é crucial não só para entender o presente, mas também para contemplar as possibilidades do país no futuro. Naquele período, em uma década em que o país mudava bastante, considerar a história para a explicação dos fenômenos sociais era um dos aspectos que diferenciava os clássicos da Sociologia dos autores evolucionistas e deterministas de antes. No entanto, este é um debate que não fazia sentido para Guerreiro Ramos, o qual não acreditava que o passado era capaz de ditar o futuro do país de maneira tão inexorável.

Dizer que Guerreiro Ramos, como um intelectual não-acadêmico não se detém em compreender o passado, não significa que ele desenvolve uma elaboração tosca, rudimentar. A Sociologia de Guerreiro Ramos apresenta traços da filosofia pós-colonialista, preocupada com a peculiaridade dos países que foram colônias de outros, e da filosofia existencialista e preocupada com o lugar do ser humano no mundo. Você descobrirá mais detalhes sobre tais traços daqui a pouco; por ora, cabe dizer que eles levam Guerreiro

Ramos a recusar estudos de casos, aqueles focados em parcelas, fragmentos, detalhes da vida do país ou restritos a um grupo ou segmento social. Para ele, era preciso formular interpretações sobre a nação como um todo – ou, no máximo, interpretações de aspectos regionais que, no fim, servissem para explicar o país em geral. Como um exemplo, pode-se dizer que ele não aprovava o estudo das tradições de uma dada população rural, mas olhava com bons olhos para o estudo da mesma população se ele servisse para explicar as dinâmicas da fome – um problema a assolar o Brasil da época. No horizonte, estava a preocupação de que as conclusões e os resultados das pesquisas pudessem levar à implementação de políticas, legislação e afins por parte de um Estado que melhor conduziria a industrialização do país e, logo, o desenvolvimento.

A heterogeneidade entre as regiões brasileiras seria a representação mais evidente, para Guerreiro Ramos, do dualismo que marca o país. Longe de ser associada somente à diversidade e, logo, motivo de celebração, ela seria uma amostra da tensão entre arcaico e moderno, uma manifestação do atraso do nosso país – tensão que, como dito anteriormente, era reconhecida de modo generalizado pela intelectualidade. As políticas públicas aí deveriam incidir com grande força, de modo a suprimir o dualismo por completo. Considerando que o moderno já existe no Brasil, a saída seria então “espalhá-lo” por todo o país. É assim que Guerreiro Ramos – e outros desenvolvimentistas – defendem um projeto de homogeneização, na universalização de certos elementos, de cunho moderno, como resultado inevitável do desenvolvimento.

Cumpra sublinhar a importância de pesquisas a informarem as políticas de Estado segundo a perspectiva de Guerreiro Ramos; sem elas, não seria possível a resolução efetiva de problemas – eventualmente, haveria o mascaramento deles, mas não a sua resolução e nem a superação do subdesenvolvimento. Sendo assim, a Sociologia para ele tem um caráter eminentemente prático, é uma ciência da ação – e não da contemplação ou elucubração.



Refleta

Você acredita que o desenvolvimento econômico pode ser a saída para a resolução do conjunto de problemas de um país, sobretudo seus problemas sociais? Ou que é preciso dissociar o desenvolvimento

econômico do desenvolvimento social, considerando que o primeiro não gera necessariamente o segundo?

Uma Sociologia genuinamente nacional

Para Guerreiro Ramos, a sociologia tem um caráter indubitavelmente prático e serve para pensar os desafios e os problemas do país. Ele salienta que tal posição sobre o caráter prático da disciplina deveria ser defendida e levada a cabo por todo sociólogo brasileiro. Da preocupação de Guerreiro Ramos com a dimensão reflexivo-propositiva da sociologia, em sua relação com a construção da nação, deriva um conjunto de teses sobre a configuração e a realização da disciplina em nosso país. Considere que a apresentação destas teses por Guerreiro Ramos torna-se ainda mais relevante se é lembrado que ele escreve no período de formalização e institucionalização da Sociologia do e no Brasil – como você viu anteriormente.

Para que você não tenha dúvidas, Guerreiro Ramos acredita que “o trabalho sociológico deve ter sempre em vista que a melhoria das condições de vida das populações está condicionada ao desenvolvimento industrial das estruturas nacionais e regionais” (RAMOS, 1957, p. 78). Nesse sentido, é necessário que os sociólogos estudem e proponham medidas que combatam a persistência de “comportamentos pré-letrado” (RAMOS, 1957, p. 78), buscando a incorporação dos segmentos populacionais locais, como os indígenas, a economia e cultura nacional. O ensino de sociologia deveria seguir uma lógica semelhante, na medida em que serviria para uma espécie de modernização da mentalidade, num incentivo à conscientização social e à emancipação cultural. Com maior senso crítico, os indivíduos podem interpretar, de modo autêntico, os problemas nacionais e, eventualmente, regionais que os cercam.

Ao propor soluções para os problemas interpretados, os sociólogos não devem perder de vista os recursos econômicos (incluindo renda nacional) e de pessoal técnico, pois soluções demandam encargos e, sendo estes desconsiderados, as soluções tornam-se ilusão – se é que chegam a ser postas em práticas. Nesse ponto, Guerreiro Ramos salienta o quanto as soluções para os problemas sociais devem ser propostas de acordo com as condições

efetivas, realmente existentes da nação. Em outras palavras, a cópia de soluções adotadas em outros países – em especial, países desenvolvidos – está condenada ao provável fracasso – um forte alerta àqueles que se encontravam nas universidades do país e se diziam contribuir com as mudanças sociais.

Com tais ideias, Guerreiro Ramos nos diz que a Sociologia, como ciência, deve ter bases nacionais e seguir uma lógica adequada ao nosso país. É possível dizer que a Sociologia, como ciência, é válida para todos os países, mas os conceitos, os métodos e os estudos não são intercambiáveis. Na verdade, para o fazer sociológico, é necessário que se **reduzam** as ferramentas de pesquisa e de análise ao contexto com os quais se quer trabalhar. **Redução sociológica** é, então, a contribuição de Guerreiro Ramos, um intelectual não-convencional, quando à constituição da Sociologia enquanto disciplina do e no Brasil.



Assimile

A proposta de redução sociológica constitui o núcleo do pensamento de Guerreiro Ramos e expressa sua crítica à naturalização de conceitos, categorias, teorias e métodos criados nos países centrais, como se eles fossem universais, válidos para todos os outros países do mundo. A redução sociológica é um modo de pensar, encarar e analisar os fenômenos sociais. Ela pressupõe que o sociólogo sempre considere os valores, os significados, as condições do contexto específico em que se insere na hora de avaliar problemas e propor soluções.

É importante notar que uma consequência relevante advém da proposta de Guerreiro Ramos chamada redução sociológica – isto é, o que o autor considera como a maneira particular de fazer Sociologia fora dos países centrais do mundo. Para ele, frente aos desafios da superação do subdesenvolvimento, seria preciso formar uma elite política a partir dos intelectuais, elite esta que então possa servir de guia – direta ou indiretamente – ao país. Em função do conhecimento adquirido pela Sociologia e das habilidades exercidas por meio da redução sociológica, os intelectuais seriam capazes de se elevarem acima dos interesses particulares – sejam eles de classe ou de raça – e refinarem os genuínos interesses nacionais. Somente com a inequívoca defesa

dos interesses nacionais o Brasil poderia, enfim, transformar-se em uma nação moderna.



Pesquise mais

Em 2015, foi inaugurado o Instituto Alberto Guerreiro Ramos, cujo objetivo é resgatar a obra do autor resguardando o que lhe era mais característico: o engajamento (do) intelectual na sociedade. Você pode assistir o vídeo gravado à assembleia inaugural do Instituto para visualizar a abordagem e o tipo de debate caro a Guerreiro Ramos – e ao grupo do ISEB – no link a seguir, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xm1h_HpQF5g>. Acesso em: 24 maio 2018.

Sem medo de errar

Como consultor de uma empresa, é seu papel indicar como ela pode modernizar-se e tornar-se uma das empresas mais grandes do mundo. Há tempos ela vem passando por mudanças e, mesmo após um período de transformações, ainda não se encontra no mesmo patamar das grandes empresas do mundo. Ainda há ranços do passado e você é questionado sobre como lidar com eles. No caso, você nota que o atraso da empresa se manifesta sobretudo na existência de disparidades entre os setores e os departamentos – enquanto uns são bastante desenvolvidos, outros mantêm-se em um estágio de desenvolvimento mediano ou até mesmo precário. Como explicar e lidar com as disparidades? Qual a saída? E, finalmente, como escrever o seu relatório e comunicar as suas sugestões aos seus superiores? Caso siga as propostas de Alberto Guerreiro Ramos, você deve tomar as seguintes medidas.

Antes de tudo, você deve apontar que outros consultores que passaram pela empresa – tanto no passado, quanto no presente – erraram ao se preocupar demasiadamente em compreender o passado – as razões do atraso da empresa ou o porquê de tal ou qual aspecto dela característico. Para você, o trabalho do consultor é lidar com o presente e, mais importante, propor soluções tangíveis para concretizar as mudanças positivas então em curso. Você entende que se já existem setores e departamentos bastante desenvolvidos, a modernização da empresa não é só possível: ela é real e precisa tão somente de mais e maiores estímulos. Sua

proposta principal para que a empresa possa assumir um lugar no grupo das grandes empresas do mundo é então espalhar o desenvolvimento atingido em certas áreas para todos os setores e todos os departamentos. Para simplificar sua ideia para o alto escalão e outros funcionários, você deve dizer que o caminho é a homogeneização interna da empresa.

É importante salientar para os seus colegas de trabalho que as sugestões para se chegar à homogeneização interna da empresa não podem ser copiadas de outras – nem daquelas empresas de destaque ou eventualmente admiradas pelos funcionários ou donos. Para você, as sugestões para que a empresa em questão supere os ranços do passado consideram as suas particularidades. As soluções para os seus problemas são soluções formuladas especificamente para ela e não podem ser como manuais elaborados em outros contextos ali aplicados. Com o entendimento de que é necessário um conhecimento bastante distinto para guiar a expansão e a intensificação do desenvolvimento da empresa, você proclama que junto com seu time deve assumir o comando, ditando o caráter e o ritmo das mudanças por vir. Para que não haja atritos com o alto escalão da empresa e nem com outros funcionários, é preciso deixar claro que você e seu time estão aptos a assumir o comando simplesmente porque podem visualizar melhor as condições da empresa como um todo e, por conseguinte, tomar decisões que não favoreceram um ou outro setor ou departamento ou não tomem em consideração os desejos dos chefes pura e simplesmente.

Faça valer a pena

1.



“O desenvolvimento, no Brasil, enquanto persistir a dualidade, jamais implicará, em cada fase, a substituição integral do velho pelo novo, dos elementos arcaicos e retardatários pelos elementos modernos e atuais” (RAMOS, 1966, p. 417).

Como Guerreiro Ramos concebe a tensão entre **atraso** e **moderno** no Brasil? Assinale a alternativa correta.

- a) Guerreiro Ramos acredita que existe uma relação dialética entre **atraso** e **moderno** no Brasil.
- b) Guerreiro Ramos acredita que **atraso** e **moderno** são dois estágios da trajetória do Brasil como nação, de modo que o primeiro há de ser superado pelo segundo quando o desenvolvimento for forte e generalizado por todo o país.
- c) Guerreiro Ramos acredita que, na verdade, não há tensão entre **atraso** e **moderno**, de modo que os intérpretes do Brasil antes dele estão equivocados.
- d) Guerreiro Ramos acredita que o Brasil é uma nação moderna, de modo que não vale a pena perder tempo analisando o passado.
- e) Guerreiro Ramos acredita que o Brasil é uma nação atrasada e precisa dos sociólogos para promover a modernidade.

2. Leia com a atenção o trecho a seguir, do sociólogo Guerreiro Ramos:

“O desenvolvimento econômico quer dizer ruptura dos antigos quadros de complementaridade e de dominação espoliativa de que se beneficiam grupos oligárquicos privilegiados” (RAMOS, 1957a, p. 37).



Como Guerreiro Ramos enxerga o desenvolvimento em uma nação atrasada como o Brasil? Assinale a alternativa correta.

- a) Guerreiro Ramos defende o nacional-desenvolvimentismo: ele acredita que o desenvolvimento econômico garantiria a superação do atraso brasileiro em todas as áreas sociais, culturais e políticas e a autonomia enquanto nação frente a países estrangeiros.
- b) Guerreiro Ramos acredita que o desenvolvimento econômico aprofunda a tensão entre atraso e moderno.
- c) Guerreiro Ramos defende a necessidade do controle do Estado sobre os grupos oligárquicos privilegiados que se privilegiam do atraso.
- d) Guerreiro Ramos considera a importância dos grupos oligárquicos privilegiados para manter as tradições da nação brasileira.
- e) Guerreiro Ramos considera que o desenvolvimento econômico é insuficiente para mudar a mentalidade do país.

3.



“A redução sociológica é um método destinado a habilitar o estudioso a praticar a transposição de conhecimentos e de experiências de uma perspectiva para outra. O que a inspira é a consciência de que existe uma perspectiva brasileira. Toda cultura nacional é uma perspectiva particular” (RAMOS, 1996, p. 42).

Assinale a alternativa que indica a postura de Guerreiro Ramos em relação à Sociologia a ser feita no Brasil.

- a) Para Guerreiro Ramos, a Sociologia brasileira é uma autêntica ciência nacional pois seu objeto de estudo é o Brasil.
- b) Para Guerreiro Ramos, a Sociologia é uma ciência da ação e deve facilitar o engajamento político dos intelectuais, sobretudo no caso dos países periféricos.
- c) Para Guerreiro Ramos, a Sociologia não deve ser uma ciência tradicional, porque os sociólogos estão acima do resto da sociedade.
- d) Para Guerreiro Ramos, a Sociologia é uma ciência universal, mas seus conceitos, métodos e estudos são particulares e o sociólogo deve adotar uma atitude metódica que o permita adaptar o conhecimento de acordo com o contexto.
- e) Para Guerreiro Ramos, a Sociologia brasileira pode aprender com a Sociologia dos países centrais na medida em que tais países produzem conhecimento mais avançado.

Seção 2.3

Florestan Fernandes e a Escola Paulista

Diálogo aberto

Esta seção do seu livro didático vai apresentá-lo à interpretação de Florestan Fernandes sobre o Brasil. Aqui encerra-se o ciclo dos anos de 1950 e 1960, quando a Sociologia se estabeleceu como um ramo formal do saber e uma disciplina nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras. Guiado pelo intenso debate sobre modernização e desenvolvimento que ocorria à época, Florestan Fernandes oferece não só uma proposta para a compreensão do Brasil enquanto objeto de análise sociológica, mas também uma proposta para o que deve ser a Sociologia do e no Brasil e o trabalho do sociólogo brasileiro. Sendo assim, ainda que Fernandes apresente uma interpretação do Brasil e uma visão da Sociologia bastante próprias, suas motivações não são distintas das motivações de outros autores do período – autores estes estudados anteriormente.

Florestan Fernandes nasceu em São Paulo, em 1920. Filho de uma imigrante portuguesa que aqui trabalhava como empregada doméstica. Fernandes não chegou a concluir o ensino primário de forma regular, pois precisou se dedicar a outras atividades para ajudar no sustento da família – trabalhou como engraxate, garçom e vendedor de produtos farmacêuticos. Ele completou os estudos básicos num curso de madureza – o que hoje se conhece como Educação de Jovens e Adultos (EJA) – e ingressou na Universidade de São Paulo no ano seguinte, em 1941. Concluiu a graduação em Ciências Sociais em 1944, o mestrado em 1947 e o doutorado em 1951, tornando-se professor livre-docente da Cadeira de Sociologia I da USP em 1953. As pesquisas e os grupos de discussão por ele liderados à frente da Cadeira I formam as matrizes da chamada Escola Paulista de Sociologia, que se coloca contra o dualismo na interpretação do Brasil e cuja influência se estende por décadas. Com uma intensa atividade intelectual, Florestan Fernandes nunca deixou de lado o engajamento político, sendo expoente da campanha em defesa da escola pública nos anos de 1960 e forte

crítico do regime militar. Em seu retorno ao Brasil após o exílio, ele passou a publicar regularmente na imprensa brasileira e, dentre outras iniciativas, elegeu-se como deputado federal constituinte, sendo um dos principais porta-vozes dos movimentos sociais, sobretudo dos profissionais da educação pública. Tais atividades não podem ser vistas como um “anexo” ao seu trabalho acadêmico: elas constituem o que Florestan Fernandes caracterizava como “sociologia crítica e militante”.

Agora, imagine novamente que você é o consultor de uma grande empresa, devendo avaliar os seus problemas e as suas limitações para, eventualmente, propor soluções que a coloquem no patamar das grandes empresas do mundo. Num passado recente, tal empresa passou por sensíveis mudanças e experimentou um período de disputas internas e rixas, confusão no mercado externo e na relação com investidores, fornecedores e empregados. Ela parece estar crescendo, desenvolvendo-se, mas, ainda assim, ranços do passado se mantêm. Para você, salta aos olhos que a modernização de certos setores e departamentos da empresa serviu para sobrecarregar os funcionários dos setores e departamentos vistos como menos estratégicos ou relevantes. Você nota que estes funcionários estão insatisfeitos e sofrendo intensamente com os problemas da empresa enquanto os membros do alto escalão estão bastante confortáveis. Como explicar tal situação?

Considerando as ideias de Florestan Fernandes, você deve avaliar a relação entre atraso e moderno e o caráter da modernização que ali se vive – seguindo as velhas preocupações em torno da empresa. Por que o atraso persiste? Existe algum motivo especial para tal? Sabendo que as dúvidas em relação à modernização da empresa permanecem, é importante cogitar: existe alguma maneira de melhor visualizar e compreender a dinâmica da mesma, um ponto de vista que não fora salientado anteriormente? Ainda, como e para quê o seu conhecimento enquanto consultador é utilizado? Na verdade, você percebe que a tal empresa se organiza como qualquer outra e produz para um público, um mercado interno; no entanto, ela parece ser dependente de empresas estrangeiras e marcada por um ambiente de injustiça, dada as condições dos funcionários. Em um cenário onde tomar posição sobre o caminho da modernização passa a ser necessário, você então não só contextualiza a persistência do atraso e o caráter da modernização, mas também reflete sobre a quem seu conhecimento serve.

Rompendo com mitos

A obra de Florestan Fernandes é bastante vasta, estendendo-se dos anos de 1940 até a sua morte, nos anos de 1990, e segmentá-la em décadas pode levar à deformação de sua visão do Brasil e da Sociologia. Embora o objetivo desta seção seja prosseguir no estudo dos autores dos anos de 1950 e 1960, não faz sentido considerar somente este período da produção intelectual de Fernandes. Nas páginas a seguir, você encontrará importantes referências bibliográficas anteriores e posteriores a estas décadas – por exemplo, o livro *A revolução burguesa no Brasil* (2006) é originalmente de 1975. Todavia, tenha em mente que o período dos anos de 1950 e 1960, quando estava à frente da Cadeira de Sociologia I da USP, forma o núcleo do pensamento do autor e as linhas mestras da comunidade intelectual que se consolida em torno dele. Como outros sociólogos da época, Fernandes considera a questão do atraso no Brasil, indagando-se sobre os limites e as possibilidades de desenvolvimento do país.

Nos anos de 1940, o Brasil assiste à formalização da Sociologia enquanto disciplina e ramo do saber e, como parte deste processo, tem-se a realização de projetos de pesquisa coletivos, no qual autores-pesquisadores e assistentes colaboram para a coleta e análise de dados. O objetivo de todos os empreendimentos era, em linhas gerais, propor uma abordagem mais científica às questões sociais da época, contando com o financiamento do governo, agências de fomento ou, em menor medida à época, instituições privadas. Em 1949, Florestan Fernandes juntou-se a um grande projeto de pesquisa coletivo, a convite de seu professor na USP, Roger Bastide. O projeto visava discutir a situação do negro no Brasil e foi financiado pela UNESCO, o órgão das Nações Unidas para educação, ciência e cultura. A pesquisa da UNESCO foi realizada em diversos estados do Brasil ao longo da primeira metade dos anos de 1950, e Roger Bastide e Florestan Fernandes coordenaram o projeto em São Paulo, com foco na capital.

A escolha do Brasil como palco de investigação deveu-se ao fato de que a UNESCO considerava o país como aquele que melhor solução dava ao problema do preconceito racial. Lembre-se de que,

nos anos de 1940 e início dos anos de 1950, o Brasil estava bastante influenciado pelas ideias de Gilberto Freyre, cuja obra analisa a família patriarcal e afirma que três raças, **como três diferentes culturas**, colonizaram o país, existindo coesão entre elas – sobretudo entre o branco e o negro, numa convivência harmônica que persistiria ao longo dos séculos. Contrariando as expectativas de celebração da “democracia racial”, a pesquisa conduzida por Bastide e Fernandes ressalta a ausência de socialização da população negra no período posterior à escravidão. Em outras palavras, os autores defendem que, com a abolição da escravidão, não se criaram condições para que a população negra – agora “livre”, pudesse participar da nova sociedade democrática de modo completo. No período pós-escravidão, por exemplo, o governo estimula a vinda de trabalhadores imigrantes brancos, sobrando aos negros somente as posições de trabalho mais baixas, informais e mal remuneradas. Os negros tornaram-se iguais perante às leis, mas o exercício dos seus novos direitos não supõe uma sociedade que os acolha e em que possam ter as mesmas chances de sucesso que os demais grupos sociais. A igualdade perante as leis torna-se desigualdade real e sua cidadania não pode ser realizada.

Florestan Fernandes refina e expande as conclusões do projeto UNESCO em uma obra própria, de 1964: *A integração do negro na sociedade de classes*. O livro não é uma reflexão sobre as especificidades das questões raciais – isto é, Florestan Fernandes não discute o que significa ser negro ou os aspectos da cultura negra. Na verdade, é uma discussão sobre como a sociedade burguesa se forma, e sobre como ela não se forma no Brasil – na medida em que não consegue estender a todos a ideia de democracia. Aqui, o problema das relações raciais envolve a problemática da nação, de modo que, ao romper com os mitos relativos à democracia racial brasileira, Florestan Fernandes é levado a uma nova agenda de pesquisa. Mais especificamente, com as conclusões sobre a situação da população negra em mente, o autor indaga-se: como explicar a impossibilidade de se criar condições reais de competição entre os grupos sociais no Brasil? Conseqüentemente, ele passa a se dedicar mais profundamente à discussão sobre as possibilidades e os obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo e da democracia em nosso país.

Em 1962, Fernandes formalmente inaugura um grupo de pesquisa anexo da Cadeira de Sociologia I, o Centro de Sociologia Industrial e

do Trabalho (Cesit). O grupo já se reunia antes de sua inauguração oficial e congregava um grupo de pesquisadores interessados em mudar o foco das pesquisas – saindo um pouco do debate sobre as questões raciais, era preciso pensar mais detidamente a questão do desenvolvimento brasileiro. Muitos dos pesquisadores do Cesit eram alunos de Florestan Fernandes e todos concordavam com a importância de superar o subdesenvolvimento brasileiro **em todos os âmbitos**. Sendo assim, “A ideia do projeto era a defesa de uma política democrática de desenvolvimento econômico capitalista, que combinasse crescimento econômico, planejamento e justiça social” (MOTTA, 2012, p. 21). As pesquisas do Cesit giravam em torno de grandes temas como desenvolvimento, dependência e imperialismo, sendo quatro os temas específicos: a mentalidade do empresariado industrial, as características da atuação e da intervenção do Estado brasileiro, a configuração e a mobilização da força de trabalho no Brasil e os resíduos de atraso na formação social brasileira.

Os temas de pesquisa do Cesit ficarão mais claros no item a seguir, quando você conhecer a maneira como Florestan Fernandes qualifica o capitalismo brasileiro. Todavia, por meio dos temas referidos, pode-se ver o quanto Fernandes e seu grupo estão imersos nos debates de seu tempo. À época, a Sociologia buscava refletir sobre a construção do Brasil efetivamente moderno e, ainda, como poderia contribuir para tal. O grupo de Florestan Fernandes ficará conhecido como Escola Paulista de Sociologia e, fazendo da questão do atraso o eixo de suas análises, é o grupo que vai contra as perspectivas dualistas na interpretação do Brasil e as propostas desenvolvimentistas. Em síntese, o grupo pensa que há uma unidade entre atraso e moderno.



Refleta

Para você, o que caracteriza uma sociedade desenvolvida? Seria a inclusão de todos os segmentos sociais uma condição prévia ao desenvolvimento? Seria ela uma consequência inevitável do desenvolvimento? Você acredita que é possível descobrir mais sobre uma sociedade e um país ao se prestar atenção para quais setores ou grupos sociais ali vivem em situação de exclusão?

O capitalismo dependente brasileiro

Pode-se dizer que Florestan Fernandes é um produto da institucionalização da Sociologia do e no Brasil. Isto é, a obra do autor é moldada pelas novas ideias e novos paradigmas que marcam a pesquisa como atividade profissional, realizada nas universidades ou centros de investigação. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que a Sociologia Brasileira é um produto da atuação de Florestan Fernandes, pois a consolidação das ideias e dos paradigmas referidos dependeu, em grande medida, dos esforços de autores como ele, que seriamente defendiam a importância da profissão do sociólogo.

A obra de Florestan Fernandes indica claramente um rompimento com a tradição anterior, marcante à década de 1930 e cujos representantes principais eram Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. O autor acredita que sociólogos não devem produzir ensaios gerais sobre o país e sim preocuparem-se, antes de tudo, com a produção de monografias sobre temas determinados – um exemplo seria o próprio trabalho sobre a integração do negro que você viu anteriormente. Com a produção de monografias, há a preocupação com a utilização de métodos de pesquisa reconhecidos – o pesquisador precisa construir um caminho de investigação e deixar claro aos seus interlocutores se, e como utilizou fontes documentais, os critérios para incluir ou excluir determinados assuntos de sua discussão, a maneira como se relaciona com outras obras do mesmo tema, entre outros. Em monografias, há ainda a preocupação com o uso de conceitos claros, bem definidos – e o pesquisador precisa saber argumentar a favor do uso dos mesmos. Florestan Fernandes não exclui por completo a elaboração de obras de grande fôlego, refletindo sobre o Brasil como um todo – ele mesmo o faz, movido pelo acúmulo de informação e reflexão sobre o país e, como você vai ver adiante, pela necessidade de dar uma explicação sociológica sobre o golpe militar de 1964. Todavia, o uso rigoroso de conceitos e a aplicação acurada de métodos de investigação se mantêm.

A interpretação do Brasil de Florestan Fernandes aproxima-se da linha de análise aberta por Caio Prado Jr., a qual ressalta a necessária conexão do país com um contexto mais amplo e em que o desenvolvimento do capitalismo como um sistema mundial é o ponto de referência central do analista e o elemento estruturante

da explicação. Assim como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes considera a Independência como um momento crucial para o país por evidenciar as barreiras e as dificuldades da passagem de colônia à nação. Estas barreiras e dificuldades dão-se, sobretudo, em função da maneira como o Brasil se articula com o contexto mais amplo e sua posição no capitalismo enquanto sistema mundial. Florestan Fernandes reconhece a existência de dois setores na economia brasileira: um deles é voltado para fora e outro, para dentro. Em outras palavras, Fernandes nota que, desde o início da colonização, um setor da economia brasileira é voltado para a produção com fins de exportação, enquanto o outro setor se constitui como um “suporte” para a sociedade que inevitavelmente se formava internamente à colônia. A Independência é um momento importante pois revela o desequilíbrio entre eles, e a crescente tensão entre o imperativo de produzir para fora e a necessidade de atender uma população interna cada vez maior e complexa. Fernandes defende que houve a possibilidade, com a independência, de se romper com a maneira de explorar os recursos naturais e produzir insumos, estabelecida com a colonização; no entanto, o rompimento não ocorreu e o capitalismo brasileiro há de ser marcado por duas dimensões articuladas:

As estruturas remanescentes da colônia teriam que passar a se organizar no quadro da nova ordem legal. Com o tempo, se configuraria uma “situação de mercado”, que viria a se tornar o principal polo do desenvolvimento econômico brasileiro. No entanto, *o núcleo mais importante da economia continuaria a produzir para a exportação*. Isto é, apesar da ordem legal, que controlaria internamente a economia, a produção e o consumo continuariam voltados para o mercado externo (RICUPERO, 2015, p. 52-53; grifo meu).

Para que o núcleo mais importante da economia brasileira continue produzindo para fora, é preciso que as estruturas fundamentais da colônia sejam mantidas e, logo, que as transformações sejam sempre limitadas. Sendo assim, o Brasil pode sim se modernizar, **mas só um pouco – sempre até um certo ponto e em uma determinada medida, ditada de fora**. A manutenção de elementos arcaicos, que geram a sensação generalizada de atraso, na contradição com os aspectos modernos, é necessária para que o Brasil se

mantenha como subordinado aos países centrais do capitalismo. A modernização aqui ocorrida é, então, **dependente** de dinâmicas e de relações de produção e de poder externas. **Atraso** e **moderno** estão organicamente conectados e a unidade entre estes dois polos é característica da economia brasileira – e não representa, como pensam os desenvolvimentistas, duas fases ou dois estágios de sua trajetória.

Florestan Fernandes não limita sua interpretação do Brasil a dizer que existe uma unidade entre atraso e moderno. Para ele, não basta afirmar que forças externas determinam os caminhos – o “sentido”, como diz Caio Prado Jr. – da sociedade brasileira. Sendo assim, ele também analisa a dimensão interna de nossa economia – ou melhor, como pressões e imposições externas sobre a economia brasileira são sentidas e respondidas pelos próprios brasileiros. No caso, Florestan Fernandes considera aqueles que controlam a produção em solo nacional e, com isso, ele apreende que a articulação da economia brasileira às economias capitalistas centrais não é resultado de pura dominação. Houve também uma aceitação por parte da burguesia nacional brasileira, que se articula com o capital estrangeiro imperialista, em nome de seus próprios interesses de classe. Florestan Fernandes argumenta que a burguesia nacional prefere fazê-lo a construir uma ordem social plenamente democrática e competitiva.



Exemplificando

Caio Prado Jr. propõe, de modo original, que o Brasil faz parte de uma ordem capitalista mundialmente interligada e, nela, ocupa uma posição subordinada. Ele defende que, no caso do Brasil, **atraso** e **moderno** não estão em oposição, mas complementam um ao outro para que se continue a produção voltada para o exterior. Em sua obra *Formação do Brasil contemporâneo*, Prado Jr. analisa detidamente o que chama de “setor orgânico” e “setor inorgânico” da economia brasileira – o primeiro é aquele voltado para o mercado externo e o segundo, para o mercado interno. Concentrando-se somente na articulação entre as economias brasileira e capitalistas centrais, a análise de Prado Jr. tem um “efeito colateral”: ela traz uma visão fatalista, uma história imutável da colônia até o período em que o autor escreve. É como se o Brasil tivesse um destino traçado de antemão e nada pudesse ser feito em relação a isso. Florestan Fernandes, ao discutir o papel da burguesia nacional na subordinação brasileira ao exterior, adiciona maior nuance

à análise. Para ele, embora haja um “sentido” determinando a formação da sociedade brasileira, há também escolhas – no caso, escolhas feitas pela burguesia nacional, deletérias para o resto do país. As conclusões de Florestan Fernandes são importantes não só do ponto de vista teórico, mas também político.

À articulação entre a economia brasileira e as economias estrangeiras, Florestan Fernandes adiciona a articulação entre a burguesia nacional e o imperialismo – o capitalismo brasileiro é então caracterizado por uma **dupla articulação** para a garantia da manutenção da dependência e da permanência de elementos arcaicos a conterem uma modernidade plena. Com a afirmação de que a burguesia brasileira é retrógrada e se favorece do atraso, Fernandes descarta de vez a saída desenvolvimentista para o Brasil, na medida em que esta presume a aliança com setores burgueses para a superação do subdesenvolvimento.



Assimile

Florestan Fernandes sintetizou sua reflexão sobre o Brasil no conceito de **capitalismo dependente**. Não se trata propriamente de uma definição, mas da combinação de todas as conclusões do autor no que diz respeito à formação da sociedade brasileira: reprodução do passado no presente, conexão entre a dimensão interna e a dimensão externa da economia brasileira, associação entre burguesia nacional e burguesias estrangeiras, caráter retrógrado da burguesia nacional. O conceito de capitalismo dependente seria uma espécie de ponto de chegada de um esforço de décadas – a investigação sobre inclusão e exclusão, as possibilidades e os limites da construção de uma ordem social democrática e competitiva. O conceito é criado a partir das condições históricas especificamente brasileiras. No entanto, Florestan Fernandes afirma posteriormente que ele é capaz de explicar toda a periferia do sistema capitalista e elucidar as dinâmicas de tal sistema em sua completez.

Sociologia crítica e militante

Conforme mencionado anteriormente, Florestan Fernandes aponta a importância das monografias, dos estudos de caso com objetos definidos e métodos de investigação e análise claros. Nisso,

ele se diferencia de Guerreiro Ramos, cuja preocupação era somente com explicações gerais – e não explicações regionais ou particulares do país. Fernandes argumenta que, em um país heterogêneo como o Brasil, explicações gerais só podem existir com base em estudos de particularidades – cujos resultados e conclusões são capazes, então, de abrir caminho para a generalização. Em franca oposição a Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes busca resguardar este e outros princípios científicos adotados em todo o mundo. Para ele, a Sociologia era uma **ciência** e, como tal, não podia variar de país para país – senão, seria somente uma perspectiva. Ele não se opõe a ideias, conceitos e métodos criados no exterior e pensa que é importante incorporá-los – em Florestan Fernandes, é possível ver a presença de Marx, Weber e Durkheim. Todavia, Fernandes não repete o que disseram os clássicos pura e simplesmente: ele constrói um sistema de explicação próprio, no qual as ideias, os conceitos e os métodos de outros autores e de outros países são reelaborados para atender às condições específicas do Brasil.

Na construção de seu sistema de explicação, Florestan Fernandes guia-se por um princípio fundamental, que o diferencia dos sociólogos do centro do capitalismo: **a partir da margem percebe-se melhor o centro; a partir da periferia percebe-se melhor o movimento de toda a sociedade**. Em outras palavras, ele acredita que as respostas procuradas pelos sociólogos, sobretudo os sociólogos brasileiros e de outros países subdesenvolvidos, são desvendadas no momento em que se presta atenção ao elo mais fraco, aos excluídos. Por exemplo, foi o estudo da situação do negro que fez Fernandes entender a constituição da sociedade burguesa no Brasil; foi o estudo da formação do capitalismo periférico brasileiro que o fez compreender como se comporta o capitalismo enquanto sistema mundial.

Deste princípio, guia de análise, é derivado, ainda, mais um importante aspecto a caracterizar a obra de Florestan Fernandes. O autor prega que a Sociologia pode cumprir um papel crucial no desenvolvimento do país e na superação das desigualdades, mas pensa que aos sociólogos não deve ser imposto um compromisso com a nação nos termos de mero patriotismo ou nacionalismo. Adotando a perspectiva da margem, da exclusão, do elo mais fraco, Florestan Fernandes defende um compromisso com “os debaixo”. Sua Sociologia é crítica ao questionar as opressões e é também militante ao indicar o caminho para superá-las.



Dirigido por Roberto Stefanelli, o documentário Florestan Fernandes – *O Mestre* retrata a vida e a obra do autor por meio de depoimento de familiares, amigos, alunos e colegas de militância política. Também mescla entrevistas com o próprio Florestan Fernandes, contemplando sua trajetória desde o seu nascimento até a sua morte. Vencedor do Prêmio Vladimir Hergoz, uma das mais importantes premiações jornalísticas do país, o documentário permitirá que você visualize como Florestan Fernandes marcou a história geral e intelectual do Brasil.

Segue o link disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ncGSS2yyhNw>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

Agora é hora de lembrar que você trabalha como consultor de uma empresa e que, após um período de transformações, ela ainda não está no mesmo patamar das grandes empresas do mundo. Há ranços do passado e você é questionado sobre como lidar com eles e prevenir que atravanquem a empresa como um todo. No caso, suas observações confirmam a persistência de elementos atrasados, mas, acima de tudo, você percebe que a modernização de certos setores e departamentos da tal empresa serviu para excluir os funcionários e as funcionárias dos setores e departamentos vistos como menos estratégicos ou relevantes. Como interpretar o que se passa? Como escrever seu relatório e, mais importante, como continuar trabalhando em um ambiente que você qualifica como injusto? Caso você siga o referencial de Florestan Fernandes, convém tomar três medidas.

Em primeiro lugar, você precisa qualificar o que é tomado como atraso dentro da empresa. De fato, você reconhece que certos setores são mais modernos do que outros, mas os setores atrasados não são exatamente uma discrepância – quando se considera a dinâmica da empresa como um todo. Na verdade, os setores atrasados são imprescindíveis para que a empresa continue a participar da rede de trocas das empresas mundiais – caso ela se modernize por completo, perderá o seu papel de fornecedora de certos produtos e compradora de outros, correndo o risco de ter que se refazer inteiramente. Ainda, a manutenção de setores atrasados é importante para manter o lucro da empresa. Fazendo com que certos funcionários trabalhem em instalações velhas, com

instrumentos ultrapassados e métodos antiquados é uma maneira de poupar gastos – não se investe e obriga-se o trabalhador a estender a sua jornada e trabalhar de modo intenso.

Em segundo lugar, você percebe então que o atraso da empresa beneficia os seus donos – longe de prejudicá-los. Não é simplesmente “falta de visão para os negócios” – o que leva à manutenção de elementos atrasados na empresa. Na verdade, os donos preferem mantê-la assim, garantir o seu lugar nas trocas com outras empresas ao redor do mundo e evitar o esforço de torná-la competitiva. Isso provavelmente levaria a lucros menores, pelo menos no curto e médio prazo, pois a empresa competiria com outras de melhor porte. Os donos da empresa para a qual você trabalha preferem então explorar profundamente os seus funcionários a arriscar uma parte de seus lucros.

Em terceiro lugar, enfim, você comunica aos seus superiores os seus achados – o que inevitavelmente leva a tensões entre eles e você. Apesar da situação delicada em que você mesmo se coloca, você não deixa de afirmar seus valores de justiça social. Na ausência de compromisso com mudanças por parte dos donos da empresa, você resolve comunicar os seus achados aos funcionários e espera que o impulso para as mudanças venha deles.

Faça valer a pena

1. “Operando como um fator de retenção ou de revitalização de privilégios estamentais, a competição se vinculou a processos que inibiram e perturbaram o desenvolvimento do regime de classes ou mantiveram indefinidamente padrões de comportamento e de relação social variavelmente pré e anticapitalistas. (...) incorporada a contextos históricos-sociais ou socioculturais mais ou menos arcaicos, os dinamismos sociais engendrados pela competição concorrem para manter ou preservar o ‘passado no presente’, fortalecendo elementos arcaicos em vez de destruí-los. Essa conexão, não obstante ter sido mal estudada, é deveras importante. A ela se prende, aparentemente, a baixa vitalidade do regime de classes para pressionar o desenvolvimento econômico capitalista. O horizonte cultural orienta o comportamento econômico capitalista mais para a realização do privilégio que para a conquista de um poder econômico, social e político autônomo, o que explica a identificação com o capitalismo dependente e a persistência de complexos econômicos semicoloniais” (FERNANDES, 2006, p. 199).

Como Florestan Fernandes concebe a relação entre atraso e moderno na sociedade brasileira? Assinale a alternativa correta.

- a) Para Florestan Fernandes, o atraso é parte do passado da sociedade brasileira.
- b) Para Florestan Fernandes, o atraso é um resquício do período colonial e está em vias de superação com a crescente industrialização do período Vargas.
- c) Para Florestan Fernandes, o Brasil nunca será um país moderno.
- d) Para Florestan Fernandes, existe uma unidade entre atraso e moderno na sociedade brasileira, contribuindo para sua situação de subordinação frente a outros países.
- e) Para Florestan Fernandes, atraso e moderno são dois estágios da formação da sociedade brasileira.

2. “A acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes) [...] vendo-se compelidos a dividir o excedente econômico com os agentes que operam a partir das economias centrais. De fato, a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus próprios agentes econômicos privilegiados” (FERNANDES, 1975, p. 45).

Como Florestan Fernandes concebe a relação do capitalismo brasileiro com o restante do sistema capitalista mundial? Assinale a alternativa correta.

- a) Para Florestan Fernandes, o capitalismo brasileiro é dependente, de modo que a burguesia nacional se articula com o imperialismo para se beneficiar do atraso da economia.
- b) Para Florestan Fernandes, o capitalismo brasileiro é competitivo e democrático, pois nossa economia é industrializada.
- c) Para Florestan Fernandes, o capitalismo brasileiro é moderno, pois não somos mais uma colônia.
- d) Para Florestan Fernandes, o capitalismo brasileiro é dependente porque aqui não há tecnologia de ponta, como há nas nações modernas.
- e) Para Florestan Fernandes, o capitalismo brasileiro está em processo de modernização, visto que o atraso é continuamente enfraquecido com a renovação das instituições políticas.

3. “Através de escolhas judiciosas, o sociólogo brasileiro pode contribuir de forma original e criadora para o enriquecimento de ramos da teoria sociológica que não podem ser cultivados com a mesma facilidade por seus colegas dos ‘países desenvolvidos’ do mesmo círculo civilizatório. As sociedades que se afastam do tipo ‘normal’, inerente a determinada civilização, representam, em si mesmas, um problema teórico para a ciência. As explicações válidas para o tipo ‘normal’ nem sempre se aplicam às suas objetivações em condições especiais [...]. Desse ângulo, a posição do sociólogo brasileiro é quase privilegiada, pois poderá propor-se tarefas de grande significação teórica para a sociologia. Basta que procure interpretar os fenômenos observados tendo em vista o que as descobertas representarem no contexto de análise sociológica da sociedade de classes” (FERNANDES, 1976, p. 19-20).

Qual procedimento metodológico é adotado por Florestan Fernandes para a construção de suas explicações sociológicas? Assinale a alternativa correta.

- a) Florestan Fernandes aprecia o estilo ensaístico, literário na explicação de fenômenos sociais.
- b) Florestan Fernandes acredita que o estudo da periferia é capaz de iluminar as dinâmicas do centro da sociedade ou do sistema capitalista.
- c) Florestan Fernandes privilegia monografias com objetos de estudos específicos e métodos de investigação e análise claros.
- d) Florestan Fernandes constrói uma Sociologia genuinamente nacional.
- e) Florestan Fernandes aplica conceitos criados em outros países à realidade brasileira.

Referências

- BARIANI, E. Padrão e salvação: o debate Florestan Fernandes x Guerreiro Ramos. **Cronos**, Natal, v. 7, n. 1, p.151-160, 2006.
- BASTOS, É. R. A Questão Social e a Sociologia Paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 31-39, 1991.
- _____. Pensamento Social da Escola Sociológica Paulista. In: **O que ler na ciência social brasileira 1970-2002** (vol. IV), Sérgio Miceli (org.). São Paulo: ANPOCS: Ed. Sumaré; Brasília: Capes, 2002.
- BOTELHO, A. Passagens para o Estado-Nação: a tese de Costa Pinto. **Lua Nova**, São Paulo, n. 77, p. 147-177, 2009.
- BRASIL JR., A. A reinvenção da sociologia da modernização: Luiz Costa Pinto e Florestan Fernandes (1950-1970). **Trabalho, Educação, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 229-249, 2013.
- CANDIDO, A. A Sociologia no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v.18, n.1, p. 271-301, jun. 2006.
- COSTA, L. de A. P. **Lutas de famílias no Brasil**: introdução ao seu estudo. São Paulo: Brasiliense, 1949.
- _____. **Recôncavo**: laboratório de uma experiência humana. Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais, 1958.
- _____. **Sociologia e desenvolvimento**: temas e problemas de nosso tempo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- _____. Modernização e desenvolvimento. In: COSTA PINTO, Luiz; BAZZANELLA, Waldomiro (Org.). **Teoria do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 191-201, 1967.
- FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. **A sociologia numa era de revolução social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- _____. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.
- _____. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008.
- FILGUEIRAS, F. de B. G. R. A redução sociológica e o imaginário pós-colonial. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 347-363, 2012.
- GARCIA, R. M. A via de um guerreiro... com sabedoria e senso de humor: uma sinopse da obra de Guerreiro Ramos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 17 (1), p. 107-126, 1983.

LOPEZ, M.; ARAÚJO, M. D. A. de. Desenvolvimento e narrativas de modernidade: Costa Pinto e a construção de uma sociologia transnacional para o terceiro mundo. **Aurora**, Marília, ano V, n. 8, p. 213-225, 2011.

MOTTA, D. C. **Desvendando mitos**: as relações entre “raça” e classe na obra de Florestan Fernandes. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH-Unicamp, 2012.

RICUPERO, B. Florestan Fernandes e as Interpretações do Brasil. In: **Florestan Fernandes, 20 anos depois – exercício de memória**. Vera Alves Cepêda; Thiago Mazucato (orgs.). São Paulo: UFSCar, 2015.

RAMOS, A. G. **Administração e estratégia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV, 1966.

_____. **A redução sociológica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

_____. **Condições sociais do poder nacional**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, 1957a.

_____. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Andes, 1957b.

TOLEDO, C. N. ISEB: fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1977.

VILLA BÔAS, G. Por que rever mais uma vez o conceito de marginalidade estrutural de L. de A. Costa Pinto? **Perspectivas**, São Paulo, v. 28, n. 79, p. 79-103, 2005.

A sociologia reavaliando as dificuldades da nação brasileira

Convite ao estudo

A terceira unidade do seu livro didático é uma continuação de sua jornada para analisar o Brasil sob o ponto de vista sociológico. Você conheceu autores que produziram explicações sobre o país em um período em que a Sociologia ainda não existia formalmente como uma disciplina acadêmica; também conheceu autores que viveram a formalização e a institucionalização da Sociologia do e no Brasil, e cujas propostas foram impactadas por tal processo. Nesta unidade, é hora de conhecer mais três autores: José de Souza Martins, Luiz Werneck Vianna e Jessé Souza. Os três intelectuais iniciaram sua trajetória na Sociologia – como alunos e como autores – quando a universidade brasileira estava plenamente consolidada e, na medida em que tem uma produção acadêmica ativa no momento, eles são considerados sociólogos contemporâneos. Martins, Werneck Vianna e Souza viveram, em maior ou menor medida, direta ou indiretamente, o ambiente criado pela geração de intelectuais dos anos de 1950 e 1960. Com isso, suas obras revelam não só uma visão sobre o Brasil, mas também uma posição sobre a Sociologia em nosso país.

Em Martins, Werneck Vianna e Souza, encontra-se o debate sobre tradição e modernidade que estrutura as discussões da Sociologia do e no Brasil. Sendo assim, existe uma preocupação com o Brasil enquanto nação, seus limites e seus problemas, e também a consideração da potencial contribuição da Sociologia para o país, na superação de suas dificuldades históricas. Contudo, aos três autores cabe pensar os contornos do Brasil sem idealizar ou romantizar a modernidade. Sem

dúvida, eles se perguntam: o que é o Brasil? Mas seus olhares contemplam primordialmente o futuro por meio de um novo olhar para o passado e, eventualmente, considera também os erros e os acertos dos intelectuais anteriores que tentaram responder a esta pergunta.

Na Seção 3.1, você conhecerá a proposta de José de Souza Martins, um autor bastante preocupado com o estudo da vida cotidiana, o dia a dia do homem comum; na Seção 3.2, é o momento de conhecer Luiz Werneck Vianna, cuja leitura da história brasileira utiliza o conceito de revolução passiva, utilizado para compreender sociedades que não seguiram a trajetória clássica da revolução burguesa vista na França ou mesmo na Inglaterra; na Seção 3.3, enfim, você conhecerá Jessé Souza, que critica os cânones da Sociologia Brasileira e propõe explicações distintas em seu lugar.

Para que você possa visualizar melhor as propostas dos três autores desta unidade, considere a seguinte situação: imagine que você continua no posto de consultor da empresa sobre a qual viemos falando nas duas unidades anteriores. Ainda que suas contribuições ao longo dos anos tenham sido destacadas e relevantes, um novo grupo de consultores passa a fazer parte da empresa em que você vem trabalhando há décadas e introduz revisões, críticas e sugestões. Os novatos também querem entender e explicar melhor a empresa, mas nem sempre concordam com os pareceres anteriores. Tendo em mente as interpretações do Brasil até os anos de 1950 e 1960 como inspiração para esta metáfora, o que você considera ser necessário atualizar no entendimento da "empresa"? Pensando no desenvolvimento da Sociologia, você acredita que novas condições históricas exigem necessariamente mudança das explicações? Como uma nova geração de intelectuais pode contribuir para uma disciplina como a Sociologia, quando ela é um ramo do saber plenamente consolidado?

Ao final da unidade, espera-se que você tenha domínio das propostas dos três autores citados, José de Souza Martins,

Luiz Werneck Vianna e Jessé Souza, e compreenda como eles enxergam o Brasil – sobretudo o Brasil de hoje – e a Sociologia. Não se esqueça de que as discussões anteriores são muito importantes para o que você verá nas páginas seguintes. Exercite o que você já sabe e tenha bons estudos!

Seção 3.1

José de Souza Martins e a importância do que está à margem

Diálogo aberto

Nesta primeira seção, você será apresentado às propostas de José de Souza Martins para uma interpretação do Brasil. O objetivo ainda é compreender o Brasil como objeto da Sociologia, mas, agora, é preciso considerar que a disciplina se apresenta no país enquanto um ramo formal de conhecimento. Até aqui, você estudou autores que apresentaram análises fundamentadas em elementos caros à Sociologia sem serem, todavia, sociólogos de formação – a chamada Geração de 1930, com Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. Você também conheceu autores que são produto da institucionalização da Sociologia no país, nos anos de 1950 e 1960, ao mesmo tempo em que contribuíram para que tal institucionalização de fato ocorresse. Isto é, Luiz Aguiar da Costa Pinto, Alberto Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes trabalharam para a sistematização das questões e dos métodos sociológicos, a consolidação da pesquisa e do ensino de Sociologia no país e a reflexão sobre o que significa uma Sociologia do e no Brasil. Com José de Souza Martins e seus contemporâneos, convém revisitar as propostas dos sociólogos até aqui apresentados e reavaliar as dificuldades da nação brasileira, de modo a entender o que é o Brasil sob a luz de décadas de análises sobre o país e as novas condições históricas.

José de Souza Martins nasceu em São Caetano do Sul, São Paulo, em 1938, e é Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), sendo membro do Departamento de Sociologia de 1965 a 2003. Martins era filho de trabalhadores que vieram para São Paulo para trabalhar como operários nas fábricas criadas a partir da intensificação do processo de industrialização do país. Ele mesmo começou a trabalhar aos 11 anos de idade. Teve contato com Sociologia e outras Ciências Sociais durante o curso normal (posteriormente denominado magistério – isto é, um Ensino Médio

voltado, à época, para a formação de professores primários). No curso normal, seus professores de Sociologia eram formados pela Faculdade de Filosofia da USP e foram responsáveis por lhe inspirar o gosto pela disciplina. Quando ingressou na Universidade de São Paulo, valeu-se de suas experiências para repensar a Sociologia, suas categorias explicativas e sua relação com a prática. Durante a graduação, Martins trabalhou como auxiliar de pesquisa de Luiz Pereira e, posteriormente, de Florestan Fernandes e, ao seu ingresso no mestrado, passou a lecionar na mesma instituição. José de Souza Martins é um dos poucos remanescentes da universidade com contato direto com a geração de professores dos anos de 1950 e 1960, expulsa da instituição com o golpe militar de 1964. Ele é, assim, herdeiro da chamada Escola Paulista de Sociologia, mas sua obra não é uma simples repetição das ideias do grupo criado com Florestan Fernandes. Martins conjuga novos paradigmas às discussões propostas pelos autores em torno da Cadeira I de Sociologia da USP e, com isso, surge em suas obras a importância do cotidiano – além do fortalecimento da perspectiva histórica como crucial para as análises sociológicas.

Imagine-se, novamente, como consultor, um trabalho em que você deve avaliar os problemas e as limitações de uma empresa e, eventualmente, propor soluções que a coloquem no patamar das grandes companhias do mundo. Há décadas, você está no cargo e, com isso, assistiu a inúmeras mudanças – no seu ambiente de trabalho, nas relações de trabalho, na produção e na maneira de produzir, nos regulamentos internos, entre outros. Agora, um novo grupo de consultores, mais jovens, junta-se à empresa e traz críticas, sugestões e mesmo revisões de pareceres anteriores. Os novatos têm condições de trazer uma visão mais atualizada sobre os problemas e as limitações da empresa. No caso, você vai contemplar as contribuições de um colega que considera que a existência de elementos de atraso atrapalham a dinâmica moderna da companhia, problema tão comentado por todos ao longo dos anos. O colega em questão decide conversar em profundidade com os trabalhadores mais simples e alocados nos postos mais subterrâneos ou escondidos da empresa, entender suas posições e por que ainda continuam lá. Seria possível que estes trabalhadores cumprissem alguma tarefa indispensável pouco notada pelos outros e fossem importantes para a organização e a estruturação da

empresa? O que dizer sobre as propostas do novo colega à luz do que você sabe?

Para compreender estes trabalhadores mais simples, convém, antes de tudo, valorizar esse tipo de trabalho e quem o faz. Tome como inspiração o autor desta seção: José de Souza Martins. Ele inaugura uma preocupação com os aspectos e os segmentos pouco valorizados da sociedade – e que o são porque encontram-se à margem, deslocados do que comumente se toma como central ou mais importante em uma sociedade. Ele preocupa-se com povos indígenas, populações tradicionais e camponesas, trabalhadores pobres e afins, considerando não só suas condições de vida, mas também seu imaginário e suas ideias. Para tal, ele incorpora às suas explicações sociológicas dois elementos: o dia a dia das pessoas e a pesquisa empírica como metodologia central de pesquisa. Transpondo as ideias de Martins para a metáfora da “empresa”, é possível dizer que os trabalhadores mais simples e alocados nos postos mais escondidos cumprem uma função fundamental na acumulação de capital da empresa e revelam os traços invisíveis, porém cruciais, da sociedade – muito além das ideias restritas que os donos e os intelectuais têm sobre eles.

Não pode faltar

O debate sobre a terra na intelectualidade brasileira e em José de Souza Martins

O Brasil tem um território enorme e, com isso, o debate sobre a terra está presente nas análises sobre o país e nas discussões políticas sobre o que significa ser uma nação. Autores próximos ao evolucionismo e ao determinismo geográfico e biológico consideraram em que medida a vida no campo e as condições do espaço físico formavam o brasileiro – lembre, por exemplo, Os Sertões, de Euclides da Cunha. Os autores da década de 1930 referiram-se à configuração do território do Brasil para indicar sua condição de colônia e refletiram acerca de como essa configuração influenciou o nosso destino. Em uma chave de leitura diferente, embora próxima à discussão sobre a colônia, o tema da concentração da propriedade de terras no Brasil aparece como um dos aspectos mais relevantes do debate em questão, na medida em que diz respeito à igualdade jurídica, social e de oportunidades

de acesso a este e a outros importantes bens. Conseqüentemente, traz à tona uma discussão sobre a constituição da república e a existência da democracia no país.

Os abolicionistas da segunda metade do século XIX foram os primeiros a considerarem o tema da distribuição desigual da propriedade de terras no país e suas conseqüências econômicas, sociais e políticas. Introduziram, assim, a questão agrária como um tópico do debate público brasileiro, retomado com maior intensidade ao final do primeiro governo Vargas. Entre 1946 e 1964, o Brasil viveu um período democrático, e movimentos sociais e organizações do campo e de luta pela terra tomaram forma pela primeira vez. Protestos no campo foram intensos entre 1955 e 1964 e pedidos pela reforma agrária ganharam força, sobretudo com a fundação das Ligas Camponesas. Para muitos, a execução de uma reforma agrária era uma maneira de corrigir a distribuição desigual da propriedade de terras reconhecida desde o século XIX e, mais importante, um caminho para a superação do atraso e o ingresso na modernidade. Nos anos de 1950 e 1960, quando a Sociologia se consolidava como disciplina no país, diversas monografias versaram sobre a questão da dominação política no campo, relacionando-a ao controle da propriedade de terra – em suma, uma ilustração da persistência do patrimonialismo no Brasil.

O golpe civil-militar interrompeu o ciclo de lutas sociais no campo, ocorridas de 1955 a 1964. Todavia, um novo ciclo de lutas emergiu na segunda metade da década de 1970 e foi crucial para a decadência do regime militar, cerca de dez anos depois. Considere que a ditadura promoveu a mecanização intensa de algumas regiões agrárias brasileiras, intensificando a desigualdade entre os grandes latifundiários e os trabalhadores da agricultura familiar e piorando a condição de vida dos camponeses. Nesse cenário, setores da Igreja Católica identificados com a chamada Teologia da Libertação passaram a ter um papel de destaque nas áreas rurais, contestando a situação criada pelos militares. A Teologia da Libertação entende que seguir o Evangelho significa fazer uma opção inequívoca pelos mais pobres e pela justiça social e, assim, combina a evangelização com a organização dos setores oprimidos da sociedade. No Brasil, o resultado mais tangível de tal organização dos oprimidos foi a fundação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975. Ativa até os dias de hoje, a CPT adquiriu um caráter ecumênico e luta junto às populações rurais para a conquista de direitos e no combate às injustiças.

Embora trabalhos sobre o campo existam, com enfoques variados e desde os primeiros anos da institucionalização da Sociologia no Brasil, é preciso salientar a importância de José de Souza Martins para as análises da vida social rural brasileira. Desde o período do mestrado o autor dedicou-se ao estudo da questão agrária e os processos sociais relativos ao campo – de modo que só não escreveu uma dissertação sobre o tema porque a coleta de material empírico demandaria muito tempo de análise e, com o início do regime militar, o grupo da USP sentia-se pressionado a finalizar os projetos de pesquisa de pós-graduação rapidamente e formalizar o maior número possível de quadros na universidade. Considerando a temática agrária, rural, a obra de José de Souza Martins pode ser dividida em dois períodos – e assim ocorre em função de diferenças no foco da análise, mas, de forma alguma, são estes períodos opostos ou excludentes. Em um primeiro momento, da metade dos anos de 1960 até a metade dos anos de 1970, com a publicação de *Capitalismo e Tradicionalismo* (1975), Martins considerou mais detidamente a velha tensão entre atraso e moderno que marca a intelectualidade brasileira. Os aspectos da agricultura tradicional na zona rural paulista, as inovações tecnológicas ali introduzidas e o conflito entre as populações locais e os padrões de racionalidade econômica capitalista eram temas que estruturavam suas análises – e, como se confirmará adiante, reflexo de sua formação no seio da Escola Paulista de Sociologia. Em um segundo momento, do final dos anos de 1970 em diante, o autor dedica-se aos atores que habitam o campo – os camponeses, os trabalhadores rurais e, ainda, o conjunto de movimentos sociais e organizações políticas que surgem nas zonas rurais. Suas análises conectam-se ao clima da época – quando o campo demonstrava resistência à ditadura e criava novos e vibrantes espaços de luta política – e contrariam aqueles que viam no camponato e nos trabalhadores rurais sujeitos indefesos, impotentes e socialmente irrelevantes. Conforme é esclarecido adiante, as conclusões de Martins são possíveis porque ele se dedicou fortemente à pesquisa de campo, coletando informações e dados por meio de observação, entrevistas, análise de documentos e outras ferramentas de investigação empírica.



Você percebe a existência de uma negligência ou mesmo desdém em relação ao campo e ao mundo rural em nosso país? Se sim, como tais atitudes se manifestam? Na sua opinião, por que as áreas urbanas são privilegiadas em comparação às áreas rurais? Se não há negligência ou desdém, o que você pode apontar como expressões da valorização do campo e do mundo rural?

José de Souza Martins é comumente apontado como um autor da Sociologia Rural, o que, sem ser de todo equivocados, pode levar a uma visão restrita de suas propostas. É importante perceber que a preocupação com o campo não é somente uma coincidência ou uma expressão das experiências de vida do autor. Sem dúvida, o passado de Martins é importante – contemplando sua própria trajetória, ele sabe que o homem rural não é um sujeito amorfo, sem vontade própria ou capacidade de autonomia política e de pensamento. Ainda assim, deve-se, antes de tudo, caracterizar o interesse do autor no mundo rural como um reflexo de sua visão acerca do Brasil e, mais importante, da Sociologia. Conforme você verá a seguir, Martins preza pela reflexão da sociedade brasileira a partir do cotidiano e, por conseguinte, uma Sociologia que reconheça a necessidade e a importância de “enraizar” os conceitos e as categorias explicativas.

As influências de José de Souza Martins

Como você aprendeu há pouco, José de Souza Martins formou-se na USP e, com isso, ele participou de um certo ambiente intelectual e recebeu um conjunto específico de influências. Como parte do processo de institucionalização da Sociologia no Brasil, constituem-se diferentes escolas de pensamento, que então formam comunidades de pesquisadores, elegem temas e objetos de pesquisa privilegiados e somam esforços de investigação. José de Souza Martins desenvolveu-se, enquanto sociólogo, como membro da Escola Paulista de Sociologia – aquela comunidade intelectual consolidada por meio das pesquisas e discussões em torno da Cadeira de Sociologia I da USP, cujo principal expoente foi Florestan Fernandes. Com isso, é possível caracterizar a agenda de pesquisa de Martins da seguinte

forma: “Venho orientando a minha pesquisa teórica e empírica pelo problema da produção capitalista de relações não capitalistas de produção no marco da reprodução capitalista do capital de origem não capitalista” (MARTINS, 2010, p. 19). Para ele, formas de exploração características de sociedades pré-capitalistas ou arcaicas existem, no Brasil, como fonte de acumulação de capital, como uma maneira de, curiosamente, fortalecer o capitalismo.

Em síntese, Martins é um autor que critica o dualismo na interpretação do Brasil, seguindo as ideias de Florestan Fernandes – para ele, não se pode conceber a presença de **arcaico** e **moderno** como polos opostos e, logo, em contradição na formação da sociedade brasileira. O que existe são dois aspectos, **arcaico** e **moderno**, que se combinam justamente para formar a sociedade brasileira. José de Souza de Souza Martins explica que, no Brasil, há uma modernidade inconclusa e superficial, porque ela não necessariamente inspira nos sujeitos um modo de pensar propriamente moderno, relacionado a uma racionalidade e a uma ética específicas, da ação racional do *capital*.

A crítica ao dualismo, institucionalizada por Florestan Fernandes na USP, tem sua origem mais distante em Caio Prado Jr., um autor que traz o marxismo para a interpretação da sociedade brasileira. Na medida em que subscreve tal crítica, José de Souza Martins inevitavelmente reconhece a relevância de Marx para a compreensão do Brasil e dos processos sociais como um todo. No entanto, como Marx aparece nas obras de José de Souza Martins?

Desde o início de sua carreira, Martins posiciona-se contra a vulgarização da teoria de Marx. Para ele, muitas leituras “marxistas” terminam em uma caricatura – isto é, elas simplificam a explicação de Marx – ao propor uma determinação mecânica da economia sobre a vida social e os sujeitos históricos, como a burguesia, o proletariado e o campesinato, ou ao tratar a revolução socialista como um destino inexorável, uma panaceia para todos os problemas do mundo. Sendo assim, ele resolve buscar inspiração nas obras do chamado Jovem Marx – e não somente no Marx escritor d’*O Capital*. Valendo-se das ideias do Jovem Marx, Martins busca, portanto, diminuir o reducionismo econômico e resgatar outros aspectos da vida social relacionados ao capitalismo esquecidos por intérpretes que somente reivindicam obras como *O Capital*.

Para Martins, as dinâmicas capitalistas certamente importam – considere, conforme mencionado anteriormente, que a sua explicação do Brasil destaca justamente a reprodução das relações sociais capitalistas, mesmo que, para tal, estas necessitem da apropriação de relações formalmente não capitalistas. No entanto, não se pode trabalhar com as dinâmicas capitalistas de forma abstrata, no nível puramente conceitual e, com isso, escrever exaustivamente sobre **estrutura e superestrutura, desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção e trabalho material e trabalho imaterial**. Martins defende que estas categorias – e outras mais que fazem parte do sistema teórico de Marx – precisam ser “traduzidas”; com isso, há de se ver que elas ajudam a entender o mundo, mas que a realidade social, no fim das contas, é sempre mais complexa.

Um dos caminhos de Martins para a “tradução” das categorias explicativas é o destaque à mentalidade dos sujeitos e aos processos por ele vividos de forma mais imediata. Sendo assim, interessa a ele analisar, por exemplo, as mudanças do espaço geográfico geradas com a exploração de cunho capitalista, salientando, mais uma vez, a **terra** como elemento da vida social brasileira. Também considera, em grande medida, o conceito de alienação – não como artifício para desmerecer a subjetividade dos indivíduos, mas para entender a referida complexidade da realidade social:

Nessa perspectiva, penso que é metodologicamente necessário conduzir a investigação da modernidade brasileira pela via oposta à da tese do popular que nela se incorpora para dar-lhe cores e identidade. Minha proposta é a de que a questão da modernidade no Brasil fica mais bem compreendida se investigarmos o modo como o moderno e os signos da modernidade são incorporados pelo popular. Nessa mediação é que se pode observar as dificuldades da modernidade. (MARTINS, 2000, p. 35)



Aqui, surge novamente a influência de Florestan Fernandes e a herança da Escola Paulista de Sociologia: José de Souza Martins considera a especificidade do capitalismo brasileiro, antes de cogitar como e se os mesmos contornos são válidos para outros países. Não se esqueça de que o autor leva a cabo uma crítica ao dualismo e,

portanto, entende que a trajetória dos países centrais não pode servir de parâmetro para o Brasil. O processo de desenvolvimento de países como o nosso, na periferia do capitalismo, é distinto e não pode ser pensado como uma evolução retilínea, linear.

Com a consideração da reprodução das relações sociais (capitalistas e não capitalistas) e da subjetividade dos indivíduos simultaneamente, pode-se dizer que José de Souza Martins valoriza o exercício da imaginação sociológica, como proposto pelo sociólogo americano C. Wright Mills. Para Mills, fazer sociologia significa ser capaz de conectar experiências individuais com relações sociais mais amplas, o que contraria a ideia de que a sociologia deve discutir estruturas, funções ou processos sociais sem fazer referência à vida das pessoas. Em Mills, observa-se aquele esforço de “tradução” das categorias explicativas mencionado anteriormente e o recurso é visível em Martins quando este se preocupa em explicar fenômenos como a aparição do demônio em uma fábrica de cerâmicas, linchamentos, música sertaneja ou uma casa imaginária zelada por uma idosa, entre outros.



Exemplificando

Como disciplina, a Sociologia surgiu como o estudo das estruturas sociais e/ou dos processos sociais – isto é, como o estudo dos elementos ou aspectos perenes de uma sociedade, centrais para a sua existência, e/ou dos elementos ou aspectos de uma sociedade que estão sujeitos à mudança, buscando compreender como tais aspectos mudam. Por isso, é comum que se denomine diversas correntes da Sociologia como **macrossociológicas** – elas analisam os fenômenos relativos à sociedade por meio das forças e pressões sociais para além do indivíduo, pensando nos grandes movimentos da história. José de Souza Martins diferencia-se das correntes macrossociológicas, pois acredita que é indispensável considerar as interações dos indivíduos e as diversas minúcias da vida social. Estas podem parecer irrelevantes, sobretudo para o sociólogo acostumado a prestar atenção nas estruturas, nos processos e nas funções sociais, mas são elas que explicam porque a sociedade se desenrola de um jeito e não de outro. A perspectiva de Martins é, assim, **microssociológica**.

Uma Sociologia enraizada

A crítica de José de Souza Martins aos dogmatismos de toda ordem leva-o a Henri Lefebvre. Sociólogo francês que viveu de 1901 a 1991,

Lefebvre condensa em sua obra inúmeros aspectos que marcam o trabalho de José de Souza Martins. Ex-membro do Partido Comunista Francês (PCF), Lefebvre era um crítico da política stalinista e da leitura hegemônica de Marx na França dos anos de 1950 a 1970, o chamado marxismo estruturalista. Para Lefebvre, a visão estruturalista de Marx empobrecia as propostas do autor e, com isso, ele reivindica uma visão humanista do mesmo. Tal qual Martins, Lefebvre interessava-se pela aproximação de Marx da filosofia, suas discussões sobre a dialética hegeliana e suas posições sobre sentimentos, emoções e pensamento – aspectos que davam sentido à preocupação com as dinâmicas do capitalismo. Lefebvre considerava que fazer observações e entrevistas, num intenso trabalho de campo, é sempre necessário para que se possa captar como a realidade social se move. A pesquisa empírica e o subsequente trabalho de interpretação do que se vê e se ouve são cruciais para a Sociologia – e para as Ciências Sociais como um todo. Finalmente, Lefebvre apresenta a história como necessariamente dotada de diversas temporalidades; ela é sempre uma combinação de tempos históricos em que o passado, o presente e o futuro podem se misturar. Conforme pode-se visualizar a partir do que foi descrito anteriormente, uma tal concepção de história – cíclica e não linear – está na base da posição de Martins sobre a tensão entre arcaico e moderno no Brasil. Para ele, não existe uma cisão e sim, uma coexistência de elementos arcaicos e elementos modernos em nosso país.

Em Lefebvre, Martins encontrou os meios para consolidar os avanços que propôs às ideias da Escola Paulista de Sociologia. Mais importante, ele encontrou a síntese de seu arcabouço analítico: é importante se dedicar a uma sociologia do cotidiano. Lefebvre considera a vida cotidiana como a esfera na qual tudo acontece; para ele, a vida que você vive todos os dias tem certamente um aspecto ordinário por reproduzir as relações de nossa sociedade, mas também carrega a possibilidade de mudanças por ser conduzida pelos indivíduos. A mesma concepção é vista nas obras de Martins.



Assimile

Assim como Lefebvre, Martins não apresenta uma definição estrita de vida cotidiana. Para ele, é mais importante compreendê-la em sua fluidez, como conjunção de espaço e tempo, como intersecção das diferentes atividades conduzidas por nós, indivíduos de uma sociedade,

como palco das interações sociais que vivemos. Se é colocada uma definição estrita, no estilo “a vida cotidiana é...”, é possível que, mesmo não intencionalmente, se exclua alguns fenômenos de antemão – quando, para Martins, se deve estar aberto para avaliar qualquer manifestação da vida segundo a imaginação sociológica. Perceba que, com a proposta de uma sociologia da vida cotidiana, Martins consolida sua perspectiva **microsociológica**.

Por meio das influências aqui citadas, pode-se compreender, enfim, como José de Souza Martins enxerga a Sociologia enquanto ciência. Você deve se lembrar que os sociólogos brasileiros antes de Martins debateram exaustivamente os traços de uma Sociologia do e no Brasil – o que nada mais era do que um dos aspectos da institucionalização da disciplina no país. Martins, que entrou na universidade nos anos de 1960, é bastante influenciado por tal debate e propõe, então, que se faça uma *Sociologia enraizada*. Em outras palavras, sociólogos precisam deixar modismos acadêmicos de lado, reforçar a preocupação com as especificidades do Brasil e procurá-las por meio da análise da concretude da vida social expressa no cotidiano, especialmente no cotidiano dos sujeitos mais simples, à margem da sociedade, conforme fez o autor em toda a sua carreira.



Pesquise mais

Vale a pena ler a entrevista de José de Souza Martins para a revista *Primeiros Estudos*, no qual o autor, já aposentado, faz uma avaliação de sua carreira e da universidade brasileira.

JORGE, Isabel Furlan; LELIS, Romulo. Entrevista com José de Souza Martins. **Primeiros Estudos**, São Paulo, n. 3, p. 201-237, 2012.

Sem medo de errar

Considere que você, consultor de uma grande empresa durante um longo período, deve contemplar as contribuições de novos consultores, em especial um colega que considera que a existência de elementos de atraso atrapalham a dinâmica moderna da companhia, problema tão comentado por todos. O colega em questão tem duas preocupações

relacionadas: uma delas é com os trabalhadores mais simples, alocados nos postos mais escondidos da empresa, de modo a entender suas posições e por que ainda continuam lá; a outra é com o lugar dos referidos trabalhadores na organização e na estruturação da empresa, cogitando se eles cumprem algum papel importante ali. A esta altura, pode-se notar que o seu colega compartilha ideias que podem ser associadas às de José de Souza Martins. Sendo assim, o que dizer sobre as propostas do novo colega, à luz do que você sabe? Elas são coerentes para pensar a empresa?

Você salienta quatro aspectos das ideias do colega que parecem interessantes para pensar a empresa. Em primeiro lugar, é preciso dar destaque ao achado fundamental: ele entende que não há oposição entre os aspectos atrasados da empresa e seus aspectos modernos. Na verdade, o que persiste de atraso na empresa é fundamental para que ela continue faturando, na medida em que os elementos de atraso, encontrados em alguns setores e departamentos, nada mais fazem do que possibilitar que os setores e departamentos mais modernos possam proporcionar o maior lucro possível. É notável o quanto a conexão entre atraso e moderno ainda repousa no seio da empresa, influenciando suas dinâmicas.

Em segundo lugar, você aponta que a atenção aos trabalhadores mais simples e escondidos da empresa é pertinente, considerando a preocupação do colega em entender as complexas ligações entre atraso e moderno. Considerar os trabalhadores nos postos mais marginais é uma maneira de compreender como a empresa, de fato, funciona. Ou seja, verificar se os elementos de atraso, marginalizados, são fundamentais para que os elementos modernos se efetivem e entender o que se passa à margem é chave para compreender que se passa com o todo.

Em terceiro lugar, você destaca a maneira interessante da qual o colega procura entrar em contato com os trabalhadores dos postos mais subterrâneos ou marginais. O esforço de com eles conversar e traduzir suas ideias e perspectivas faz com que se entenda perfeitamente o que se passa **naquela** empresa.

Em quarto lugar, é preciso, enfim, sublinhar a preocupação com o dia a dia ou a vida cotidiana da empresa que foi levantada pelo colega. A atenção aos aspectos ordinários ou corriqueiros do ambiente de trabalho e do modo de produzir significa uma nova maneira de pensar os aspectos arcaicos e os aspectos modernos que compõem a dinâmica

e influenciam o funcionamento da empresa. Aqui, você ressalta a criatividade da abordagem do colega, porque ninguém que analisou a empresa anteriormente considerou um tal caminho para sua explicação.

Faça valer a pena

1. A modernidade não é só o moderno e, menos ainda, o modernismo. Na América Latina, é uma modernidade constituída ao mesmo tempo por temporalidades que não são as suas. A diversidade de tempos históricos que se combinam nessa modernidade difícil, como observam Canclini e Schelling, incorpora a cultura popular que pouco ou nada tem de moderno, mas, insito, incorpora também efetivas relações sociais datadas, vestígios de outras estruturas e situações que são ainda, no entanto, realidades e relações vivas e vitais. E que anunciam a historicidade do homem nesses desencontros de tempos, de ritmos e de possibilidades, nessas colagens. (MARTINS, 2000, p. 22)

Como José de Souza Martins concebe a relação entre **atraso** e **moderno** no que tange à formação da sociedade brasileira? Assinale a alternativa correta.

- a) José de Souza Martins acredita que **atraso** e **moderno** são dois estágios da formação da sociedade brasileira.
- b) José de Souza Martins defende uma interpretação dualista do Brasil, caracterizando o país como em um momento de transição.
- c) José de Souza Martins acredita que há uma complementariedade entre **atraso** e **moderno**, de modo que ambos se complementam para formar a sociedade brasileira.
- d) José de Souza Martins enxerga a relação entre **atraso** e **moderno** como a principal contradição no seio da sociedade brasileira.
- e) José de Souza Martins aponta que o Brasil está em vias de superar o atraso.

2.

Cada uma dessas realidades tem o seu próprio tempo histórico, se considerarmos que a referência à inserção ou não na fronteira econômica indica também diferentes níveis de desenvolvimento econômico que, associados a níveis e modalidades de desenvolvimento do modo de vida, sugerem datas históricas distintas e desencontradas no desenvolvimento da sociedade, ainda



que contemporâneas. E não me refiro apenas à inserção em diferentes etapas coexistentes do desenvolvimento econômico. Refiro-me sobretudo às mentalidades, aos vários arcaísmos de pensamento e conduta que igualmente coexistem com o que é atual. E não estou falando de atraso social e econômico. Estou falando da contemporaneidade da diversidade. Estou falando das diferenças que definem seja a individualidade das pessoas, seja a identidade dos grupos. (MARTINS, 2009, p. 138-139)

Assinale a alternativa que indica a posição de José de Souza Martins em relação à história e sua contribuição para a compreensão da sociedade brasileira.

- a) Por entender a história como um conjunto de eventos passados, José de Souza Martins prefere promover análises sociológicas.
- b) Por entender a história como um processo linear, José de Souza Martins ressalta a importância do trabalho empírico para análises sociológicas.
- c) Por entender a história como um processo cíclico, José de Souza Martins promove uma interpretação dualista do Brasil.
- d) Por entender a história como um processo cíclico, José de Souza Martins explica a coexistência de elementos arcaicos e elementos modernos na sociedade brasileira.
- e) Por entender a história como um processo linear, José de Souza Martins propõe uma saída desenvolvimentista para o Brasil.

3.



Daí decorrem os desafios deste nosso tempo. Os desafios da vida e os desafios da ciência, da renovação do pensamento sociológico. Se a vida de todo o dia se tornou o refúgio dos céticos, tornou-se igualmente o ponto de referência das novas esperanças da sociedade. O novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano. É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais. Nesse âmbito é que se propõe a questão do conhecimento de senso comum na vida cotidiana. (MARTINS, 1998, p. 2)

Assinale a alternativa que indica a posição de José de Souza Martins sobre a vida **cotidiana**.

- a) A vida cotidiana apresenta-se como núcleo da Sociologia de José de Souza Martins porque permite ao sociólogo acessar como os indivíduos pensam e desenvolvem suas relações e interações de forma concreta.
- b) A vida cotidiana é central na explicação de José de Souza Martins sobre a sociedade brasileira porque reforça a interpretação dualista do Brasil.
- c) A vida cotidiana tem papel marginal na explicação de José de Souza Martins sobre a sociedade brasileira porque fornece poucos elementos para entender a modernidade inconclusa.
- d) José de Souza Martins acredita que a vida cotidiana é palco dos acontecimentos ordinários e, portanto, irrelevantes do ponto de vista sociológico.
- e) José de Souza Martins desconsidera a vida cotidiana por priorizar uma análise macrossociológica da sociedade brasileira.

Seção 3.2

Luiz Werneck Vianna e a mudança pelo alto

Diálogo aberto

Esta seção do livro didático será dedicada às propostas de Luiz Werneck Vianna para uma interpretação do Brasil. Werneck Vianna inicia sua trajetória na Sociologia – primeiramente, como estudante e, posteriormente, como pesquisador e autor – quando a disciplina está completamente institucionalizada no país – isto é, o ensino, a pesquisa e a profissão de sociólogo eram atividades consolidadas no Brasil quando ele ingressa na universidade. Todavia, é importante salientar que a ditadura militar estava então em vigor e a pressão exercida por ela e os dilemas que ela traz àqueles envolvidos com compreender a nação brasileira, bastante influenciam as preocupações de Werneck Vianna – e, certamente, as preocupações de outros sociólogos do período. Com Werneck Vianna, é claro o anseio de reavaliar as dificuldades da nação brasileira predominante à época, na busca por entender o que é o Brasil à luz de décadas de análises sobre o país e sob novas e difíceis condições históricas.

Luiz Werneck Vianna nasceu em 1938, no Rio de Janeiro, em uma família de classe média alta e com ligações com a antiga aristocracia. Na adolescência, filiou-se ao Partido Comunista e, ainda jovem, estabeleceu relações com grupos de esquerda como o Centro Popular de Cultura (CPC), da União Nacional dos Estudantes (UNE) e mesmo o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Formou-se em direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) em 1962 e em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1967. Concluiu o doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) em 1976, com passagem pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) durante o período de doutoramento. Foi presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) durante o biênio 2003-2004 e, entre 1980 e 2010, professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Atualmente, é professor do Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia

Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), coordenador do Centro de Estudos Direito e Sociedade (CEDES) e membro do Conselho Consultivo do Departamento de Pesquisas Judiciárias, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Tendo estabelecido contato com comunidades intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo, Werneck Vianna apresenta uma trajetória intelectual única, que se reflete na sua obra e ilumina o porquê de seus principais temas de pesquisa – sindicalismo, democracia, direito e instituições democráticas.

Posto isso, retome o contexto de aprendizagem desta unidade e imagine que, como consultor de uma grande empresa, você tem novos colegas de trabalho que trazem críticas, sugestões e mesmo revisões de pareceres anteriores – em suma, uma visão mais atualizada dos problemas e das limitações da empresa, há décadas lidando com tentativas de superação do atraso e modernização. No caso, você vai contemplar as contribuições de um colega, inquieto com as conversas sobre “reformulação” então consideradas. Tal colega vem discutir com você os casos de companhias em que transformações no ambiente de trabalho e nas regras institucionais eram avaliadas democraticamente pelos funcionários; na empresa em que você trabalha, ao contrário, parece que todas as mudanças ao longo dos anos foram decididas unilateralmente por aqueles e aquelas que detêm os cargos de comando. Quais são os problemas quando somente o alto escalão da empresa decide e coordena todas as mudanças, sem a consulta e a participação de nenhum outro setor?

Considerando as ideias de Luiz Werneck Vianna, é possível avaliar o quanto mudanças pelo alto geralmente detêm um caráter conservador, levando a transformações sem alterar o coração das dinâmicas de um dado grupo – ou sociedade. Em sua análise sobre o Brasil, Werneck Vianna revisita as transformações vividas no Brasil ao longo do século XX, acentuando a importância dos anos de 1930. Revisitando também certas interpretações anteriores do Brasil, ele considera a existência de duas matrizes na formação social brasileira, Ibéria e América, e esforça-se em explicar como se deu e se dá a relação entre elas. Para tanto, o conceito de revolução passiva é fundamental, na medida em que tal conceito explica como mudanças podem ser restritas, mantendo velhos grupos no poder e velhas práticas em vigor.

Brasil e o golpe militar de 1964

Em 1 de abril de 1964, militares dão um golpe de Estado e instauram um regime ditatorial no Brasil. Inicialmente apresentado como uma breve intervenção, o golpe terminou impondo sucessivos governos militares ao longo de 21 anos, de modo que a ditadura terminou somente em 15 de março de 1985, com o início da presidência de José Sarney – então eleito indiretamente. Pode-se dizer que o regime militar se caracterizava, fundamentalmente, por três aspectos: nacionalismo, desenvolvimentismo e autoritarismo. Liberdades civis foram suprimidas, de modo que o governo controlava a vida dos cidadãos e censurava qualquer forma de expressão. Ainda, o regime atribuía a si a prerrogativa de prender qualquer indivíduo considerado suspeito, sem qualquer possibilidade de defesa ou revisão judicial. Exílio e tortura de dissidentes eram práticas corriqueiras.

A ditadura militar brasileira insere-se em um contexto de inúmeros golpes de Estado na América Latina – países como Guatemala, Paraguai, Argentina, Bolívia, República Dominicana, Peru, Chile e Uruguai também tiveram seus presidentes democraticamente eleitos depostos e subsequentes ditaduras instauradas. As ditaduras latino-americanas constituem um dos efeitos da chamada Guerra Fria – ou a luta pela hegemonia política e econômica travada por Estados Unidos e a União Soviética após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Temendo a expansão de ideais de esquerda ou mesmo comunistas, sobretudo de meados dos anos 1950 em diante, o governo dos Estados Unidos financia grupos político-militares dispostos a tomar o poder por vias não democráticas e oferece completo apoio logístico para as operações pré e pós-golpe. O cenário internacional é, assim, crucial para entender os caminhos que levaram o Brasil ao regime militar e como tal regime operou ao longo dos seus 21 anos. Contudo, o que significou o golpe militar na trajetória do Brasil, em específico? É importante recordar que, há décadas, havia um debate central no país: como promover o desenvolvimento da nação brasileira? Nos anos de 1930, o Brasil havia experimentado, pela primeira vez, um conjunto de políticas visando a promoção da industrialização no país e, desde o fim do Estado Novo, em 1945, os sucessivos governos adotaram uma linha semelhante rumo à industrialização. Mais especificamente, priorizam-se os setores de energia e transporte,

sob intenso planejamento estatal e com foco na superação das deficiências da infraestrutura do país. Com o golpe em abril de 1964, foi inevitável a emergência de dúvidas acerca da continuidade da orientação para o desenvolvimento:



Um primeiro momento de lucidez começou quando nós passamos a perceber que o país não ia parar, não ia retroagir, que ia seguir se modernizando de um outro jeito. Todo o diagnóstico anterior era de que a ação combinada entre imperialismo e latifúndio ia obstar o desenvolvimento das forças produtivas do país e obrigá-lo a retroceder. Mas ele continuou se desenvolvendo. Hoje essa é uma questão banal, mas na época não era. (ARAÚJO; LYNCH; ROUCHOU; HERCULANO, 2010, p. 349-350)

Se o golpe não significou o estancamento da modernização no Brasil, ele certamente reiterava os velhos enigmas acerca do caráter de tal modernização. Em outras palavras, um regime militar, autoritário a manter a tendência de modernização significava um arranjo distinto daquele típico de países centrais, onde o desenvolvimento da economia é combinado com uma ordem social e política democrática e competitiva. Sendo assim, há, mais uma vez, a busca pela compreensão do binômio atraso-moderno – chave para o entendimento da intelectualidade brasileira, em especial da Sociologia. A geração dos anos de 1930 esforçou-se para explicar os motivos do atraso brasileiro, indagando-se sobre as possibilidades de o Brasil transformar-se em uma nação plenamente moderna. A geração dos anos de 1950 lidou com o tema da mudança social, refletindo acerca da extensão e da efetividade das transformações ocorridas e do papel da Sociologia na superação completa do atraso. Com o golpe e a posterior constatação de que o país continuaria na trajetória de desenvolvimento das forças produtivas mesmo que sob a batuta conservadora, confirma-se que a superação do atraso não é tarefa acabada – e muito menos simples. A intelectualidade brasileira põe-se a refletir sobre o país em novas e difíceis condições históricas, mas segundo antigos dilemas. Ainda, é preciso lembrar de um aspecto crucial: se, por um lado, a Sociologia está institucionalizada no país com a consolidação de ensino, pesquisa, nichos de investigação e comunidades intelectuais, por outro, ela ainda havia de entrar em

contato com inúmeras fontes e referências capazes de refinar a percepção sobre o Brasil enquanto objeto sociológico. Considere que qualquer ciência se expande por meio do debate entre diferentes interpretações e paradigmas de análise e, na escassez de fontes e referências, há menos ferramentas analíticas disponíveis e maiores dificuldades para gerar explicações sobre os fenômenos.

Em meio à consolidação do regime militar, Werneck Vianna propõe-se a pensar o capitalismo **autoritário** brasileiro. Ele considera ser necessário compreender as razões que levam à contínua perpetuação de elementos arcaicos e atrasados. Sem dúvida, ele volta às explicações dos cânones da Sociologia Brasileira e dos autores que os seguiram; porém, sua interpretação é inovadora pois considera o terreno da política – mais precisamente, ele ressalta as instituições e o direito. Em Werneck Vianna, há uma discussão nos marcos da relação entre Estado e sociedade civil – isto é, a esfera do sistema político e do uso legítimo da força e a esfera de organização dos cidadãos em suas mais diversas formas. Sua análise é possível na medida em que ele foi capaz de introduzir conceitos novos para pensar o Brasil.



Reflita

Qual é o papel das instituições democráticas em uma sociedade? Como a existência ou inexistência de instituições democráticas pode influenciar o desenvolvimento de uma sociedade ou sua trajetória? É possível que um país tenha instituições democráticas e, ao mesmo tempo, seja um país autoritário? Por quê?

Iberistas e americanistas na explicação do Brasil

Em relativo contraste com seus contemporâneos, Werneck Vianna retoma inúmeros eventos e debates do século XIX e do início do século XX – uma iniciativa originada do anseio ou mesmo da necessidade de compreender as razões e as potenciais consequências do golpe militar de 1964. Nesta retomada, Werneck Vianna desvenda elementos recorrentes nas discussões sobre a sociedade brasileira, capazes então de explicar seu desenvolvimento. Ele identifica um debate fundamental na história das ideias do Brasil: aquele entre iberistas e americanistas. **Americanismo** e **iberismo** são dois conceitos forjados e mobilizados à análise do Brasil em meados do século XIX, na reflexão acerca do

desenvolvimento da nação e sua relação com ideias e valores de cunho liberal. Posteriormente, a ideia de América e Ibéria surgirá nas reflexões de Sérgio Buarque de Holanda – de uma maneira que é, todavia, particular a este autor – e, indiretamente, nas reflexões de outros autores – conforme explicado adiante. Para Werneck Vianna, **americanismo** e **iberismo** são ideias centrais na medida em que também revelam um debate sobre os traços da identidade nacional brasileira. Mas o que expressa cada uma das ideias?

Novamente, saliente-se que, em meados do século XIX, o Brasil era um Império e caminhava para a proclamação da República. Neste cenário, considerava-se em que medida havia de ser adotado no Brasil o liberalismo, cujos ideais aqui chegavam por meio do contato com estrangeiros com negócios e/ou residentes em território brasileiro ou mesmo por meio de parcelas das elites locais “convertidas” aos valores da livre concorrência. Um importante exemplo da defesa do liberalismo por parte das elites locais pode ser distinguido nos abolicionistas, que pregavam o fim da escravidão com base na valorização da vida individual e da liberdade de mercado. Sendo assim, **América** e **Ibéria** constituem, em síntese, dois modelos civilizatórios distintos, dois espelhos a serem mirados, cujos respectivos cerne expressam distintas relações do binômio indivíduo-comunidade.

Por um lado, americanistas atribuíam as dificuldades do Brasil à chamada herança ibérica, originada de Portugal, e defendiam a introdução da cultura política e dos valores anglo-saxões que a substituísse. Para as americanistas, a América representaria, sem dúvida, o poder do indivíduo frente à coletividade e à potencialidade da formação de cidadãos independentes. Por outro lado, iberistas enfatizam que o mundo ibérico – e, por conseguinte, a América portuguesa e espanhola – tem uma trajetória distinta da trajetória do mundo anglo-saxão e tal aspecto não pode ser simplesmente ignorado ou suprimido com a inserção de valores então alienígenas. **Ibéria** é, de acordo com seus defensores, avessa ao individualismo e ao contratualismo a ele adjacente e representa, assim, a valorização da comunidade, da solidariedade e do territorialismo capaz de resguardá-las. No debate “original” entre as posições de americanistas e iberistas, considerava-se, finalmente, como os valores adequados à formação social brasileira poderiam ser promovidos pelo Estado brasileiro, então em processo de consolidação.

Werneck Vianna constata que a tensão entre **América** e **Ibéria** estende-se para além do Império e da Primeira República e reaparece em outros autores a explicarem o Brasil. Isto é, para além do clássico trabalho de Sérgio Buarque de Holanda sobre as *Raízes do Brasil* ([1936] 1995), considere, por exemplo, o estudo sobre Os Donos do Poder e o Estado patrimonial brasileiro, de Raymundo Faoro ([1958] 2008), e o estudo sobre a alegoria d'O *Espelho de Próspero* e as figuras de Ariel e Caliban a representarem a longa imposição de uma imagem externa à América Latina, de Richard Morse (1988). Werneck Vianna salienta a inequívoca existência de análises sobre as consequências da presença da Ibéria na organização da sociedade brasileira – em especial, sua influência sobre a nossa ordem democrática. Todas as análises enfatizam como o mundo ibérico seria um entrave para a constituição de uma democracia forte no Brasil e, com isso, indicam sempre o que **falta** ao país, o que **não existe** no sistema político e na ordem social brasileira como um todo. Mas **o que efetivamente existe**, já que não há, por exemplo, uma democracia como aquela dos Estados Unidos? Werneck Vianna percebe que não há análises priorizando as características das instituições de poder brasileiras – aquelas a resguardarem majoritariamente a comunidade, a solidariedade, o territorialismo. A sutil mudança de foco é capaz de acarretar consequências consideráveis, pois torna possível visualizar que nós somos a soma dos dois polos, América e Ibéria. É importante considerar que as características das instituições de poder brasileiras abrem caminho para pensarmos nas especificidades do campo político brasileiro, na relação deste campo da política com o campo da economia e como as mudanças foram possíveis no Brasil e como – ou se – serão possíveis no futuro.



Exemplificando

Em um livro clássico chamado *Os Donos do Poder*, Raymundo Faoro traça uma história da formação política do Brasil. Sua tese central é a de que em nosso país se conformou um Estado de tipo patrimonialista, comprometido com heranças, tradições e privilégios. Este Estado não é compatível com uma economia de mercado – isto é, “O patrimonialismo – com a sua criatura, o estamento burocrático – continha, no próprio seio, o germe do suicídio econômico” (FAORO, 2008, p. 41). Tal qual outros autores, Faoro caracteriza a política brasileira como oposta ao

liberalismo e, logo, como obstáculo para mudanças na sociedade brasileira. Werneck Vianna discorda do diagnóstico de autores como Faoro – embora considere que as mudanças ensejadas por meio da política nem sempre são genuinamente progressistas.

A revolução passiva brasileira

Considerando o debate entre americanistas e iberistas, Werneck Vianna reconhece que o liberalismo decerto foi introduzido em nosso país. Com a Independência e, posteriormente, com a Proclamação da República, o Brasil solidificou um Estado nacional e as adjacentes instituições políticas que impulsionam os princípios liberais. Sendo assim, o país criou um conjunto de leis e um arranjo econômico e social formalmente baseados na iniciativa individual. Todavia, aqui, o liberalismo sempre existiu em tensão com o patrimonialismo e, conseqüentemente, o seu poder civilizatório foi sempre limitado. Seguindo um conjunto de autores, Werneck Vianna explica que em outros momentos históricos, o liberalismo como sistema econômico e como visão de mundo, pressionou para a derrocada de sistemas econômicos e visões de mundo fundamentados em castas, estamentos e outros vínculos de cunho pessoal – considere, por exemplo, o declínio do feudalismo na Europa. No Brasil, não houve o desaparecimento completo da dominação patrimonial e, com isso, o liberalismo não realizou seu ideal de elevar a dominação racional por completo. Em síntese,



Apesar dessa importante restrição, o liberalismo, ao compor o sistema de ordem e de valores do novo Estado, pôde favorecer uma movimentação na sociedade civil que, tal como descreve Florestan Fernandes, se afirma, progressivamente, em “sua função típica de transcender e negar a ordem existente” (...). O liberalismo teria então desencadeado contínuas transformações moleculares na ordem senhorial escravocrata, sobretudo a partir da intensa floração mercantil que se segue à ruptura com o pacto colonial e a nacionalização do comércio exterior, quando se viram ampliadas as condições para o aprofundamento da diferenciação por meio da criação de novas ocupações qualificadas e do estímulo às profissões liberais. (WERNECK VIANNA; CARVALHO, 2000, p. 21)

As mudanças salientadas por Werneck Vianna (e, no caso, Carvalho) são importantes, porém também são muito lentas. Tal lentidão ocorre na medida em que existe uma forte resistência dos “senhores” locais a estas e a outras mudanças relativas ao liberalismo. Se no nível local há resistência, como podem tais mudanças serem sequer aventadas? Werneck Vianna indica então a importância do “Centro” no estímulo à atividade mercantil – o suporte às trocas internas, o controle sobre o comércio exterior e o estímulo à ampliação das ocupações e profissões. O Centro nada mais é do que o Estado nacional, cujos traços sempre expressaram, segundo Werneck Vianna, uma agência liberal e moderna. Sua interpretação difere completamente da interpretação dos sociólogos brasileiros que veem no Estado o bastião de uma organização social fundamentada na ordem privada. Este Estado é decerto limitado em sua agência liberal e moderna, mas, sem ele, não estaria garantida a unidade nacional e a integridade mínima dos direitos e das liberdades individuais.

Historicamente, a tensão entre o impulso liberal e a dominação patrimonial também é resolvida pelo Estado, segundo Werneck Vianna. Considere o caminho que nos levou à década de 1930, quando o Brasil passava por transformações econômicas, políticas, sociais e culturais. Em um tal cenário, o Estado foi responsável por catapultar a atividade industrial então existente, estimulando a produção e o mercado interno. Sabemos que a atuação do Estado não levou, no entanto, ao nascimento de uma nova elite, caracteristicamente liberal. Também não assistimos à destruição dos aspectos dominadores do Estado, que sempre coexistiram com sua agência liberal e moderna, como uma espécie de “condução com mão forte”. O que explica então tal contorno adquirido pela sociedade brasileira a partir dos anos de 1930? Werneck Vianna indica que, com a limitação do poder central, nunca esteve colocada a derrocada das elites locais – e sim a sua dominação sob novas condições econômicas, sociais, políticas e culturais. Para tal, a saída foi, curiosamente, a exclusão do liberalismo por parte do Estado, um **Estado Novo** que também procurava se resguardar da sociedade ao seu entorno e continuar sua empreitada de modernização. Para Werneck Vianna, o governo de Getúlio Vargas representou um marco no curso da sociedade brasileira: constituiu-se um Estado “orgânico-comunitarista” – isto é, um Estado cujos princípios não eram aqueles de valorização da autonomia e da iniciativa do indivíduo:



A intenção civilizatória mudava, pois, de curso, voltando-se, agora, para a pedagogia de uma ética do trabalho – institucionalizaram-se os sindicatos como corporações do Estado e, nesse curso, os trabalhadores têm reconhecida sua cidadania, ao mesmo tempo em que se impõe a eles uma condição heterônoma, como personagens tutelados pela ação estatal. A organização e o direito corporativos seriam a escola brasileira do civismo, elevando-se o interesse ao plano da esfera pública, mediante a subsunção do mundo do trabalho à razão do Estado. Tal modelo, inteiramente diverso do liberal, não visa o indivíduo como sede autônoma da vontade, mas como destinatário de uma ação pedagógica acerca do bem-comum, na versão concebida pelos formuladores do Estado corporativo, centrada nas ideias de colaboração e de harmonia entre as classes sociais. (WERNECK VIANNA; CARVALHO, 2000, p. 25)

Com o Estado Novo, o que se tem é a reconfiguração da condução efetuada pelo Centro. Agora, ele não mais trabalha para a consolidação de um arranjo econômico e uma visão de mundo no qual o indivíduo esteja no centro. O importante é a junção gregária deles, contanto que se valorize o trabalho a impulsionar a atividade industrial necessária ao país. O Estado coloca o indivíduo, em termos institucionais e legais, em segundo plano para que a trajetória de modernização prossiga. No Brasil, conclui-se então uma evolução passiva.



Assimile

Revolução passiva é um conceito presente na obra do marxista italiano Antonio Gramsci. Ele foi forjado para pensar a unificação da Itália no século XIX e pode ser aplicado a outros países que não experimentaram uma revolução burguesa no sentido clássico, como França ou Inglaterra. Gramsci indica que a Itália se unificou e empreendeu a modernização de seu Estado por meio de reformas e guerras, com o objetivo de evitar uma ruptura revolucionária ou quaisquer transformações profundas na sociedade. **Foi sim uma revolução, mas uma que restaurava** o status quo – agora com uma nova feição – e garantia os ganhos das classes dominantes.

Werneck Vianna indica outros momentos da história brasileira, posteriores a 1930, que reproduziram os mecanismos da revolução passiva – por exemplo, o golpe civil-militar de 1964, que o autor tanto procurava compreender e que freou os impulsos democráticos pós-Estado Novo. O século XX brasileiro, em especial, pode ser compreendido na chave da revolução passiva, visualizada então no arranjo e no rearranjo das instituições políticas e de direito de nosso país. O interessante é que, para Werneck Vianna, possivelmente se encontra nestas instituições o caminho para mudanças que não só restaurem, mas modifiquem de fato a ordem social brasileira.



Pesquise mais

Luiz Werneck Vianna é um intelectual em atividade e um dos poucos sociólogos dos dias de hoje cuja trajetória coincide com fatos marcantes da história do século XX e o desenvolvimento da Sociologia Brasileira. Ele contribuiu para o projeto *Memórias das Ciências Sociais no Brasil*, da Faculdade Getúlio Vargas (FGV), e você pode conferir seu testemunho no seguinte link, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NnyEwnYzdWo>>. Acesso: 9 jun. 2018. A entrevista contém a minutagem e você pode conferir os assuntos na ordem que for interessante.

Vamos retomar a situação-problema que serviu de inspiração para o aprendizado desta seção do seu livro didático. Há tempos você é consultor de uma grande empresa e, agora, deve contemplar as contribuições de novos consultores recentemente adicionados ao quadro de funcionários. No caso, é o momento de considerar as contribuições de um colega cético em relação às conversas sobre “reformulação” da empresa. Ele discute com você casos de companhias em que transformações no ambiente de trabalho e nas regras institucionais eram avaliadas democraticamente pelos funcionários; na empresa de vocês, ao contrário, parece que todas as mudanças ao longo dos anos foram decididas unilateralmente por aqueles e aquelas que detêm os cargos de comando. Juntos, vocês chegam ao seguinte questionamento: quais são os problemas quando somente o alto escalão da empresa decide e coordena todas as mudanças, sem a consulta e a participação de nenhum outro setor? O questionamento reflete a interpretação de Luiz

Werneck Vianna. Como consultor mais experiente, cabe a você salientar aspectos das ideias do colega que parecem interessantes para pensar a empresa. Você salienta então três pontos.

Em primeiro lugar, seu colega indica de maneira interessante o quanto o debate sobre arcaísmo e modernidade preveniu que a empresa pudesse fazer uma reflexão sobre o seu próprio funcionamento de maneira genuína. Por um lado, houve aqueles que enfatizaram o quanto a empresa ainda não havia chegado à modernidade e não operava como as grandes do mundo; por outro, houve aqueles que defendiam que os seus traços “peculiares” não podiam ser equiparados aos de outras empresas. No fim, ninguém se atentou para o fato de que a empresa em que você trabalha erigiu suas próprias operações, seguia seus próprios procedimentos e, mais importante, tinha sua própria estrutura de poder.

Em segundo lugar, você considera justamente a estrutura de poder da empresa. Enquanto anteriormente todos indicaram o caráter retrógrado do alto escalão, seu colega pontua que, na verdade, foi dali que emergiu o impulso para controlar a dominação pessoal e fomentar uma lógica mais impessoal, voltada para o desenvolvimento e o lucro da empresa. A atuação limitada do alto escalão frente à resistência dos funcionários nos “andares de baixo” obscureceu a análise dos consultores que antes trabalharam ali. Segundo seu colega, sem as iniciativas do alto escalão, é provável que a empresa fosse bem diferente – ela talvez nem estivesse em vigor.

Em terceiro lugar, enfim, você nota o outro aspecto relacionado à estrutura de poder da empresa desvendado pelo colega. Na medida em que é capaz de ditar o passo de toda a organização, o alto escalão também pode promover mudanças de maneira unilateral. Sendo assim, quando a mudança vem estritamente de cima, sem a consulta e a participação de nenhum outro setor, há um grande risco de que não se efetive nenhuma transformação substantiva. Como “panos quentes”, mudanças sem consulta ou participação de outros setores servem para conter alguma insatisfação, disciplinar (aberta ou veladamente) algum setor ou departamento ou mesmo garantir os lucros dos donos. Em nada contribuem para criar um ambiente mais confortável, igualitário ou justo para todos os funcionários que ali trabalham.

Faça valer a pena

1. “Eu sempre uso a expressão de Tocqueville, que já deve ter fatigado, de que os países são como as pessoas: guardam para sempre dentro da sua história o momento fundador. Nós temos duas presenças aqui, temos a Ibéria e a América. Nascemos assim, com essa dupla certidão”. (ARAÚJO; LYNCH; ROUCHOU; HERCULANO, 2010, p. 366)

De acordo com Luiz Werneck Vianna, o que significa a presença de **Ibéria** e **América** no Brasil? Assinale a alternativa correta.

- a) Ibéria e América são tipos ideais utilizados para entender a formação social brasileira.
- b) Ibéria e América são dois modelos civilizatórios distintos que constituem a formação social brasileira.
- c) Ibéria e América são metáforas que representam atraso e moderno.
- d) Ibéria e América são duas tradições de pensamento na intelectualidade brasileira.
- e) Ibéria e América são programas políticos para o Brasil do século XX.

2.

Perceber, porém, a ação do Centro no exercício de um papel civilizatório importa, como já mencionado, a percepção dos limites desse movimento, incapaz de proceder a uma intervenção desorganizadora da esfera patrimonial e de impor, sem contrastes, a supremacia da ordem racional-legal – tendo a democratização do acesso à terra como pré-condição. Tal ambiguidade característica do Estado imperial projetou-se, em linhas gerais, sobre a República, levando à preservação do estatuto de dependência pessoal, das clientelas e da incorporação política ‘de fachada’ das grandes massas do campo que, nos currais eleitorais, conheciam a integração à vida republicana pela mediação do sistema do coronelismo. (WERNECK VIANNA; CARVALHO, 2000, p. 23)

”

Assinale a alternativa que, de acordo com Luiz Werneck Vianna, indica a importância do Estado no desenvolvimento da formação social brasileira.

- a) O Estado brasileiro é patrimonialista e, portanto, só contribuiu para a manutenção do atraso no Brasil.

- b) O Estado brasileiro foi responsável por uma revolução no Brasil.
- c) Mesmo limitadamente, sem romper com a ordem patrimonialista, coube ao Estado brasileiro impulsionar princípios que garantiram a unidade nacional.
- d) Mesmo limitadamente, o Estado brasileiro trouxe a modernidade para o Brasil.
- e) O Estado brasileiro deve passar por uma “revolução silenciosa” se quiser contribuir para o desenvolvimento da formação social brasileira.

3.



Assim, neste país que desconhece a revolução, e que provavelmente jamais a conhecerá, ela não é uma ideia fora do lugar, como não o foi o liberalismo que inspirou a criação do seu Estado-nação. Com efeito, o Brasil, mais do que qualquer outro país da América Ibérica, esta vasta região do continente americano que chega à modernização em compromisso com o seu passado, pode ser caracterizada como o lugar por excelência da revolução passiva. (WERNECK VIANNA, 1996, p. 1)

O que significa dizer que o Brasil viveu processos de revolução passiva? Assinale a alternativa correta.

- a) O Brasil assistiu passivamente à tomada do poder pelos militares em 1964.
- b) O Brasil viveu uma guerra civil.
- c) O Brasil não passou por uma mudança efetiva à sua Independência, porque o regente era membro da Coroa Portuguesa.
- d) O Brasil promoveu mudanças por meio da obrigatoriedade do voto popular.
- e) O Brasil assistiu a momentos de mudanças nas instituições políticas e legais que, no entanto, mantiveram o status quo.

Seção 3.3

Jessé Souza e a desconstrução das explicações canônicas

Diálogo aberto

Esta seção do seu livro didático é dedicada às ideias de Jessé Souza, mais um sociólogo que propõe uma interpretação do Brasil. Jessé Souza é um pensador contemporâneo, formado sob a influência dos cânones da Sociologia Brasileira e da geração de autores que muito colaborou para a institucionalização da Sociologia do e no Brasil. Assim como você, Jessé Souza conhece a obra de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr.; e também as contribuições de Luiz Aguiar da Costa Pinto, Alberto Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes. Certamente, existem inúmeros outros autores e trabalhos acadêmicos que colaboraram para a formação do pensamento de Jessé Souza – e que não podem ser aqui mencionados. Todavia, existe um importante traço em sua obra que a diferencia das obras de outros sociólogos contemporâneos: ele procura desconstruir o pensamento social brasileiro tal como conhecemos. Mais especificamente, Jessé Souza reconhece a recorrência de certos elementos nas explicações sobre o Brasil dadas pelos sociólogos – para ele, mesmo os sociólogos que, a princípio, são filiados a tradições de pensamentos divergentes giram em torno das mesmas respostas finais para os problemas do país; como reação a tal recorrência, ele enxerga a limitação da nossa Sociologia em interpretar o próprio país. Para Jessé, os sociólogos brasileiros erram quando insistem em falar de personalismo, patrimonialismo ou dizer que a modernidade não vingou no Brasil porque eles terminam não percebendo a especificidade de nossa formação social. A obra de Jessé Souza é voltada para corrigir as limitações que o autor enxerga na Sociologia do e no Brasil e entender o que considera como a modernidade periférica.

Jessé Souza nasceu no Rio Grande do Norte, em 1960 e graduou-se em Direito pela Universidade de Brasília (UNB) em 1981. Continuou na UNB no mestrado, mas migrou para a Sociologia; sua dissertação sobre a concepção de carisma em Max Weber, concluída em

1986, foi considerada uma das melhores dissertações do ano pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Seu doutorado é em Sociologia, realizado na Karl Ruprecht Universität Heidelberg, da Alemanha e concluído em 1991. Fez um pós-doutorado em Filosofia e Psicanálise na New School for Social Research, localizada em Nova Iorque, Estados Unidos, entre 1994 e 1995. Enfim, possui livre docência em Sociologia pela Universität Flensburg, da Alemanha, concedida em 2006. Souza realizou diversos outros estágios pós-doutorais no exterior, no cargo de Professor Visitante; e acredita que a experiência no exterior permite a percepção do Brasil com outros olhos. Foi presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre abril de 2015 e maio de 2016, e, atualmente, é professor titular da Universidade Federal do ABC (UFABC). Jessé Souza tem uma extensa produção, incluindo uma notável quantidade de artigos e entrevistas para jornais e revistas de grande e média circulação – o que é um reflexo da preocupação do autor em não afastar a Sociologia da sociedade como um todo.

Antes de seguir na discussão, retome, mais uma vez, o contexto de aprendizagem apresentado anteriormente. Relembre que, como consultor de uma grande empresa, você tem novos colegas de trabalho, com novas críticas, sugestões e revisões de pareceres anteriores, de modo que eles trazem uma visão mais atualizada dos problemas e das limitações da empresa. Agora, é o momento de considerar as posições de um colega bastante crítico ao trabalho feito até aqui. Ele acredita que, na análise do que se passa na empresa, é preciso sempre concentrar-se nas especificidades do local, sem se deixar iludir em relação à cultura e a outras estruturas institucionais. Como alternativa, ele propõe a revisão das avaliações internas anteriores e garante a possibilidade de melhor explicar o que se passa ali. Muitos consideraram a tensão entre o arcaico e o moderno, mas o seu novo colega presta atenção em como os funcionários, sobretudo os de baixo escalão, são caracterizados pela chefia e como eles mesmos se veem. Você concorda que a maneira como os de baixo e os de cima se relacionam pode mudar tudo dentro do local de trabalho?

Use as considerações deste colega que é crítico ao trabalho feito anteriormente na empresa como um caminho para compreender as ideias de Jessé Souza. Em sua análise do Brasil, Souza questiona a

excessiva preocupação com o binômio atraso-moderno vista ao longo das décadas na Sociologia Brasileira e, ainda, questiona a maneira como se explica tal binômio. Ele sugere que se considere a desigualdade social – e não atraso vs. moderno – como o maior desafio de nossa sociedade. Com isso, é crucial dar destaque aos mais pobres e entender por que eles têm um lugar tão precário em nossa sociedade.

Não pode faltar

O Brasil como caso singular da organização social ocidental

Na década de 1930, surgem no Brasil as primeiras análises dotadas de uma perspectiva caracteristicamente sociológica. Com elas, propunha-se a discussão dos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais do país de uma maneira inovadora – na medida em que a discussão não só procurava levar em conta as peculiaridades da sociedade brasileira, mas também salientava que qualquer análise da sociedade deve sempre ser feita segundo certos paradigmas científicos próprios. Você conheceu os três autores que foram responsáveis pela mudança nas análises ocorridas durante os anos de 1930, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., e sabe que cada um constrói uma interpretação própria do Brasil. Em síntese, é possível dizer que Sérgio Buarque de Holanda aponta a personalidade como um traço marcante da sociedade brasileira; Gilberto Freyre discorre sobre a extensão e o poder do patrimonialismo; Caio Prado Jr., enfim, considera a relação subordinada do Brasil com os países centrais do sistema capitalista. Certamente, as três interpretações são distintas; todavia, elas revelam traços em comum ao caracterizarem um modo de ser e um modo de pensar tipicamente brasileiros – sobretudo as análises de Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre.

Com base em tal diagnóstico, Jessé Souza salienta o forte culturalismo a marcar as Ciências Sociais e, especialmente, a Sociologia Brasileira:

Não se compreende a gênese da “ciência social dominante” no Brasil se não compreendemos seu vínculo íntimo e carnal com o “mito da brasilidade” criado por Freyre. Como todos os brasileiros desse período, Buarque [de Holanda] foi influenciado decisivamente por Freyre. Antes de tudo,

”



a ideia de “plasticidade” como herança ibérica. Essa ideia, uma apropriação direta de Freyre, vai ser fundamental para seu conceito de “homem cordial” e, conseqüentemente, para sua tese do “personalismo” e do “patrimonialismo” – pensado como a consolidação institucional do personalismo – como as marcas fundamentais da cultura brasileira. (SOUZA, 2011, p. 34, grifo nosso)

Análises do Brasil como aquelas propostas por Buarque de Holanda, Freyre e Prado Jr. foram fundamentais para os ensinamentos que hoje são propostos a você, estudante de Sociologia. Quando se fala em culturalismo, conforme salientado por Souza, considera-se uma postura específica de análise: qualquer autor inspirado pelo culturalismo não só indica como um grupo ou uma sociedade tende a se relacionar, se comportar e/ou pensar, mas também entende que o estudo da cultura funciona segundo uma dinâmica própria. Não se estuda um povo da mesma maneira que se estuda matemática, geografia ou biologia. No Brasil, a introdução de pontos de vista culturalistas foi essencial para romper com o determinismo geográfico e biológico que antes imperava na análise dos fenômenos sociais – lembre que, no século XIX, era comum explicar o brasileiro e o Brasil segundo as características do clima ou da vegetação ou apontar a miscigenação como algo negativo. No entanto, uma postura culturalista também trouxe problemas para as Ciências Sociais e a Sociologia Brasileira – e, para compreendê-los, vamos avaliar as palavras de Souza novamente:



Essas interpretações “culturalistas”, ainda hoje dominantes, percebem a produção social das personalidades individuais como um atributo de uma “cultura”, no nosso caso, ibérica e portuguesa, dissociada de qualquer aspecto estrutural e institucional que lhes pudesse conferir historicidade e concretude. (SOUZA, 2006, p. 85)

De acordo com Jessé Souza, os intelectuais brasileiros demonstram uma forte tendência: eles tratam cultura como uma entidade homogênea, totalizante e auto referida. Em outras palavras, quando falam em **brasilidade** ou uma **identidade** nacional, classifica-se todo e qualquer brasileiro da mesma maneira; retrata-

se o Brasil de modo a apagar a existência de interesses conflitantes, obscurecidos pelo suposto compartilhamento de uma única visão de mundo e um único conjunto de valores e atitudes comum a todos; por fim, apresentam-se as razões da existência de uma brasilidade muito fragilmente, porque nossos autores somente indicam que ela é originada de Portugal ou da maneira como a colonização foi conduzida, mas não explicam ao certo como ela é introduzida em nosso povo e, mais importante, como é continuamente reproduzida pelos brasileiros.

Para Souza, na medida em que simplesmente assumem o que deveriam elucidar, os autores da Sociologia Brasileira cometem uma sequência de erros em suas interpretações. Por conta das dificuldades históricas da nação, os autores passam a qualificar o Brasil pelo que lhe falta: não tem uma democracia representativa forte, uma burocracia propriamente racional e tecnocrática, um Estado de direito consolidado, e nem uma industrialização extensa, entre outros aspectos. Mesmo quando procuram as especificidades do Brasil, Souza argumenta que eles terminam comparando-o a outras formações sociais – e, no entanto, eles o fazem erroneamente. Em síntese, a Sociologia Brasileira reforça a dicotomia entre **atraso** e **moderno** ao longo de várias gerações e não consegue ir além das preocupações relacionadas a ela – por exemplo, “é possível que o Brasil se torne uma nação moderna?” ou “como superar os elementos de atraso remanescentes na sociedade brasileira?”.

Na visão de Souza, a geração de 1930 plantou a semente de uma interpretação **pseudocrítica** do Brasil, colhida e replantada por uma coleção de autores que vieram posteriormente – aqueles que foram responsáveis por aqui institucionalizar a Sociologia e também aqueles que se seguiram depois destes. Superficialmente, propor a supressão do atraso, o conserto do Estado patrimonial brasileiro ou a transformação do conjunto de valores orientados para o personalismo pode parecer efetivo, mas deixa intocado o grande problema do Brasil na visão de Jessé Souza.



Exemplificando

Jessé Souza argumenta que diversos autores construíram explicações que indicam a presença do passado no presente da sociedade brasileira e localizam nesta presença a fonte dos nossos problemas

enquanto nação. Gilberto Freyre não propõe uma saída para o “eterno presente” brasileiro, mas, com Sérgio Buarque de Holanda e mesmo Caio Prado Jr., se consolida uma visão negativa dos traços não modernos da sociedade brasileira. É possível ver na geração de sociólogos dos anos de 1950 como tal visão negativa se traduziu no anseio de reconfiguração do Estado brasileiro. Lembre-se que Costa Pinto e Guerreiro Ramos propõem, cada um à sua maneira, um Estado focado no desenvolvimento do país – uma ideia que tem ressonância até os dias de hoje. Segundo Souza, Florestan Fernandes diferencia-se um pouco dos demais autores por considerar em maior medida os conflitos de classe existentes em nossa sociedade, mas, ainda assim, não rompeu totalmente com o paradigma que enxerga na tensão atraso e moderno o cerne das nossas questões nacionais.

Segundo Jessé Souza, a Sociologia Brasileira não enxerga o problema da desigualdade social no Brasil e este sim, de acordo com ele, seria a grande dificuldade nacional. Certamente, os sociólogos brasileiros sabem que desigualdade social existe no Brasil e a consideram em suas interpretações do país. Todavia, a desigualdade seria vista, por todas as tradições da Sociologia Brasileira, como mais uma herança do passado para nós e, conseqüentemente, uma fonte de nossos problemas. Seria exigido, então, a destruição completa do ranço colonial, do passado e o fortalecimento por inteiro do que é propriamente moderno. Frente a tal panorama, vem a pergunta: haveria um outro modo de tratar a desigualdade? Para Jessé Souza, sim. Segundo este autor, ela seria, ao contrário, um produto, um resultado “de um efetivo processo de modernização de grandes proporções que se implanta paulatinamente no país a partir de inícios do século XIX” (SOUZA, 2004, p. 80). Sendo assim, não se trata de dizer que a modernidade “não pegou” no Brasil, mas de entendê-lo como um caso singular de organização social ocidental – isto é, uma modernidade que poderia ser considerada como singular.

O item seguinte delinea o que seria a modernidade brasileira segundo Jessé Souza, mas, antes, cabe esclarecer que ele considera que os enganos por parte dos sociólogos em relação à desigualdade social não constituem uma limitação puramente teórica. Por não entenderem a desigualdade social e, logo, a

pobreza, nossos intelectuais não saberiam lidar com os pobres. Isto é, “as classes populares no Brasil – a maioria da população brasileira – são literalmente invisíveis e até hoje muito mal compreendidas entre nós” (SOUZA, 2011, p. 33). Trata-se também de uma limitação de cunho político, pois a Sociologia não teria capacidade, em sua visão, de articular ideias que possam guiar projetos e políticas de Estado e de governo.



Refleta

Você acredita que a desigualdade social e a pobreza devem ser a principal preocupação dos sociólogos? Por quê? É possível relacionar a desigualdade social a outros problemas de nossa sociedade? É possível hierarquizar os problemas de nossa sociedade segundo sua respectiva importância? Por quê?

A modernidade seletiva

Para Jessé Souza, a desigualdade social existente no Brasil é um produto de nossa trajetória enquanto nação e resulta em inúmeras mazelas que nos afligem – violência, fome, entre outros. Mesmo o nosso relativo atraso econômico seria, na visão de Souza, uma decorrência da desigualdade – e não o contrário, como se costuma pensar. Sendo assim, ele exclui de imediato uma saída desenvolvimentista – ou, como denomina, “economicista” – para os problemas do Brasil. Segundo sua linha de raciocínio, se o atraso econômico é decorrente da desigualdade – e não o contrário – qualquer avanço no campo estritamente econômico será tão somente um paliativo. Melhorar a distribuição de renda ou a infraestrutura do país pode ser interessante, mas não é suficiente caso se pretenda efetivamente sanar a desigualdade aqui reinante:

O “engano” desse tipo de “solução” propugnado por pessoas, muitas vezes muito bem intencionadas, reside na superficialidade da compreensão do fenômeno da pobreza e da desigualdade. A discussão meramente “econômica” da desigualdade está condenada à superficialidade e ao fracasso por uma razão muito simples; a dimensão econômica não percebe os dois aspectos, intimamente relacionados mas analiticamente separáveis, mais



fundamentais para a compreensão do fenômeno da desigualdade nas sociedades modernas (inclusive nas periféricamente modernizadas como a nossa): sua gênese e sua legitimação. (SOUZA, 2006, p. 87)

Quando salienta que a solução econômica pode ser enganosa, Souza indica que o fenômeno desigualdade social compreende aspectos que não podem ser simplesmente reduzidos à economia. De fato, ao trazer à tona a discussão sobre pobreza, ele salienta que a condição de pobre e de pertencimento às camadas mais desfavorecidas da sociedade implica também a ausência de autoestima, uma maior tendência à dificuldade em lidar com papéis sociais básicos e figuras de autoridade (por exemplo, família e professores), invisibilidade social, entre outros aspectos. Em suma, a experiência da pobreza vai muito além do “ter ou não ter” e se quisermos compreendê-la, é preciso desvendar como e por que ela emerge e, mais importante, como e por que é perpetuada – sua gênese e sua legitimação, conforme exposto na citação anterior. Todos nós, pobres ou não, somos obrigados a encarar ou falar de pobreza e desigualdade social – pelo menos uma vez ou outra. Para Souza, é na maneira como explicamos e, eventualmente, consentimos com a pobreza e a desigualdade social que se encontra a chave para a compreensão da existência deste problema tão relevante no Brasil. Em seus escritos, Souza explica que procura então descobrir a moralidade relacionada à pobreza em nossa sociedade.

O Brasil, assim como toda nação no qual não há mais um regime colonial e/ou monárquico, é uma sociedade em que há uma igualdade formal – isto é, todos nascem e são iguais perante a lei. Igualdade implica reconhecimento social e que todos os indivíduos sejam vistos como dignos de tal reconhecimento. É necessário, então, que se compartilhe de modo geral uma mentalidade – uma “estrutura psicossocial”, como diz Souza – receptiva e alinhada à ideia de dignidade, reconhecimento e, por conseguinte, igualdade:

As considerações de [um autor chamado Charles] Taylor sobre a “dignidade”, como fundamento da auto-estima e do reconhecimento social do indivíduo, remetem, portanto, à relação entre o compartilhamento de uma

economia emocional e moral contingente à possibilidade de reconhecimento para indivíduos e grupos: *para que haja eficácia legal da regra de igualdade é necessário que a percepção da igualdade na dimensão da vida cotidiana esteja efetivamente internalizada.* (SOUZA, 2004, p. 84; acréscimo nosso, grifo da edição original)

Souza argumenta que, no Brasil, a percepção da igualdade na dimensão da vida cotidiana não foi internalizada. É como se o país, ao despontar enquanto nação independente, avançasse direto para a consolidação dos sistemas formais das nações modernas, como o mercado e o Estado, que requerem, por sua vez, uma “segunda” mentalidade – uma “estrutura psicossocial” adicional. Sendo assim, em nosso país encontramos tão somente a chamada “ideologia do desempenho”, característica da competição capitalista. De acordo com a noção de ideologia do desempenho, nossa sociedade funcionaria segundo uma lógica meritocrática e os indivíduos seriam classificados, portanto, segundo seus ganhos, seus feitos, suas conquistas, suas ações ou pela falta delas – seu desempenho. Sem a sedimentação da primeira mentalidade, relativa à dignidade, ao reconhecimento social e à igualdade, é esquecido o fato de que as chances para um bom desempenho não são as mesmas para todos os indivíduos de uma mesma sociedade. Além disso, e mais importante, ignora-se que a posição de um indivíduo no mercado não deveria excluir ou anular sua posição enquanto membro digno da coletividade social.

Souza elucida o problemático arranjo das estruturas psicossociais em nossa sociedade por meio do destaque à recorrente impunidade quando há um crime contra indivíduos pobres. Ele elenca um exemplo: no Brasil, um atropelamento de uma pessoa humilde por uma pessoa de classe média ou classe alta não causa comoção e, comumente, não leva à condenação pela justiça. A impunidade, neste caso, seria um reflexo de como uma parcela de nossa sociedade não enxerga os pobres como pessoas, segundo a visão deste intérprete.

Para Souza, a desigualdade social é obscurecida e naturalizada em nosso país na medida em que nem chegamos a garantir a dignidade e o reconhecimento social para todos os indivíduos. No entanto,

isso não significa que estamos diante de uma aberração social. Segundo Souza, o erro dos teóricos anteriores e mesmo dos autores contemporâneos é acreditar que só há um caminho para a entrada de um país na modernidade. Para ele, não existe a modernidade, uma única modernidade. Faz parte do processo de modernização de um país a inevitável seleção de certas características e certos valores e a adaptação da lógica moderna – aquela de cunho racional mais amplo e geral – às culturas nativas ou nacionais. Em outras palavras, todas as modernizações são seletivas, implicando a fusão e a recombinação dos aspectos racionais (a modernidade em si) com os valores típicos de cada país; todas as modernizações são, logo, autênticas.

No Brasil, o processo de modernização, a introdução de uma lógica de mercado e de um Estado nacional descolada de uma lógica de reconhecimento social e dignidade levou à criação de uma subcidadania – para aqueles que têm a cidadania negada, silenciosamente ou não. Não seria, portanto, a ausência de modernidade o problema do Brasil, mas a maneira perversa pela qual a modernidade aqui se sedimentou. A subcidadania indica que não houve, no Brasil, a consolidação da cidadania – ou seja, o legítimo reconhecimento social e a legítima dignidade que deveriam ser desfrutados por todos em uma sociedade na qual todos os indivíduos são formalmente iguais. Souza indica que em países periféricos, a subcidadania se constitui como um fenômeno de massas, em que os próprios países se formam de modo a excluir significativa parcela de sua população, a ralé. Para o autor, a periferia do capitalismo é então palco de conflitos de classe e ele julga importante dar destaque a tal aspecto em sua interpretação do Brasil.



Assimile

Souza cria o conceito de ralé para designar os subcidadãos brasileiros por acreditar que sua invisibilidade é tamanha que nem nas teorias sociológicas brasileiras consagradas eles têm o devido espaço.



Pesquise mais

Jessé Souza é um sociólogo contemporâneo e encontra-se bastante ativo. Ele escreve livros e dá entrevistas com regularidade. Você pode aprender mais sobre suas ideias e como elas se aplicam enquanto

ferramentas teórico-conceituais para explicar o Brasil de hoje, em sua conversa com Juca Kfoury, Douglas Belchior e Bia Pasqualino para o programa Entre Vistas, que se encontra disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3zHdGqvLZl8>>. Acesso: 23 jun. 2018.

Sem medo de errar

Considere que você, consultor de uma grande empresa em exercício durante um longo período, deve contemplar as contribuições de novos consultores, em especial um colega que propõe a revisão das avaliações internas anteriores e garante a possibilidade de melhor explicar o que se passa ali. Este novo colega propõe deixar de lado a tensão entre arcaico e moderno, tão considerada ao longo dos anos, pois, para ele, essa tensão não é tão importante quanto parece. Em contrapartida, ele presta atenção em como os funcionários, sobretudo os de baixo escalão, são caracterizados pela chefia e como eles mesmos se veem. Aqui, vamos utilizar as ideias de Jessé Souza como inspiração para entender se e em que medida um novo olhar em relação a esses funcionários é capaz de engendrar uma nova explicação para as dinâmicas da empresa. O que dizer sobre as propostas do novo colega, à luz do que você sabe? Seriam elas coerentes para se pensar a empresa?

Você salienta três aspectos das ideias do novo colega que parecem promissoras para o debate sobre a empresa. Em primeiro lugar, é preciso destacar que a preocupação do mesmo com a desigualdade internamente à empresa é, de fato, inédita. Embora você e outros funcionários tenham sim se preocupado com os setores e departamentos mais baixos em outras ocasiões, é verdade que o tópico central quanto à reflexão sobre as dificuldades da empresa tem sido a persistência nela de elementos de atraso.

Em segundo lugar, quando se acata a sugestão do colega e se considera a desigualdade, profunda e naturalizada, como o nó a ser resolvido pela empresa, é verdade que se apresenta uma nova maneira de explicar suas dinâmicas. Assim o é porque a discrepância em relação ao respeito e à estima reservada a cada setor ou departamento não é mais vista como uma consequência de outros problemas – por exemplo, existência de relações de favor, infraestrutura pobre e cultura a valorizar o trabalho intelectual. A discrepância ou a desigualdade

entre setores e departamentos passa a ser enxergada como a própria fonte dos problemas. Em síntese, é como se nem todos pudessem se sentir parte da coletividade e, por isso, não pudessem demonstrar o seu potencial para cumprir o trabalho da melhor forma possível.

Em terceiro lugar, enfim, convém destacar a nova maneira de qualificar a modernidade da empresa. É interessante que seu colega é o único que não hesita em dizer que se trata sim de uma empresa moderna. Para ele, todas as empresas em atividade no sistema capitalista são modernas, o que não significa que sejam ou devam ser iguais. Cada uma desenvolveu-se de um modo específico e sua especificidade não diminui a autenticidade de sua lógica racional e voltada ao lucro.

Faça valer a pena

1. “A invisibilidade das classes populares no Brasil é o produto principal de uma ‘interpretação do Brasil’ que logrou institucionalizar-se e incorporar-se em todo brasileiro como uma ‘segunda natureza’, sobre a qual não mais se reflete e que não mais se questiona.” (SOUZA, 2011, p. 33)

Qual é a principal limitação da Sociologia Brasileira segundo Jessé Souza? Assinale a alternativa correta.

- a) A Sociologia Brasileira considera o país uma nação atrasada.
- b) A Sociologia Brasileira considera o Brasil um país moderno.
- c) A Sociologia Brasileira não considera a desigualdade social como principal problema do país.
- d) A Sociologia Brasileira copia os paradigmas europeus na construção de suas análises.
- e) A Sociologia Brasileira desenvolve uma perspectiva macrossociológica.

2.



A ‘ideologia do desempenho’ funcionaria, assim, como uma espécie de legitimação subpolítica incrustada no cotidiano, refletindo a eficácia de princípios funcionais ancorados em instituições não transparentes, como é o caso do mercado e do Estado. Ela é intransparente posto

que aparece à consciência dos indivíduos no dia-a-dia como se fosse um efeito de princípios universais e neutros, abertos à competição meritocrática. (SOUZA, 2004, p. 89)

Como Jessé Souza explica a invisibilidade dos pobres e a naturalização da desigualdade social no Brasil? Assinale a alternativa correta.

- a) Para Jessé Souza, a invisibilidade dos pobres e a naturalização da desigualdade social existem porque os intelectuais brasileiros construíram análises limitadas.
- b) Para Jessé Souza, a percepção de igualdade não foi largamente disseminada e internalizada na vida cotidiana dos brasileiros, de modo que nem todos são reconhecidos socialmente e, logo, terminam invisíveis do ponto de vista da cidadania.
- c) Para Jessé Souza, a desigualdade social e a consequente pobreza existem no Brasil porque nosso Estado é fraco do ponto de vista desenvolvimentista.
- d) Para Jessé Souza, na medida em que nem todos se adaptam à ideologia do desenvolvimento, perpetua-se a invisibilidade dos pobres e a naturalização da desigualdade social no Brasil.
- e) Para Jessé Souza, a invisibilidade dos pobres e a naturalização da desigualdade social existem porque o Brasil é um país atrasado.

3.

Com a designação do termo 'europeu', eu não estou me referindo, vale a pena esclarecer, à entidade concreta 'Europa', nem muito menos a um fenótipo ou tipo físico, mas ao lugar e à fonte histórica de uma concepção de ser humano culturalmente determinada e cristalizada na ação empírica de instituições, como o mercado competitivo e o Estado racional centralizado, as quais, a partir da Europa, se expandiram por todo o mundo, em todos os seus rincões e cantos, inclusive a América Latina. (...) Em sociedades periféricas modernizadas de maneira exógena, como a brasileira, é o atributo da 'europeidade' que se constituirá no critério por excelência de segmentação social entre indivíduos e classes sociais classificados e desclassificados. (SOUZA, 2004, p. 89)

Como Jessé Souza enxerga o processo de modernização de uma nação? Assinale a alternativa correta.

- a) Para Jessé Souza, é possível constatar que alguns países estão atrasados em relação a outros na trajetória rumo à modernidade.
- b) Em países centrais da Europa, a modernidade é predominante, mas, em países periféricos, os elementos arcaicos não conseguiram ser efetivamente superados.
- c) Jessé Souza considera a Europa como espelho para o processo de modernização a ser seguido pelo Brasil.
- d) Para Jessé Souza, a segmentação social entre indivíduos e classes sociais impossibilita que haja um efetivo processo de modernização nos países periféricos.
- e) Para Jessé Souza, todo processo de modernização envolve a seleção de certos aspectos e valores da modernidade, a serem então combinados com os aspectos e os valores do país em vias de se modernizar.

Referências

- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Missão**. Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/sobre-nos/missao>>. Acesso: 3 jun. 2018.
- ARAÚJO, G. et al. Entrevista Luiz Werneck Vianna. **Revista Escritos – Casa Rui Barbosa**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 343-368, 2010.
- FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**, 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JORGE, I. F.; LELIS, R. Entrevista com José de Souza Martins. **Primeiros Estudos**, São Paulo, n. 3, p. 201-237, 2012.
- MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- _____. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.
- _____. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.
- _____. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2010.
- _____. O senso comum e a vida cotidiana. **Tempo Social**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 1-8, 1998.
- _____. **Uma sociologia da vida cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre**. São Paulo: Contexto, 2014.
- MORSE, R. M. **O espelho de Próspero: cultura e ideias na América Latina**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SOUZA, J. **A modernidade seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora da UNB, 2000.
- _____. A gramática social da desigualdade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [online], v. 19, n. 54, p. 79-96, 2004.
- _____. A Parte de Baixo da Sociedade Brasileira. **Revista Interesse Nacional**, Brasília, v. 14, p. 33-41, 2011.
- _____. Para compreender a desigualdade brasileira. **Teoria e Cultura, Juiz de Fora**, v. 1, n. 2, p. 83-100, 2006.
- SOTO, William Héctor Gómez. Sociologia e história na obra de José de Souza Martins. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, número especial, p. 1051-1069, 2016.
- WERNECK, L. V. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

_____. CARVALHO, M. A. R. de. República e Civilização Brasileira. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 5, n. 8, p. 7-33, 2000.

_____. Globalização e República. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 4, n. 6, p. 125-128, 1999.

_____. Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, 1996.

_____. **Liberalismo e sindicalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Os desafios da sociologia brasileira no século XXI

Convite ao estudo

Caro aluno,

A quarta e última unidade do seu livro didático é uma oportunidade para aprofundar a sua análise do Brasil sob o ponto de vista sociológico e refletir sobre a contribuição da Sociologia para pensar o país dos dias de hoje. Até aqui, você foi apresentado a três momentos distintos da Sociologia do e no Brasil. Primeiramente, você foi levado aos anos 1930 e conheceu explicações que introduziram uma perspectiva sociológica nos círculos intelectuais do país e transformaram o modo como se analisava o Brasil, mesmo sem aqui consolidar a Sociologia enquanto um ramo do saber, uma disciplina acadêmica. A formalização e a institucionalização da Sociologia do e no Brasil foram o segundo momento de sua jornada, quando você viajou aos anos 1950 e 1960 e pôde conhecer novas explicações, a refletirem o espírito de intensa atividade industrial da época. Por fim, você seguiu nos anos 1970 até o final dos anos 1990, quando foi apresentado a autores que reavaliam os dilemas e os desafios do nosso país e da nossa Sociologia, a qual sempre esteve intimamente relacionada à tarefa de compreender o grande enigma que é a nação brasileira. Agora, você poderá exercitar o olhar crítico semeado ao longo das unidades anteriores e considerar temas relevantes da atualidade, segundo os ensinamentos que foram propostos neste livro. Sua jornada até aqui forneceu ferramentas para que você se posicione e componha a sua própria interpretação da sociedade ao seu redor.

Existe um motivo importante para que a quarta unidade do seu livro didático destaque certos temas para a reflexão. Decerto, você percebeu que as unidades anteriores giram em torno da tensão entre arcaico e moderno; desde os anos 1930, os sociólogos brasileiros enfrentam uma pergunta central: seria o Brasil uma nação moderna? Em caso positivo, como caracterizar tal modernidade? Em caso negativo, como entender a persistência do atraso e, eventualmente, como superá-lo? Todavia, ainda que o questionamento sobre a modernidade brasileira estivesse em destaque, ele não se dissociou de inúmeros outros questionamentos relacionados às potencialidades e aos limites de nosso país. Na verdade, a discussão sobre a modernidade ou o atraso brasileiro relaciona-se a outras discussões que a ela dão sentido e também maior complexidade. Em síntese, quando se discute a modernidade ou o atraso do Brasil, inevitavelmente vem à tona um conjunto de temas que são bastante relevantes para entender os contornos do país e de sua população, a sua trajetória e os seus horizontes. Na Seção 4.1, será discutida a questão de raça e de classe, cuja compreensão nos dá a chave para entender o povo brasileiro e as históricas dificuldades enfrentadas por uma parcela significativa de nossa população; na Seção 4.2, considera-se o destaque dos intelectuais e artistas na história de nosso país, sobretudo em momentos de conflito social e político; na Seção 4.3, por fim, trata-se de refletir sobre democracia e autoritarismo, uma tarefa constantemente recolocada aos brasileiros, sobretudo com os conflitos engendrados através da atuação dos governos, das instituições públicas e de controle social e da mobilização da sociedade civil. Estes três temas foram mencionados nas unidades anteriores e, sendo tratados por uma variedade de autores e relacionados à composição de respostas para o país, são eles temas transversais. Portanto, não se trata de introduzir uma reflexão propriamente nova, mas dedicar um pouco mais de atenção a estes temas – o que certamente fará de você um sociólogo melhor preparado para analisar o Brasil do passado e do presente.

Ao final da unidade, espera-se que você consiga juntar as peças deste grande quebra-cabeça e possa se posicionar sobre os dilemas e os desafios do país onde vive – não só como sociólogo, mas também como cidadão. Não se esqueça de que o estudo do Brasil e da Sociologia Brasileira não se esgota aqui. Há outros autores importantes, outras escolas de pensamento relevantes e outros temas que merecem a nossa atenção. Que este livro tenha inspirado em você o gosto por estudar o Brasil e seja somente o início da sua aventura em compreendê-lo.

Seção 4.1

A questão de raça e de classe

Diálogo aberto

A primeira seção desta unidade será dedicada à questão de raça e de classe. Como você imagina a abordagem do tema raça, cuja formação se deu no bojo das ciências naturais pela Sociologia? Por que salientar classe quando à discussão sobre raça? No âmbito da teoria sociológica e de análise de uma sociedade, seriam os dois termos sinônimos? Haveria uma relação entre raça e classe? Se sim, seria esta relação típica do Brasil ou poderia ela ser generalizada a outras formações sociais?

A abolição da escravidão no Brasil deu-se com a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888; a esta altura, outras leis relacionadas à escravidão haviam sido promulgadas: a Lei Eusébio de Queirós (de 1850) proibiu o tráfico negreiro; a Lei do Ventre Livre (de 1871) declarou livres todos os descendentes de escravos nascidos em solo brasileiro; e, enfim, a Lei dos Sexagenários (1885) libertou todos os escravos com 60 anos ou mais, ainda que coubesse indenização aos senhores. Considerar as leis relacionadas à escravidão e à sua proibição no Brasil é importante na medida em que o nosso país foi o destino final da maioria do tráfico negreiro da África para as Américas, detendo o maior número absoluto de escravos. O Brasil foi também último local a abolir a prática da escravidão. Números tão salientes indicam que a escravidão africana decerto deixou consequências que ultrapassam o período em que formalmente vigorou no país. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em 2016, 8,2% da população brasileira declarou-se preta e 46,7%, parda – isto é, temos 54,9% de não-brancos frente a 44,2% autodeclarados brancos. Ao mesmo tempo, também no ano de 2016, a taxa de analfabetismo entre pretos e pardos era de 9,9% enquanto a dos brancos era de 4,2% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017). Dados do IBGE também indicam que, em 2017, o rendimento médio de todos os trabalhos distribuía-se da seguinte forma: brancos, R\$ 2.814,00; pardos, R\$ 1.606,00; pretos,

R\$ 1.570,00 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018). As estatísticas somente informam o início do problema e, à Sociologia, cabe a reflexão sobre os aspectos relacionados à população preta e parda e como estes se conectam com o desenho mais amplo e com a organização da sociedade – no caso, a sociedade brasileira.

Para iniciar a discussão sobre a questão de raça e de classe no Brasil, cabe imaginar o cargo de consultor de uma grande empresa – uma tarefa anteriormente mobilizada para fins didáticos. Inicialmente, você foi contratado para avaliar os aspectos de atraso existentes na empresa com o objetivo de torná-la moderna e à altura da competição mundial. Os anos de trabalho proporcionaram a você um conhecimento profundo daquela organização e, com eles, você desenvolveu sua percepção para outras questões relevantes à sua dinâmica. Em certos momentos, você teve oportunidade de mencionar tais questões, em relatórios e em reuniões com os colegas. Mas, no geral, são nas conversas informais, do dia a dia, que elas surgiam de maneira mais evidente. Aqui, você, consultor da empresa, precisa explicar o complicado status da questão racial nos quadros da empresa – um aspecto notado por você anteriormente, em diversas ocasiões. Frente à ameaça de um ex-funcionário em processar a empresa por discriminação racial em função de uma promoção negada, colegas expressam suas posições durante uma pausa para o café. Enquanto alguns argumentam que ali existe racismo, outros defendem que a empresa não comporta tais práticas. Sua explicação deve ser guiada por uma questão central: é possível traçar uma relação entre a raça de um funcionário e a posição de tal funcionário na hierarquia? Além disso, você deve elucidar aos demais como concebe o problema levantado pelo ex-funcionário em questão e como percebeu o tema ao longo dos seus anos de trabalho, para que todos visualizem que se trata sim de um grande desafio para a empresa.

Não pode faltar

Por que a Sociologia fala sobre raça e como a discussão chegou ao Brasil

As grandes navegações dos séculos XIV e XV conectaram todo o mundo pela primeira vez na história e, ao mesmo tempo, confirmaram uma percepção aparentemente banal para os dias de

hoje, mas, ainda assim, de suma importância: este nosso mundo é habitado por populações humanas bastante diversas entre si. Se esta percepção existia há séculos, bem antes das viagens em caravelas, é notável que o século XV marca o início de uma sensível contradição: criou-se a ideia de humanidade ao mesmo tempo em que se acirrou o choque de “civilizações”. Em outras palavras, o ideal iluminista do ser humano como a criatura mais elevada, dotada de infinita capacidade racional, colidia com a subjugação violenta dos brancos europeus sobre os outros povos do mundo – da África, da Ásia e das Américas. Os ímpetus mercantilistas e colonialistas – e, posteriormente, capitalistas e imperialistas – nunca permitiram que o mundo se conectasse de forma harmônica, pois o lucro era – e ainda é – o elemento que rege as trocas globais.

Se a dominação de um grupo de seres humanos sobre outro ou de uma nação sobre outra contradiz o ideal de humanidade, é preciso construir um mecanismo que justifique tal prática, mesmo que de forma não tão consciente ou até ilusória para a maioria dos indivíduos. É assim então que tem lugar um **processo de racialização do mundo** – isto é, um processo de separação, classificação e hierarquização entre os povos. Se um grupo ou nação deseja dominar outro, é necessário que este outro seja caracterizado enquanto inferior, menos digno do que os demais – em suma, menos “humano”. Aqui, a tomada de traços fenotípicos para a criação de estigmas é essencial: elege-se um leque de características visíveis (cor de pele, formato do nariz, textura do cabelo, entre outros) como “problemáticas”, que viram então uma “prova” da inferioridade daqueles que as detêm. O processo de racialização é poderoso na medida em que segue reproduzido em diversos âmbitos das nossas vidas (social, política, econômica e legalmente) e é perpetuado cotidianamente (sobretudo geográfica e culturalmente). Mesmo quando se prova, séculos depois do início da colonização europeia, que não existem diferenças biológicas entre as várias **etnias**, temos consolidada uma **organização social baseada em raças**. São as nossas relações sociais e as nossas relações de poder que transformam as etnias, ou as específicas variações nas populações humanas, em raças. Na medida em que a classificação por raças é geralmente eficaz para a dominação, ela gera o racismo, um sistema de opressão que se abate sobre toda a vida de um segmento de uma sociedade. Conforme sintetiza Ianni

(2004, p. 23), "A 'raça' não é uma condição biológica como a etnia, mas uma condição social, psicossocial e cultural, criada, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogos de forças sociais e progressos de dominação e apropriação".



Exemplificando

A tese de que existem certas diferenças biológicas entre os seres humanos, de acordo com "raças", persistiu até o século XX. Complementar a tal tese, existia a ideia de que era aconselhável manter a "pureza" das raças superiores (no caso, as raças brancas) – seja evitando o casamento entre indivíduos de raças distintas, seja através do "branqueamento" da população. Hoje, um discurso eugenista como este não é mais aceito cientificamente, mas isso não fez com que cessassem as caracterizações baseadas em princípios racialistas. Por exemplo, quando se considera que um grupo seria mais "resistente" ao calor ou ao frio, que um certo povo seria mais "forte" para o trabalho braçal, que uma população é mais "resistente" à dor ou que a um grupo corresponde uma certa manifestação cultural continua-se em uma tal chave de pensamento – mesmo que, a princípio, não haja a intenção de particularizar ou mesmo subjugar nenhum segmento da sociedade. É por isso que sociólogos afirmam que **raças** são criadas e recriadas através de nossas relações sociais e de poder e são, acima de tudo, constructos extremamente poderosos. São categorias que compõem o nosso pensamento, se misturam no nosso discurso e guiam as nossas ações; portanto, elas são eminentemente **sociais**.

Sabendo que o processo de racialização do mundo esteve intimamente relacionado às chamadas grandes navegações, à descoberta de novos territórios e à dominação de certos povos sobre outros, é possível entender que discursos raciais estavam intimamente relacionados, por conseguinte, a discursos nacionalistas. Em outras palavras, por séculos, fazia sentido para os governantes e os pensadores da Europa e dos territórios colonizados pensar as nações em termos biológicos – isto é, conceber um país através da suposta homogeneidade "racial" dos seus habitantes. No entanto, tal lógica trazia uma imensa dificuldade para o caso brasileiro, sobretudo no século XIX, com a independência de Portugal e a tarefa de construção autônoma do país. Afinal, se nações eram compostas

de povos supostamente homogêneos em termos biológicos e, mais importante, se a pureza de uma “raça” era um aspecto relevante para a avaliação dos vários grupos humanos, como pensar um território habitado por indivíduos nascidos da mistura de diferentes “raças”? Era evidente que o Brasil foi palco, desde os primórdios da colonização, de um intenso processo de miscigenação. No contexto em questão, os paradigmas evolucionistas existentes apontavam para uma suposta degeneração causada pela mistura de raças heterogêneas e colocavam em questão o próprio futuro de uma coletividade assim fundada.

A pergunta “é possível a existência bem-sucedida de uma nação mista?” Esteve então no centro dos estudos raciais quando introduzidos no Brasil, em finais do século XIX. O debate sobre raça foi iniciado no país como parte da problemática da nação; era um caminho para pensar os problemas, os limites e as possibilidades de futuro do Brasil e, portanto, uma manifestação de uma relevante questão nacional naquele período. À época, os teóricos aqui enfrentaram um impasse central, dado com a filiação a paradigmas de inspiração biológica e evolucionista em um contexto de inegável (e quiçá irreversível) de mestiçagem:



Incômoda era a situação desses intelectuais que oscilavam entre a adoção de modelos deterministas e a verificação de que o país, pensado nesses termos, era inviável. (...) Afinal, em um momento em que se redescobria a mesma nação, era como obstáculos à civilização, barreiras à identidade nacional que os grupos indígenas, africanos e mestiços eram incorporados. (SCHWARCZ, 1994, p. 139)

A principal consequência da introdução dos estudos raciais no Brasil, segundo a trajetória descrita acima, e do correlato impasse posto aos teóricos brasileiros da época foi a paulatina concentração do debate sobre raça nas escolas de direito e nas escolas de medicina. À medida que “consertar” a composição racial do país era necessário para que se acertasse a sua composição social e se permitisse uma composição política coletiva adequada, advogados e médicos punham suas penas e seus remédios.

A consideração deste cenário, onde o debate sobre raça é feito segundo as lentes da biologia e é dominado por médicos e advogados a procurarem uma “cura” ou um “corretivo”, dá uma dimensão mais adequada da inovação das teses de Gilberto Freyre, inauguradas na década de 1930. Você deve se lembrar de que Gilberto Freyre, com a obra *Casa-grande & senzala* ([1932] 2003), introduz o conceito de cultura na reflexão sobre o Brasil. Para ele, existem três matrizes na formação da sociedade brasileira: o indígena, o colonizador português e o escravo negro; aqui, houve sim uma mistura, mas com o encontro de três grupos **culturais**, e não puramente raciais, no sentido biológico. Este encontro aconteceu como fruto das necessidades da colonização brasileira e, simultaneamente, é expressão do desenvolvimento tomado por esta. Na visão de Freyre, o encontro dos três grupos culturais é tão marcante que, posteriormente, ele havia de expressar a organização da sociedade brasileira como um todo. Gilberto Freyre defende que os três grupos contribuem para a peculiaridade do povo brasileiro, rompendo, assim, com as visões negativas em relação ao negro, ao indígena e ao mestiço existente nos meios intelectuais do país.

Em síntese, pode-se dizer que Gilberto Freyre é o primeiro autor brasileiro de destaque a propor uma interpretação antirracista da sociedade brasileira – isto é, uma interpretação que se propõe a fugir da análise de nossa realidade social pelo prisma da classificação e da hierarquização segundo características meramente fenotípicas e aspectos puramente biológicos. Cabe considerar, ainda, que a análise de Freyre não se limita a explicar a composição social brasileira através do encontro de três grupos culturais – brancos, negros e indígenas –, salientando a contribuição relevante de cada um dos três grupos. Freyre vai além e defende que há uma convivência majoritariamente harmônica entre os grupos culturais formadores da sociedade brasileira, o que, em escritos futuros, será traduzido no conceito de democracia racial. Sendo assim, a análise antirracista de Freyre propõe-se também como antirracista. Seu destaque nos círculos intelectuais brasileiros – e mesmo em outros países de língua portuguesa (THOMAZ, 2000) – termina levando à associação mais ampla entre **antirracismo** e **antirracismo**.



Você aprendeu anteriormente que raça não é uma categoria biológica e, sim, uma categoria social. Ela marca uma condição social, psicossocial e cultural, mesmo que, em seu discurso de origem, tenha sido justificada por condições supostamente biológicas. Você também aprendeu que o racismo advém da classificação através das raças, quando tal classificação gera um sistema de opressões que se abate sobre um grupo social. Sendo assim, considere: seriam **racialismo** e **racismo** sinônimos? Quando indicamos que uma construção racialista não se sustenta do ponto de vista da diferença biológica entre os grupos humanos, estamos automaticamente derrotando posições racistas?

Como consequência da introdução do conceito de cultura nos círculos intelectuais brasileiros nos anos 1930, da negação das posições racialistas, então identificadas como automaticamente racistas, e da afirmação da contribuição dos segmentos não-brancos na formação da sociedade brasileira, desenvolveu-se uma gama de novos estudos raciais no Brasil a partir da década de 1940. Estes estudos deveriam lidar com as evidências – por vezes gritantes – que indicavam uma situação diferenciada entre os segmentos brancos e/ou de origem europeia e os segmentos não-brancos e/ou de origem africana, indígena ou mestiça. Duas linhas de investigação podem ser então destacadas. A primeira delas preocupava-se mais detidamente com os sistemas classificatórios criados em sociedades pluriétnicas como a brasileira, procurando desvendar como um indivíduo recebe o rótulo de “negro” ou “branco”. Em outras palavras, nesta linha de investigação, ainda subsiste a ideia de “raça”, mas ela é exaustivamente sublinhada como “raça social”. Sendo assim, autores consideram que a pigmentação da pele e outros atributos físicos e corporais não são os únicos traços capazes de demarcar como uma pessoa é vista; atributos não-corporais como vestimenta, modo de falar e vocabulário, boas maneiras e respeito às etiquetas sociais, entre outros são tão importantes – ou mais – na classificação de um indivíduo como “negro” ou “branco”. A segunda linha de investigação aberta a partir dos anos 1940 preocupava-se em explicar “raça” por meio da criação de um conceito “amplo” de classe, capaz então de

abarcam a cor, o status social e a posição propriamente econômica de um sujeito na sociedade brasileira. Em outras palavras, a preocupação nesta segunda linha de investigação era avaliar a composição e a hierarquia entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira e o processo de mobilidade social – se e como este ocorria. Sendo assim, percebe-se a relação entre as pesquisas em questão e a reflexão sobre a formação da sociedade burguesa no Brasil.

Considerando o escopo das duas linhas de investigação, pode-se concluir que a segunda, focada em criar um conceito “amplo” de classe, floresceu com maior vigor entre os sociólogos. Tal linha de investigação compôs, então, uma das preocupações centrais da Sociologia Brasileira, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, quando esta estava em vias de formalização e institucionalização. Das seções anteriores, você deve lembrar que, nas décadas em questão, o tópico **mudança social** movia a reflexão dos autores e considerar se a sociedade brasileira permitia aos indivíduos o desfrute de uma ordem plenamente competitiva (e, logo, moderna) era muito importante.

Ciente do que se passava no período, considere um aspecto central: a despeito das diferenças na abordagem, é possível perceber um norte comum às duas linhas de investigação a comporem a nova era dos estudos raciais no Brasil. Para os muitos autores que escreviam no período:

[...] não havia barreiras ao convívio e à mobilidade sociais entre brasileiros de diversas origens étnico-raciais que fossem atribuíveis à “raça”, em si, sendo as barreiras existentes mais bem compreendidas como decorrentes da ordem econômica e cultural. (...) Ou, dito de outra maneira, a identificação social baseada em raça não passara a definir as oportunidades de vida das pessoas, quer em termos econômicos, quer em termos de honra social, quer em termos de poder. (GUIMARÃES, 1999, p. 150)

Em síntese, frente à situação da população negra e mestiça brasileira, o nó passa ser a relação entre “**raça**” e classe ou, melhor, como o primeiro termo pode ser traduzido no segundo, entendendo que a filiação racial no Brasil não segue critérios ou uma regra clara. O pensamento social brasileiro consolida então a visão de que

“raça” não é um conceito apropriado para a análise dos fenômenos sociais, mesmo que se considere, em vários autores, a situação da população negra – então interpretada através de outros conceitos. Todavia, em que medida é esta visão adequada para o estudo da realidade brasileira?

“Negros” como “pobres” e a crítica contemporânea dos estudos raciais brasileiros

É importante sublinhar que negar o poder analítico do conceito de “raça” e salientar a contribuição de grupos negros, indígenas e mestiços na formação da sociedade brasileira **não** significa endossar a ideia de uma democracia racial. Para confirmar tal afirmação, convém retomar rapidamente dois autores que você conhece, Luiz Aguiar da Costa Pinto e Florestan Fernandes, e cujas trajetórias, no que tange à investigação da população negra no Brasil, são bastante semelhantes.

Você deve se lembrar de que tanto Costa Pinto quanto Fernandes têm como objeto central a formação da sociedade de classes no Brasil. Eles entendem que a compreensão dos contornos da sociedade burguesa brasileira é a chave da compreensão da tensão entre atraso e moderno, que, há décadas, já motivava a reflexão da intelectualidade do nosso país. Sendo assim, ambos os autores têm trabalhos sobre “o negro”, que então traduzem o “espírito” da Sociologia Brasileira da época. Isto é, entendia-se que era preciso compreender os estudos raciais como um capítulo da elaboração mais ampla sobre os limites do desenvolvimento e o caráter da modernização da sociedade brasileira, na medida em que **“raça”** e **classe** estavam intimamente relacionados, aos olhos dos autores. Tanto Costa Pinto quanto Fernandes participaram, no início dos anos 1950, do grande projeto sobre a situação do negro no Brasil financiado pela UNESCO, o órgão das Nações Unidas para educação, ciência e cultura – e cada autor coordenava a pesquisa na cidade em que residia e trabalhava. Sendo assim, Costa Pinto e Fernandes exploraram dados históricos e dados qualitativos (entrevistas, histórias de vida e outros depoimentos orais) para avaliar a persistência dos traços de uma ordem escravocrata no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente. Em função de sua preocupação em desenvolver a ideia de marginalidade estrutural

característica da sociedade brasileira, Costa Pinto considera em maior detalhe a **passagem de escravo a proletário**. Fernandes, por sua vez, destaca os múltiplos aspectos objetivos e subjetivos que caracterizam (ou deveriam caracterizar) uma formação social moderna e questiona a **passagem de escravo a cidadão** em território brasileiro. Em síntese,

[...] ambos os autores mostram que a “ideologia racial tradicional” (termo de Costa Pinto), ou uma visão “estamental de mundo” (expressão de Fernandes), na qual brancos e negros são vistos numa ordenação hierárquica, poderia fazer-se presente mesmo numa sociedade de classes, supostamente avessa a formas extraeconômicas de estratificação, denunciando, assim, inconsistências, assincronias e desequilíbrios de fundo no padrão de mudança social no Brasil. (BRASIL JR., 2013, p. 237)



Assimile

A crítica à ideia de democracia racial está no coração da interpretação de Costa Pinto e Fernandes da situação do negro no Brasil. É possível dizer que, para eles, **não se deve confundir tolerância racial com democracia racial**. Isto é, a convivência, mesmo que relativamente pacífica ou harmônica, entre indivíduos pertencentes a “raças” distintas não é sinônimo de democracia entre os diferentes segmentos raciais. Todo o esforço dos autores é para provar que os segmentos raciais não desfrutam de igualdade econômica e política, o que, por conseguinte, invalida qualquer argumentação de que haveria igualdade entre os próprios grupos raciais.

Críticas a Costa Pinto, Fernandes e outros autores que interpretavam a situação do negro no Brasil segundo as deficiências estruturais da sociedade de classes brasileira emergem já nos anos 1950. Um dos principais autores a apresentar as críticas também é um conhecido seu: Alberto Guerreiro Ramos. Em sua análise da situação do negro, Guerreiro Ramos adota uma perspectiva humanista e existencialista, focada, logo, na **experiência de ser**

negro. Para ele, é necessário que o “homem de pele escura” consiga se elevar sobre a sua circunstância de “homem de pele escura”, para que experimente o que é estar no plano de pessoa – e não de negro unicamente. Tal elevação sobre si mesmo não significa a negação de sua negritude, mas a concepção da mesma em outros termos, entendendo o seu valor humanístico, e, logo, o sentimento em relação à mesma em outros termos, sem o sofrimento cotidiano a ela associado. Para Guerreiro Ramos, a arte seria o meio adequado para o processo considerado porque ela pode ser o caminho para uma catarse – um intenso e necessariamente curto momento de emoções concentradas, capazes de transformar a perspectiva daquele que por ela passou. É por isso que Guerreiro Ramos colabora no Teatro Experimental do Negro (TEN), um dos grupos negros formados com o fim do Estado Novo. No meio artístico, é evidente a conclusão de que, no âmbito da cultura assim como em outros âmbitos da nossa sociedade, é possível a presença do tema “negro”, mas a desvalorização da “pessoa negra”.

O debate sobre as potencialidades e as limitações da abordagem artística citada e mesmo dos movimentos negros em geral existentes no período segue até a eclosão do golpe militar de 1964, que então enfraquece também a luta negra e o debate sobre os estudos raciais no Brasil. Ainda assim, pode-se dizer que a posição de que **raça e classe** são praticamente sinônimos continua predominante. Colabora para tal o fato de que a democracia racial é transformada, durante o período militar, em uma espécie de ideologia de Estado – o que não deixa de ser uma maneira de esconder as contradições da sociedade brasileira.

Seria necessário um novo ciclo de lutas, agora nos anos 1970 e 1980, resultante na criação do Movimento Negro Unificado (MNU), para a retomada do debate sobre raça – agora em novas condições históricas e com novas ferramentas de pesquisa. Os estudos raciais mais recentes, dos anos 1980 em diante, consistentemente apontam que não é possível reduzir o problema dos negros à renda, ao emprego, à moradia, à educação, entre outros. Segundo tais estudos, existe um componente **racial** inequívoco na situação dos negros no Brasil, um tratamento diferenciado pelo simples fato de ser negro – embora nem sempre se trate de um tratamento consciente no âmbito individual. Avanços nas técnicas de análise quantitativa muito colaboraram para confirmar as hipóteses e as conclusões

relativas à existência de um componente racial na situação do negro no Brasil, **o que então dissocia a ideia de raça da ideia de classe – embora não negue que possam caminhar juntas em certos momentos**. Com a possibilidade de examinar grandes montantes de dados agregados mais acuradamente, conseguiu-se perceber que existe uma parcela das mazelas a atingirem diferentemente brancos e não-brancos e que permanece inexplicada mesmo perante o esgotamento de outras variáveis relacionadas à classe e ao status social (GUIMARÃES, 1999). Sendo assim, não há saída para aqueles envolvidos com a nova corrente dos estudos raciais: é preciso sublinhar que raça é sim o caminho para explicar ao menos uma dimensão da vida das pessoas negras no Brasil.

Você pode então se perguntar: não seria a reafirmação do conceito de raça uma retomada do racismo nas análises sociais? Não, de acordo com aqueles que clamam pela retomada do conceito de raça no Brasil atualmente. Para eles, é preciso sempre lembrar a observação feita ao início da unidade, quando você foi instigado a entender raça como uma categoria social, que não cessa de organizar nossa vida mesmo quando negamos seu conteúdo “biológico”. O banimento do conceito raça da Sociologia foi como jogar fora o bebê com a água suja do banho: fez com que esquecêssemos que o racismo, enquanto um sistema de opressão, não para de existir só porque tentamos expurgá-lo de nossas teorias. O racismo persiste há séculos no Brasil e, para eles, seria mais correto – e mais coerente do ponto de vista do compromisso com a justiça social (e, claro, racial) – que as nossas análises **sociais** não deixem de refletir o que marca a nossa realidade **social**.



Pesquise mais

É possível contemplar o debate sobre raça e racismo no Brasil através das mudanças na legislação. Em 1951, foi estabelecida a “Lei Afonso Arinos” (Lei no 1.390/51), proibindo qualquer tipo de discriminação racial no país. Dada a sua amplitude, a sua aplicabilidade não demonstrava qualquer eficácia. As punições não eram aplicadas mesmo em casos evidentes de discriminação racial, o que denota a pouca receptividade do debate sobre raça e racismo e a força do mito da democracia racial no Brasil. Em 1989, com a “Lei Caó”, houve um passo importante para a população negra, pois tipificou-se o crime de racismo no Brasil,

imprescritível e inafiançável no país; com o Artigo 150 do Código Penal, adicionou-se, ainda, o crime de injúria racial, utilizado nos casos de ofensa à honra pessoal por meio de elementos ligados à cor de pele, raça, etnia, religião ou origem. Para maior inclusão dos negros no sistema educacional brasileiro, foi criada a Lei no 12.711/12 ou a lei de “cotas” em universidades públicas para a população negra e indígena. Finalmente, para maior inclusão no mercado de trabalho, foi criada uma cota de 20% das vagas de concurso públicos para negros, através da Lei no 12.990/14.

Há anos, você foi contratado por uma grande empresa que aspirava tornar-se uma das grandes empresas do mundo. A percepção geral era de que certos elementos de atraso atrapalhavam o florescimento a valer desta empresa, minando o seu grande potencial. Como consultor, você precisaria estudar as características da empresa e considerar os seus mais diversos aspectos – inventário, máquinas, produção, mercado consumidor, relação com os investidores nacionais e estrangeiros, hierarquia e cultura interna, relações interpessoais, entre outros. Sua tarefa central era indicar os caminhos que podiam tornar a empresa moderna. Em momentos distintos aos longos dos últimos anos, você avaliou a empresa, construiu e coordenou times de consultores que o ajudaram, debateu com gente mais nova. Os anos de trabalho proporcionaram a você um conhecimento profundo daquela organização e, com eles, você desenvolveu sua percepção para outras questões relevantes à sua dinâmica. Por vezes, você teve oportunidade de mencionar tais questões, em relatórios e em reuniões com os colegas. Todavia, são nas conversas informais, do dia a dia, que a existência de outras questões relevantes aparecia de maneira mais evidente.

Agora, você, consultor, precisa explicar o complicado status da questão racial nos quadros da empresa – um aspecto notado anteriormente, em diversas ocasiões. Na verdade, a discussão sobre a composição e a hierarquia racial sempre esteve latente em suas avaliações, mas nem sempre era o momento adequado para colocá-la em evidência. A ameaça de um ex-funcionário em processar a empresa por discriminação racial em função de uma promoção negada parece a oportunidade certa para trazer o debate à tona, à medida que os colegas expõem as suas posições sobre o caso

mais abertamente – a hora do café tornou-se um palco de intensa reflexão. Enquanto alguns argumentam que ali existe sim racismo, outros defendem que a empresa não comporta tais práticas. Sua intervenção nas conversas com os colegas considera uma questão central: é possível traçar uma relação entre a raça de um funcionário e a posição de tal funcionário na hierarquia? Tal questão surge no seu horizonte na medida em que o ex-funcionário fazia parte do alto escalão da empresa.

Você expõe aos demais colegas que a decisão do ex-funcionário em processar a empresa reflete uma mudança notável na dinâmica interna da empresa. Tal mudança deve ser, a seu ver, a maior lição para aqueles que continuam na empresa – para além da compreensão do caso relatado pelo ex-funcionário em específico. Durante um longo período, a discussão sobre a composição racial do quadro da empresa e sobre as relações entre os diferentes grupos raciais ali dentro foi quase como um tabu. Por um lado, havia uma grande resistência em até mesmo considerar o tema nas conversas. Você percebeu ao longo dos anos que mesmo o ato de mencionar qualquer aspecto relativo à identidade racial de algum funcionário (por exemplo, “ele é negro”), diversidade racial entre os funcionários como um todo (por exemplo, “qual a parcela de funcionários negros da empresa?”) ou relação entre os diferentes grupos era imediatamente reprimida. Havia o receio de que conversas nesses termos fomentassem um ambiente racista – ou fossem uma simples expressão de racismo, ainda que “cordial”. Por outro lado, sabia-se que os funcionários mais simples, em postos marginalizados ou mais baixos na hierarquia da empresa podiam sofrer preconceito eventualmente e serem desrespeitados através do uso de expressões de cunho racista (seja velada ou abertamente). Todavia, prevalecia a ideia – quando o debate sobre tais casos chegava a acontecer – que assim ocorria porque tais funcionários mais simples ou no fundo da pirâmide social corporativa executavam tarefas pouco valorizadas socialmente. Muitos nem sequer cogitavam que o preconceito podia ser também discriminação – isto é, muitos não acreditavam que opiniões negativas sobre um específico grupo podiam se traduzir em um sistemático tratamento injusto em relação àquele grupo.

O caso do ex-funcionário em questão representa, portanto, um rechaço das duas tendências no debate que prevaleceu na empresa até então. Vários funcionários poderiam pensar que pertencer ao

alto escalão da empresa – o que significava um notável nível de educação, um bom salário e outros benefícios – poderia blindar uma pessoa de qualquer preconceito ou discriminação. No entanto, o ex-funcionário questionou tal pensamento, indicando que a relação entre a raça e a posição na hierarquia não é tão mecânica. Em comparação com os funcionários em posições de menor prestígio, ele pode ter desfrutado de certas “vantagens”; no entanto, nenhuma delas suprime por completo as consequências negativas do preconceito e da discriminação que de fato existe – mesmo que muitos funcionários se abstenham do debate ou procurem negá-lo. Você alerta os colegas: os tempos são outros agora e, cada vez mais, é reconhecida a importância – e mesmo a necessidade – de que a empresa faça o debate sobre raça adequadamente.

Faça valer a pena

1. “Em uma sociedade na qual a falta do indivíduo, das instituições e do formalismo do Estado – tão desfigurado em meio à dispersão dos poderes locais – era fato, as teorias raciais pareciam estar no lugar, à medida em (sic) que o problema da nacionalidade como que escapava do plano da cultura para se transformar em uma questão da natureza” (SCHWARCZ, 1994, p. 148).

Assinale a alternativa que explicita como os estudos raciais foram iniciados no Brasil.

- a) O conceito de cultura foi central para o início dos estudos raciais no Brasil.
- b) Os estudos raciais brasileiros consideravam, em seu início, as possibilidades de uma nação marcada pela miscigenação.
- c) Os estudos raciais sempre foram limitados no Brasil porque as teorias raciais originais tinham um traço eugenista.
- d) No Brasil, criou-se o conceito de democracia racial, importante para lançar os estudos raciais em nosso país.
- e) Os estudos raciais surgiram tardiamente no Brasil porque éramos uma colônia de Portugal enquanto os teóricos europeus começaram o debate sobre raça.

2. “A discriminação existente é um produto do que chamei de ‘persistência ao passado’, em todas as esferas das relações humanas na mentalidade do branco – na mentalidade do ‘branco’ e do ‘negro’, nos seus ajustamentos à vida prática e na organização das instituições e dos grupos sociais. Para acabar com esse tipo de discriminação, seria necessário extinguir o padrão tradicional brasileiro de relação racial, e criar um novo padrão realmente igualitário e democrático de relação social, que conferisse igualdade econômica, social, cultural e política entre negros, brancos e mulatos” (SCHWARCZ, 2005-2006, p. 174).

A partir dos anos 1930, surgiram análises sobre a situação do negro no Brasil que eram críticas ao anterior paradigma de inspiração biologista e evolucionista. Assinale a alternativa que indica como os autores passaram a avaliar o problema racial no Brasil de então.

- a) Todos os autores passaram a aceitar a ideia de que, no Brasil, havia uma democracia racial.
- b) Embora os sociólogos tenham, em sua maioria, criticado a ideia de democracia racial, eles não formularam nenhuma análise inovadora sobre a situação da população negra no Brasil.
- c) Para todos os autores dos anos 1930 em diante, era necessário colaborar com os movimentos sociais e culturais negros para melhorar a situação da população negra no Brasil.
- d) A análise da situação da população negra passou a incorporar o conceito de cultura e, na Sociologia, considerava-se o problema racial segundo os limites da formação da sociedade de classes no Brasil.
- e) Os autores ainda mantiveram o conceito de raça, de modo que este haveria de ter um destaque especial na reflexão, sem a associação ou substituição por outro conceito.

3. “É muito interessante notar como este ideário antirracista se entranhou na maneira de ser brasileira. Aliás, a percepção de que para os brasileiros as raças não existem e de que, aqui, o que importa em termos de oportunidades de vida é a classe social de alguém tornou-se lugar-comum. Na verdade, dada a aceitação tão ampla e profunda de tal ideário, a grande questão é saber por que o antirracismo se viu sob ataque nos últimos anos, sofrendo a crítica sistemática dos movimentos negros e de alguns cientistas sociais. A resposta a tal questão talvez nos esclareça por que o conceito de ‘raça’ voltou a ser importante para as ciências sociais deste país” (GUIMARÃES, 1999, p. 149).

Como qualificar a crítica colocada pelas análises mais recentes no âmbito dos estudos raciais brasileiros? Assinale a alternativa correta.

- a) As análises mais recentes no âmbito dos estudos raciais brasileiros são as primeiras a questionarem a ideia de democracia racial.
- b) Atualmente, autores vêm retomando o conceito de raça segundo uma perspectiva biológica.
- c) A revalorização do conceito raça por parte dos estudos raciais recentes funda-se na constatação de que a organização da sociedade brasileira ainda produz desigualdades fundadas unicamente na classificação dos indivíduos segundo distintas “raças”.
- d) A crítica ao antirracismo deu origem aos novos estudos raciais no Brasil, com a defesa da necessidade de superar o racismo.
- e) Os estudos raciais brasileiros de hoje procuram corrigir o senso comum brasileiro e reafirmar que a ideia de raça deve ser associada à ideia de classe.

Seção 4.2

O destaque dos intelectuais e dos artistas

Diálogo aberto

A segunda seção desta unidade será dedicada ao destaque dos intelectuais e dos artistas na sociedade brasileira, com especial atenção à segunda metade do século XX. Conforme salientado no início da unidade, chegou o momento em que você é convidado a refletir sobre uma série de temas relevantes para entender o nosso país do ponto de vista sociológico. Você deve se lembrar de que, no Brasil, a Sociologia se estruturou, enquanto ramo do saber, sobre o anseio de elucidar as relações entre o arcaico e o moderno. Por vezes, a Sociologia buscava também oferecer um caminho para a superação do arcaico – então tomado como atraso simplesmente – e o fortalecimento do moderno. Todavia, a tensão entre arcaico e moderno não exclui a existência de outros temas recorrentes na literatura, temas estes que ajudam a própria compreensão da tensão mencionada. Em sua caminhada pelo Brasil do século XX, considerando as várias interpretações sociológicas do país, foi possível notar que grupos de teatro, comunidades artísticas, universidades, entre outros contribuem em momentos decisivos ou até mesmo se comportam como “atores” chave em nossa história. Sendo assim, cabe investigar as razões para tal e as consequências desta contribuição única.

O seu primeiro encontro com artistas e intelectuais de crucial relevância para a sociedade brasileira foi quando ao estudo dos anos 1930, momento em que se tornaram gritantes as diversas mudanças pelas quais o país passava desde a década anterior. Relembre que a década de 1930 assistiu à oficialização do chamado **movimento modernista**, cuja formação se localiza na década de 1910 e o estopim, na década de 1920, com a chamada de Semana de Arte Moderna. Entre 11 e 18 de fevereiro de 1922, uma série de eventos literários, musicais, teatrais e das artes plásticas teve lugar no Teatro Municipal de São Paulo, consolidando um grupo de artistas e de intelectuais que repensavam as particularidades da cultura brasileira,

de modo a valorizá-las. Ao invés da tentativa de suprimir o que há de supostamente retrógrado na cultura brasileira e assemelhar-se acriticamente às vanguardas internacionais, os modernistas acreditavam que uma vanguarda genuinamente brasileira seria aquela capaz de representar para o mundo o que é específico, típico do Brasil. Todavia, sua preocupação com as particularidades da cultura brasileira em nada se parecia com vários movimentos retrógrados anteriores, porque não rejeitavam o que se passava no exterior e entendiam que cada país podia contribuir à sua maneira para a expansão da arte tomada de forma geral. Nesse sentido, é evidente que o modernismo representa um salto na consciência nacional, oferecendo para o próprio país uma imagem de si mesmo – não é à toa que ele se torna uma espécie de cartão de visitas brasileiro durante o período do Estado Novo. Ainda, o modernismo marca uma mudança qualitativa na discussão sobre arte no Brasil: o assunto gera extensos debates, com réplicas e trélicas, nos jornais e nas revistas de grande circulação – decerto, deve-se considerar aqui as proporções da época ao se pensar em circulação. O exemplo do modernismo é então importante para que você visualize que o destaque dos intelectuais e dos artistas no Brasil traz questões que estão para além do artefato artístico ou da obra acadêmica em si. Mas como conceber tal destaque ao longo da história brasileira?

Para iniciar a discussão sobre o destaque dos intelectuais e dos artistas no Brasil, vamos retomar a sua atividade fictícia no cargo de consultor de uma grande empresa. Inicialmente, o plano era que você avaliasse os aspectos de atraso ali existentes, com o objetivo de tornar a empresa moderna e à altura da competição mundial. Sua experiência proporcionou um conhecimento profundo da organização e, sendo assim, você aventura-se em outras questões relevantes à sua dinâmica. Por exemplo, nos preparativos para o recesso de final de ano, você, consultor da empresa, vai compartilhar informações com um grupo de artistas convidado para montar uma agenda de intervenção cultural voltada para os funcionários. O grupo demanda sua posição sobre o formato da intervenção planejada e, mais importante, também questiona se a empresa tem um histórico de organização de atividades culturais e como elas costumam ser recebidas. Há tempos não ocorre um evento do tipo e você precisará retomar o passado da empresa para responder ao grupo de artistas. Sua explicação estrutura-se através de uma questão

central: é possível dizer que a arte e o conhecimento cumprem um papel para além do entretenimento e da erudição? Em outras palavras, você deve elucidar ao grupo de artistas então convidado para conhecer a empresa como uma intervenção cultural afetou ou pode afetar as dinâmicas da empresa e, sobretudo, as relações interpessoais que ali se desenrolam.

Não pode faltar

Uma reflexão sociológica sobre artistas e intelectuais

Quando ouvimos as palavras **artista** e **intelectual**, certas imagens decerto vêm à nossa cabeça. De acordo com o dicionário Houaiss, artista “é quem se dedica às belas-artes ou faz delas sua profissão”, “quem interpreta papéis em teatro, cinema, televisão ou rádio”, “que tem o sentimento ou gosto da arte” (2008, p. 66). Ainda segundo o mesmo dicionário, **intelectual** significa “do intelecto, mental”, “que(m) se dedica a atividades que requerem um emprego intelectual considerável”, “que(m) domina um campo do conhecimento intelectual ou tem muita cultura geral; erudito” (Idem, 428). Sendo assim, um artista, em síntese, se dedicaria ou proporcionaria aos seus expectadores a experiência de fruição ou estímulo aos sentidos e aos sentimentos. Um intelectual, por sua vez, seria uma pessoa com extenso conhecimento formal, adquirido através de anos de estudo em instituições que lhe conferiram notas, títulos e um currículo ou, ainda, através de anos de leitura ou quaisquer outras atividades a garantirem um conhecimento diferenciado, de aparência nobre.

Se ambas as imagens mencionadas, a de artista e a de intelectual, são comuns no nosso dia a dia ou do ponto de vista do senso comum, elas são questionadas pela Sociologia. Assim como ocorre com outros temas de interesse social ou coletivo, existe uma reflexão **propriamente sociológica** sobre artistas e intelectuais – e ela é muito importante para entender a história do nosso país e desvendar alguns dos nossos dilemas enquanto nação. Se a Sociologia, como disciplina geral, procura entender todo e qualquer fenômeno de cunho social, uma reflexão sociológica sobre artistas e intelectuais é, logo, uma reflexão que qualifica tanto artistas quanto intelectuais como produtos e produtores da sociedade em que vivem. Os parágrafos adiante servem para esclarecer como esta

ideia se aplica ao caso brasileiro. Por ora, é importante considerar que, de um ponto de vista sociológico, não há uma divisão rígida entre artistas e intelectuais – com as respectivas “profissões” a eles atribuídas. Ambos se inserem na sociedade e exercem seu papel através do uso de suas faculdades e suas habilidades cognitivas e criativas. Ambos se diferenciam, portanto, dos indivíduos cujo papel centra-se no trabalho de cunho estritamente manual, na contribuição para o aumento dos lucros das empresas ou na burocracia, seja ela pública ou privada.

Dois autores são bastante úteis para refletir sobre artistas e intelectuais da maneira aqui apresentada – e suas contribuições extrapolam os limites da Sociologia, sendo importantes para outras ciências humanas.

O primeiro deles é Karl Mannheim, um autor húngaro da primeira metade do século XX, cuja principal preocupação era analisar como o conhecimento é construído. O pressuposto central deste autor é que **conhecer** é um ato de descoberta de uma realidade social fragmentada: é preciso **processar** as informações do mundo ao nosso redor, o que inevitavelmente ocorre de um ponto de vista específico – afinal, cada um de nós enxerga o mundo através de nossa cultura, posição social e interesses. Sendo assim, Mannheim acredita que existem **ideologias**. Estas não são necessariamente consciências falsas da realidade, um debate que ela trava com certas linhas do marxismo; na verdade, elas são meras representações restritas da realidade, originadas da necessidade de processar mentalmente o mundo. Ideologias podem ser de caráter parcial ou total, de modo a caracterizar a realidade de maneira mais ou menos englobante. Com a reflexão considerada, Mannheim interessa-se por desvendar não só as **ideologias**, mas também as possibilidades de construção de **utopias** – isto é, visões de mundo capazes de inspirar a ação rumo à mudança. Utopias não apresentam o viés restrito das ideologias, que são sempre mais ou menos restritas; ao contrário, são o resultado de **sínteses**, emergentes da contemplação de vários pontos de vista. Para Mannheim, somente os intelectuais são capazes de construir uma tal visão sintética, completa, profunda do mundo – mesmo que tenham os intelectuais diversas origens sociais entre si. A educação forja indivíduos que, em função do seu aprendizado e treinamento, conseguem enxergar para além dos interesses imediatos e formam, assim, uma comunidade – a

intelligentsia. Para Mannheim, intelectuais formam uma classe em separado e são dotados, na visão do autor, de um papel ativo em processos políticos e sociais mais amplos.

O segundo autor que interessa para a reflexão do caso brasileiro segundo as lentes aqui consideradas é Antonio Gramsci, um marxista italiano também da primeira metade do século XX. Em sua fragmentada obra, grande parte dela redigida na prisão, Gramsci procura refletir sobre o porquê da revolução socialista não ter sido vitoriosa nos países europeus, expandindo-se além da Rússia. Com isso, ele passa a considerar em detalhes os aspectos relativos à construção de visões de mundo, paradigmas hegemônicos e consensos dentro de uma sociedade. Para ele, o primeiro passo é reconhecer que:

[...] todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um 'filósofo', um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar. (GRAMSCI, 2001, p. 53)



Sendo assim, Gramsci expande a concepção de intelectual tradicional que conhecemos – aquela sustentada no dia a dia, em grande medida atravessada pelo senso comum. Todo sujeito pode se tornar o artífice e/ou o “tradutor” de uma visão de mundo e expandi-la em meio à sociedade em que vive porque todos nós temos a capacidade de refletir e formar uma imagem do mundo que nos cerca. Não há um único tipo de intelectual e o conhecimento também pode ser de cunho popular, adquirido fora de instituições formais e por meio de experiências de vida. O problema é que, conforme aponta Gramsci, a classe dominante tem condições objetivas e subjetivas de impor a sua forma de pensar, excluindo posições e formas de saberes dela dissonantes, e todos os grupos sociais passam então a reproduzir os interesses de tal classe, de forma mais ou menos consciente. De um ponto de vista crítico do modelo capitalista, a saída, portanto, é criar ou dar espaço a intelectuais – isto é, sujeitos simplesmente capazes de refletir e formar

uma imagem do mundo – organicamente vinculados a interesses outros que não os interesses dominantes. **Intelectuais orgânicos** das classes dominadas valorizam o conhecimento popular, são capazes de formular seus pensamentos de forma autônoma e elevar o pensamento de outros sujeitos e, ainda, carregam a crítica da realidade social e o compromisso com a transformação social.



Exemplificando

É possível perceber que tanto Karl Mannheim quanto Antonio Gramsci salientam a função social dos intelectuais, sustentando que cabe a eles contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade. Todavia, a maneira como cada autor concebe a função social referida e o desenvolvimento social consequente e potencialmente gerado é distinta. Mannheim enxerga o intelectual como “livremente flutuante”, de modo que é ele relativamente sem classe social e pode, assim, proporcionar um diagnóstico e um prognóstico mais adequado à sociedade, sem levar em conta os interesses particulares. Gramsci, por sua vez, acredita que neutralidade não é possível, de modo que aqueles vistos ou a se apresentarem como intelectuais necessariamente compartilham e sustentam uma visão de mundo. Para ele, cabe tão somente o reconhecimento de que intelectuais de fato influenciam a organização da sociedade e da cultura e, por conseguinte, a luta para a promoção de intelectuais alinhados às classes dominadas, combatendo a opressão perpetuada pelas classes dominantes e reforçando, de alguma forma, as possibilidades emancipatórias contidas no conhecimento popular.

Conforme se confirmará a seguir, as duas reflexões sociológicas sobre os intelectuais aqui citadas auxiliam a compreender o Brasil do século XX, ainda que não o façam mecanicamente. Especial atenção dá à segunda metade de tal século, quando o país saía do Estado Novo – em vigor de 1937 a 1946, com Getúlio Vargas à frente do governo federal – e entrava em um período democrático.

Política & Cultura

O final dos anos 1940 e toda a década de 1950 foi um período de intensa modernização de nosso país. Conforme você aprendeu

anteriormente, a década de 1950 significou uma transformação profunda na Sociologia do e no Brasil. Se antes havia análises dotadas de uma perspectiva sociológica, agora havia a formalização e a institucionalização de um pensamento caracteristicamente sociológico. A Sociologia, expandindo-se majoritariamente nas instituições de ensino e/ou pesquisa, passou a centrar-se no tema da mudança social. De fato, era evidente que a modernização – bastante acelerada – atravessada pelo país tornava praticamente inevitável a reflexão sobre os rumos então tomados e o caráter dos projetos de sociedade em disputa. Você aprendeu como os autores da década de 1950 e 1960 expressavam em suas interpretações do país um traço de compromisso social. Agora, você pode dizer que os autores – como intelectuais no sentido sociológico do termo – estavam a retratar o seu tempo.

Prosseguindo com a concepção sociológica de intelectuais apresentada anteriormente, cabe ressaltar que não se deve restringir uma tal avaliação aos sociólogos estritamente. Outros sujeitos estavam também retratando o período complexo, turbulento e, por que não, de esperança então vivido. Na academia e nas artes, teve lugar a construção de uma ideia de revolução brasileira ou de brasilidade revolucionária, conforme indicado por Ridenti (2000, 2010). Em síntese, a abertura democrática pós-Estado Novo estabeleceu de forma evidente uma **relação entre política e cultura**, de modo que autores e artistas – como intelectuais que são – puderam então se colocar no espaço de disputa entre os possíveis caminhos para a modernização do país. Que tipo de movimentação é possível reconhecer em um primeiro momento?

Com o fim do Estado Novo, houve a chance de reorganização do movimento negro no Brasil, cuja ascensão iniciada nos anos 1920 havia sido interrompida com o recrudescimento da Era Vargas. Tal reorganização dá-se no campo da academia e das artes – até mesmo numa colaboração entre uma e outra. O destaque, entretanto, vai para o Teatro Experimental do Negro (TEU), com sede no Rio de Janeiro e em atividade de 1944 a 1964. O TEU expressava uma reorientação no modelo de integração do negro na sociedade brasileira concebido por inúmeros ativistas – ainda que não se possa dizer que existia somente uma única visão dentro da comunidade negra. Em síntese, considera-se pela primeira vez a importância de uma identidade racial no seio de uma solidariedade internacional da

diáspora negra, um pan-africanismo; ainda, associam-se à identidade racial tanto interesses materiais quanto a cultura, de modo que, numa tríade, um elemento sustenta o outro. A arte é então caminho para a tomada de consciência da posição marginal do eu negro na sociedade ao mesmo tempo em que reitera a sua necessidade de integração e legitima a sua busca por mobilidade social. O que se tem, enfim, é a arte como meio e fim simultaneamente e o artista, aquele inserido no projeto do TEU, como o responsável não por um mero espetáculo, mas pela promoção de certos valores, uma certa visão de mundo e uma certa prática.

Se a reorganização do movimento negro por meio da arte foi notável quando à breve abertura democrática vivida no Brasil, deve-se reconhecer que um outro ator dominou o cenário artístico-intelectual dos anos 1950: o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Na verdade, é mais preciso considerar os membros do PCB e não a organização em si na medida em que a conexão entre os integrantes do partido e a linha programática defendida por este não era de forma alguma mecânica. Objetivamente, nomes de peso das artes plásticas, da música, da literatura, da dramaturgia, do cinema e da arquitetura eram filiados ao PCB nos anos 1950, como Cândido Portinari (artes plásticas), Nora Ney (música), Jorge Amado (literatura), Dias Gomes (dramaturgia), Nelson Pereira dos Santos (cinema) e Oscar Niemeyer (arquitetura). Sendo assim, o partido estava envolvido, mesmo que indiretamente, em toda a produção cultural brasileira do período. Todavia, não é possível dizer que havia uma instrumentalização dos intelectuais; tampouco se ditava inequivocamente o que havia de ser ou podia ser criado – embora casos de ingerência tenham sim ocorrido, especialmente com as figuras menos proeminentes. Para compreender o envolvimento (mais ou menos direto) do PCB com a produção cultural brasileira em questão, cabe considerar dois aspectos pertinentes ao contexto da época – e relacionados entre si. Em primeiro lugar, é preciso estar ciente da posição em que se encontravam então os intelectuais:



Em toda a América Latina, do final dos anos 1950 até a década de 1970, muitos artistas e intelectuais viveram o dilema “entre a pena e o fuzil”, isto é, uma “cisão fáustica” entre desenvolver sua ocupação específica ou participar

do processo de transformação social mais amplo, que teve seu marco decisivo com a revolução cubana, em 1959. (RIDENTI, 2007, p. 186)



Em segundo lugar, também é preciso atender-se para a importância fundamental de contatos e de apoio (financeiro, logístico, entre outros) para o próprio exercício da atividade intelectual – sobretudo aquela de cunho mais artístico e que, assim, não é imediatamente absorvida pela universidade.

Decerto é possível levantar as razões individuais de cada membro do PCB para a sua filiação. Também é possível criticar a linha programática estreita e dogmática do “Partidão”, inclusive no que tange à arte – por vezes, a comparação entre o que era pregado no programa político oficial e o que era produzido artisticamente por certos membros evidencia uma notável dissonância entre a direção e os filiados. Todavia, no início deste intervalo democrático de meio de século, o PCB era a única organização a oferecer um fórum amplo de debate político e cultural fora do Estado e da Igreja, onde se podia trocar ideias sobre o momento histórico vivido. Embora a universidade também fosse palco de debates similares, o acesso a ela era restrito, o que não acontecia com um partido baseado em associação voluntária. Ainda, o PCB possuía uma extensa rede de publicações nacionais e de contatos internacionais, o que tornava a participação no partido certamente vantajosa para os intelectuais.

Pode-se dizer, enfim, que a dominância do PCB na produção cultural brasileira nos anos 1950 era originada de um equilíbrio peculiar: de um lado, o desejo ou mesmo a ânsia de estar conectado a outros e participar dos debates sobre o destino do país; de outro lado, a existência deste espaço e desta estrutura de atuação profissional em nome do coletivo, mas que não restringia inequivocamente a atuação individual.

Se neste início do intervalo democrático pode-se ver os intelectuais relativamente “flutuando”, com contato com os processos sociais políticos, mas também resguardando suas atividades, uma situação diferente apresenta-se nos anos 1960. Com a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e o espaço gerado para as propostas de reforma de base de João Goulart, o conflito é acirrado e a necessidade de tomada de posição torna-se cada vez mais abertamente defendida.

“Todo artista tem de ir aonde o povo está”

Para prosseguir na explicação aqui apresentada, vale relembrar como era o nosso país nas décadas de 1950 e 1960. Com a modernização, o Brasil passava por um dos mais acelerados processos de urbanização, com a consolidação de uma vida e uma cultura de metrópole, aliadas a um grande (e acessível) avanço tecnológico. Com isso, as profissões diversificavam-se e a classe média aumentava; da mesma forma, o ensino expandia-se, rumo à educação superior, e os jovens tornavam-se um segmento mais significativo socialmente. As mudanças citadas não eram exclusivas do Brasil e atingiam outros países do mundo, em especial países da América Latina, da Europa e os Estados Unidos. Certamente, as novas condições objetivas não explicam sozinhas por que o clima de intenso debate político era geral. Todavia, as condições objetivas para este clima colaboram, à medida que multiplicam os atores sociais e fazem com que as contradições sociais se tornem mais evidentes. A prosperidade econômica entrava em conflito com a persistência das desigualdades sociais, revelando os limites da sociedade de consumo – incapaz de satisfazer, no fim das contas, todas as dimensões da existência individual. A vida nas cidades, com maior tecnologia, estimulava novos comportamentos, a questionarem as práticas aristocráticas e hierárquicas e em afinidade com o exercício de desobediência civil e a valorização do indivíduo. Considere o quanto a tecnologia também permitiu o contato entre áreas mais distantes, fazendo com que notícias sobre acontecimentos em outros países (tais como a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos e as guerras anticoloniais na África) chegassem aqui no Brasil, como uma espécie de inspiração. A abertura do sistema escolar, com grande número de jovens, também revelou as limitações da educação tradicional e reforçou uma postura anti-hierarquia – igualmente reproduzida, em muitos momentos, quando se tratava dos partidos tradicionais de esquerda e do modelo soviético em vigor.

No Brasil dos anos 1960, a aproximação entre arte e política fez-se então intensa e conveniente não só do ponto de vista da capacidade dos intelectuais em retratar o momento e a sociedade em que viviam, mas também pela busca por novas formas de expressão então vigente – na luta coletiva e na realização pessoal. Sendo assim, as produções e os objetos artísticos, produzidos pelos

intelectuais, passaram a funcionar mais diretamente como veículos de agitação e de propaganda, servindo para a conscientização e a instrução geral acerca dos problemas sociais, econômicos e políticos do país. Se desde os anos 1950 é possível reconhecer a existência de experiências artísticas valorizando a tarefa educativa do povo sobre o lucro (por exemplo, o Teatro Arena, de São Paulo), as experiências artísticas dos anos 1960 passam a indagar com maior vigor e profundidade a origem e as razões dos problemas políticos e socioeconômicos (por exemplo, o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes, comumente referido como CPC). O tema nacional-popular – relacionado ao projeto de país desejado, desenvolvido, desigual e autônomo – é exposto nas mais diversas e inovadoras formas – teatro de rua, novos arranjos musicais, novos recursos linguísticos, entre outros – por artistas que se entendiam como conectados ao povo, buscando elevá-lo cada vez mais.

Certamente, o período foi marcado por contradições – e vale a pena você investigar mais a fundo os atritos e as distintas visões dentro do campo progressista, aquele que encarnava os processos artísticos e políticos descritos aqui. No entanto, é momento de mencionar que o giro em direção à arte como política e à composição de intelectuais orgânicos – mesmo que, em sua origem, os intelectuais não fossem proletários ou pobres – significou também a reação mais intensa do campo conservador. Inicialmente, o golpe militar de 1964 não diminuiu o furor com que os intelectuais se colocavam na cena pública nacional; todavia, o Ato Institucional 5, o AI-5 de 1968, recrudesceu a censura e a repressão às liberdades civis e individuais, colocando em grande risco aqueles que se colocavam contra o regime. Sem dúvida, tal risco foi fator bastante relevante no declínio da participação dos intelectuais nos assuntos políticos e socioeconômicos do país e na acomodação a uma maneira mais “tradicional” de se fazer arte e conhecimento. Contudo, não foi este o único motivo. Vale sublinhar que os militares impulsionaram uma modernização conservadora no país, onde a luta contra a desigualdade social e pela autonomia nacional não eram centrais. Nas áreas de comunicação e da cultura, os militares incentivaram o desenvolvimento capitalista privado, beneficiando especialmente as grandes redes de TV, e também criaram estatais como a Funarte, a Embrafilme, entre outras que podiam absorver a produção artística nacional – paulatinamente diluindo ou isolando

seu teor contestatório. Em síntese, nos anos 1970, começa a **indústria cultural** no Brasil.



Assimile

Indústria cultural é um conceito criado pelos filósofos Theodor Adorno e Max Horkheimer, contido em seu livro de ensaios **Dialética do Esclarecimento**, publicado pela primeira vez em 1944. O termo faz parte da análise de Adorno e Horkheimer da racionalidade, aspecto central da era moderna da humanidade. A indústria cultural é um sistema – formado por rádio, televisão, cinema, entre outros – cujos elementos não podem ser considerados isoladamente. Tal sistema cultural encontra-se imerso numa totalidade, com outros ramos industriais que conformam, todos juntos, o capitalismo monopolista. Cada um deles produz um tipo respectivo de mercadoria – sendo a indústria cultural responsável por transformar a arte em “vendável”. Consequentemente, a indústria cultural faz com que os produtos artísticos sejam motivados, em sua produção, sua distribuição e seu consumo, pela possibilidade de retorno financeiro.

Com o regime militar e, no caso específico, a indústria cultural,



O fato é que a sociedade brasileira foi ganhando nova feição e a intelectualidade que combatia a ditadura aos poucos adaptava-se à nova ordem, que criava até mesmo um nicho de mercado para produtos culturais críticos, censurando seletivamente alguns deles. Universidades, jornais, rádios, televisões, agências de publicidade, empresas públicas e privadas tendiam a fornecer ótimas oportunidades a profissionais qualificados, dentre os quais se destacavam os que se consideravam de esquerda, expoentes da cultura viva do momento imediatamente anterior. (RIDENTI, 2001, p. 15)

Termina assim o modelo de intelectual progressista, de esquerda típico dos anos 1960 – engajado socialmente, dotado de um propósito para além de seu próprio interesse individual e em busca de uma conexão com as massas ou com o povo. Na verdade, a

ideia de que os intelectuais possam se apresentar coletivamente visando o desenvolvimento social do país é deixada de lado. Em seu lugar, ganha legitimidade a ideia de que o intelectual deve ser neutro, desvinculando-se de compromissos sociais em nome do amor genuíno à arte ou ao conhecimento.



Refleta

Qual concepção de intelectual mais se aproxima da sua? Você acha que um intelectual pode se desprender totalmente de uma visão de mundo e ser neutro? Quais os motivos para que não tenha havido uma nova onda de intelectuais engajados no Brasil? Seria somente influência da indústria cultural? Você acredita que a intelectualidade pode contribuir para a melhora do país?



Pesquise mais

Muitas peças, filmes e músicas hoje clássicas no Brasil foram produzidas nos anos 1960 – e mesmo no início dos anos 1970. Aqui vai uma pequena lista de obras que podem ajudá-lo a se situar no período citado e construir uma rica imagem da produção cultural e do debate social do nosso país. Não se esqueça de que a lista é somente um pequeno apanhado – a produção cultural brasileira certamente foi bem além do que é listado:

Literatura e Poesia: **Coleção Violão de Rua: Poemas para a liberdade** (vários autores) e **Quarup** (de Antonio Callado).

Teatro: **Opinião** (Oduvaldo Vianna Filho, o Vianinha, Arnaldo Costa e Paulo Pontes para o Teatro de Arena), **Vereda da salvação** (Jorge de Andrade para o Teatro Brasileiro de Comédia – TBC), **Roda Viva e Rei da Vela** (José Celso Martinez Corrêa para o Teatro Oficina), **A mais-valia vai acabar, seu Edgar** (Vianninha para o CPC).

Cinema: **5 vezes favela** (vários diretores para o CPC), **Vidas secas** (Nelson Pereira dos Santos), **Deus e o diabo na terra do sol** e **Terra em transe** (Glauber Rocha).

Artes Plásticas: **Parangolés** (Hélio Oiticica)

Música: **Caetano Veloso** (Caetano Veloso), **A Bad Donato** (João Donato), **5 Anos de Canção** (Geraldo Vandré), **Os Mutantes** (Os Mutantes), **Tropicália** (vários artistas), **Construção** (Chico Buarque de Hollanda).

Sem medo de errar

Quando você foi contratado como consultor de uma grande empresa, anos atrás, considerava-se que certos elementos de atraso minavam o potencial desta, impedindo que ela se tornasse uma das grandes empresas do mundo. Como consultor, você precisaria estudar as características e considerar os seus mais diversos aspectos da organização – inventário, máquinas, produção, mercado consumidor, relação com os investidores nacionais e estrangeiros, hierarquia e cultura interna, relações interpessoais, entre outros. O objetivo final era indicar o que poderia ser feito para que a empresa se modernizasse. Os anos de trabalho proporcionaram um conhecimento profundo da organização e, conseqüentemente, você pôde visualizar a existência de outras questões relevantes à sua dinâmica. Longe de serem tão somente curiosidades, as questões paralelas à tensão fundamental entre atraso e moderno ajudam a entender melhor a empresa. Elas podiam aparecer por vezes em relatórios, reuniões com os colegas, conversas informais do dia a dia ou, como é o caso agora, eventos especiais.

Nos preparativos para o recesso de final de ano, você, consultor da empresa, vai compartilhar informações com um grupo de artistas convidado para montar uma agenda de intervenção cultural voltada para os funcionários. O grupo demanda sua posição sobre o formato da intervenção planejada e também questiona se a empresa tem um histórico de organização de atividades culturais e como elas costumam ser recebidas. Há tempos não ocorre um evento do tipo e você precisa retomar o passado da empresa para responder ao grupo de artistas. Em sua explicação, você avalia, fundamentalmente, se é possível considerar a arte e o conhecimento para além do entretenimento e da erudição. Em seus pensamentos, você visualiza como uma intervenção cultural pode afetar as dinâmicas da empresa e, sobretudo, as relações interpessoais que ali se desenrolam.

Você expõe que, desde os seus primeiros anos trabalhando na empresa, atividades culturais tiveram espaço ali, como uma maneira de promover a reflexão sobre os aspectos da sociabilidade da empresa. Todavia, passado um período, você nota que tais atividades culturais por serem mais frequentes; mais importante, elas se tornaram mais autônomas também. Na verdade, os funcionários passaram a se auto-organizar para promover seu próprio “entretenimento”. Os mais diversos setores e departamentos da empresa “pegaram gosto” por produzir intervenções na hora do almoço, no final do expediente e mesmo no final de semana. Certos funcionários passaram a também demonstrar uma grande habilidade em sintetizar uma mensagem para os colegas e uma criatividade para tentar novidades e improvisar com os recursos encontrados ali – seja com os elementos físicos disponíveis para a produção de um artefato ou evento artístico, seja com os “recursos humanos” existentes. Conforme os encontros e os eventos aconteciam, mais unidos tornavam-se os funcionários envolvidos e mais as discussões extrapolavam a temática do entretenimento e da diversão. Os funcionários em questão criaram uma comunidade e passaram a questionar práticas, regulamentos e outros aspectos da dinâmica da empresa. Presenciando o crescimento do debate interno e temendo as consequências para o funcionamento e o lucro da empresa, o alto escalão decide suspender quaisquer atividades lúdicas ou artísticas promovidas autonomamente pelos funcionários. Atividades do tipo prosseguiram, mas agora elas eram totalmente fiscalizadas pelos patrões, que então escolhiam o que fazer e quem faria a performance – como era o caso do grupo ora convidado.

Sendo assim, você firmemente acredita que uma intervenção cultural tem um imenso poder de influência sobre as dinâmicas da empresa, de modo que é capaz de alterar as visões dos funcionários, a maneira como eles se relacionam e o que esperam em retorno de sua atividade na empresa. Em síntese, uma intervenção cultural tem um poder educativo e um grande potencial crítico e você espera que o grupo então convidado possa resgatar uma herança relativamente esquecida da empresa, mesmo que sorrateiramente, por baixo do controle exercido pelo alto escalão.

Faça valer a pena

1. “O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo salvar em si, mas pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distinto e destacado do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo” (GRAMSCI, 2006, p. 221).

Qual das alternativas abaixo caracteriza corretamente a proposta de intelectual orgânico de Antonio Gramsci? Assinale a alternativa correta.

- a) Intelectual orgânico é aquele que se associa e promove a indústria cultural.
- b) O intelectual orgânico tem uma função social, a saber: promover utopias.
- c) Intelectual orgânico é aquele que respeita a neutralidade axiológica e não se compromete com os conflitos sociais, resguardando o exercício do saber ou da arte.
- d) Intelectual orgânico é aquele intimamente associado a uma classe social e que auxilia na promoção dos seus interesses, sendo extremamente importante para que as classes dominadas rompam com a opressão das classes dominantes.
- e) O intelectual orgânico é aquele que rejeita os títulos acadêmicos.

2. “Rebeldia contra a ordem e revolução social por uma nova ordem mantinham diálogo tenso e criativo, interpenetrando-se em diferentes medidas na prática dos movimentos sociais, expressa também nas manifestações artísticas” (RIDENTI, 2003, p. 135).

Assinale a alternativa abaixo que descreve corretamente o cenário brasileiro referido na citação acima?

- a) A ditadura militar iniciada em 1964 promoveu uma politização das manifestações artísticas, algo até então inédito em nosso país.
- b) Com a abertura democrática pós-Estado Novo, durante os anos 1950 e parte dos anos 1960, estabeleceu-se de forma evidente uma relação entre política e cultura e autores e artistas contribuíram em grande medida no debate sobre o projeto de país a ser almejado e posto em prática no Brasil.
- c) Não foi possível que autores e artistas se inserissem na disputa entre os possíveis caminhos para a modernização do país na medida em que, no Brasil, não havia um espaço de atuação coletiva fora do Estado e da Igreja.

- d) Novas condições históricas, como crescente urbanização, aumento da população jovem e da classe média e acessibilidade à tecnologia, são capazes de explicar por completo o espírito de rebeldia e revolução social a marcar o Brasil dos anos 1950 e 1960.
- e) O modernismo, cuja consolidação se deu nos anos 1930, foi o primeiro movimento artístico do Brasil e apresentava um viés de rebeldia e revolução social.

3. “Concomitante à censura e à repressão política, ficaria evidente na década de 1970 a existência de um projeto modernizador em ciência, tecnologia, comunicação e cultura, atuando diretamente por meio do Estado ou incentivando o desenvolvimento capitalista privado, como no caso das redes de televisão, agências de propaganda e outros empreendimentos que davam emprego e perspectivas de carreiras às classes médias. A ditadura não deixava de oferecer uma alternativa de acomodação institucional a setores intelectuais de oposição, por exemplo, com a criação de um sólido sistema nacional de pós-graduação e de apoio à pesquisa que perdura até hoje. Buscava atender – à sua maneira, dentro da nova ordem – às reivindicações de modernização que haviam, por exemplo, levado os estudantes às ruas na década de 1960” (RIDENTI, 2007, p. 194).

Como caracterizar os esforços da ditadura militar para conter o caráter contestatário associado à intelectualidade e às manifestações artísticas do final dos anos 1960 e dos anos 1970? Assinale a alternativa correta.

- a) Coube à ditadura militar somente intensificar a repressão dos intelectuais, seja através da prisão ou do exílio.
- b) Os esforços da ditadura militar para conter a contestação expressa nas manifestações artísticas foram mínimos, porque as contradições no seio do campo progressista ou de esquerda levaram à sua própria decadência.
- c) A ditadura valeu-se somente da censura para conter o caráter contestatário associado à intelectualidade e às manifestações artísticas do final dos anos 1960 e dos anos 1970.
- d) A ditadura militar instaurou a indústria cultural no Brasil e, uma vez que a lógica de mercado se consolidou, os artistas não conseguiram se adaptar e sua produção declinou.
- e) Junto à intensificação da censura e repressão, a ditadura militar levou promoveu um mercado privado e uma estrutura estatal para as áreas de comunicação e cultura, que seguiam a lógica da indústria cultural e, logo, atenuavam o viés político das manifestações artísticas.

Seção 4.3

Democracia e autoritarismo

Diálogo aberto

A seção que você agora inicia considera dois tópicos centrais no estudo da sociedade brasileira: democracia e autoritarismo. Conforme informado ao início da presente unidade, as três últimas seções deste livro didático consideram uma série de temas relevantes para a compreensão do Brasil do ponto de vista sociológico. Em seu estudo de vários sociólogos brasileiros de diferentes gerações, você notou que a Sociologia Brasileira tem como tema central a tensão entre **arcaico** e **moderno**, na tentativa de explicar a natureza peculiar de nosso país e, eventualmente, os adequados caminhos para a transformação do mesmo. Contudo, considerar a tensão entre arcaico e moderno não significa promover uma discussão estreita ou unilateral sobre o Brasil. Ao contrário, **arcaico** e **moderno** formam uma espécie de guarda-chuva, sob o qual então se acomodam diversos tópicos a ilustrar, desdobrar ou tornar mais complexa a tensão central aqui em questão.

Se um conjunto de tópicos foram abordados por sociólogos brasileiros ao longo de quase um século de Sociologia do e no Brasil, é possível dizer, porém, que poucos deles se relacionam tão intimamente com a tensão entre arcaico e moderno como os tópicos da democracia e do autoritarismo. Desde a análise dos escritos da década de 1930, você pôde perceber, em diversos momentos, a associação entre **moderno** e **democracia**, de um lado, e **arcaico** e **autoritarismo**, de outro. Em outras palavras, a consolidação da democracia seria, aos olhos de alguns, um sinal da entrada definitiva do país na modernidade, enquanto a persistência de práticas autoritárias seria a expressão do arcaico – ou mesmo do atraso – ainda existente no país. Você concorda com essa associação? Nas páginas adiante, não se terá como objetivo responder à tal questão – a esta altura, você tem conhecimento suficiente para afirmar que a resposta depende da interpretação que cada autor tem do Brasil. No entanto, a associação é útil para indicar o foco da discussão na

seção: falar em democracia e autoritarismo é falar das realizações e dos bloqueios da sociedade brasileira, em especial no que tange ao século XX, no que concerne ao desenvolvimento das instituições políticas, à prática cível e cidadã e ao combate da exclusão e marginalização política e social.

Mais uma vez, a pequena introdução nos convida a relembrar a situação-problema capaz de ajudá-lo a compreender melhor a seção. Você, consultor de uma grande empresa, há anos vem trabalhando para que se compreenda os motivos do atraso internamente à organização e o que fazer para que ela se torne efetiva e plenamente moderna. Após décadas de serviço, inúmeras situações vivenciadas e vasto conhecimento adquirido, você julga crucial explicar como se dão as relações entre os funcionários da empresa, com destaque às relações entre aqueles em distintos níveis da hierarquia. Ao longo de seus anos de trabalho, você notou que há uma tendência à arbitrariedade nas decisões e nem sempre o trato é feito de maneira estritamente profissional. Você então procura responder: há uma relação entre o tipo de sociabilidade existente na empresa e a maneira como ela é comandada?

Em sua resposta, procure destacar a importância da estrutura organizacional da empresa na perpetuação de certas práticas.

Não pode faltar

República, a coisa pública

No Brasil, a Proclamação da República ocorreu no dia 15 de novembro de 1889, sob o comando do Marechal Deodoro da Fonseca, um monarquista que então se tornaria o primeiro presidente em um governo provisório. Se o Marechal Deodoro da Fonseca era um monarquista, o que o leva a comandar um levante que dá início à república como forma de governo? Considere que, em 1889, o então Brasil Império passava por uma crise. Como qualquer formação social e política, o Brasil Império tinha seus sustentáculos – grupos sociais e políticos a conferirem legitimidade ao governo e ao governante. Todavia, às vésperas da proclamação da república, vemos os sustentáculos do Brasil Império tremendo. A Igreja Católica, importante grupo econômico, político e cultural na formação dos reinados em todo o mundo, criticava a intervenção de Pedro II em

seus assuntos. O Exército apresentava divisões internas, com os oficiais de baixo escalão descontentes com as decisões do monarca em relação ao funcionamento das Forças Armadas, em especial sua determinação sobre o direito de manifestação dos membros de baixa patente. Os grandes proprietários de terra não viam mais razão para o apoio a D. Pedro II, pois a monarquia abolira a escravidão um ano antes e, ainda, restringia o poder de decisão sobre os rumos das políticas sociais e econômicas do país, agora cada vez mais necessário. A classe média ascendente, enfim, também aspirava maior poder de decisão, importante para a vida nas cidades.

Nascida das mãos de militares monarquistas, a república brasileira foi então o resultado de movimentações na cúpula das Forças Armadas e do rearranjo de alianças entre os representantes dos grupos sociais, econômicos e políticos dominantes da época, tendo como pano de fundo de crise do Império citado anteriormente. A Proclamação da República inaugura um traço importante na história do Brasil: a ausência dos populares nas decisões políticas do país. Conforme consta nos documentos históricos, os trabalhadores, sobretudo os mais humildes, somente observaram – atônitos – a mudança de regime político (CARVALHO, 2001). Decerto, o Brasil passou por mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais na transição entre os regimes monárquico e republicano – sobretudo a cidade do Rio de Janeiro, então capital do país. O destaque vai para o esforço ideológico de construção de heróis nacionais e símbolos republicanos com vistas a suprimir o passado monárquico recente – a nossa bandeira, com os dizeres **Ordem e Progresso**, é parte de tal esforço. Com isso, foi inevitável a expectativa de maior participação política do povo. Todavia, esta expectativa foi rapidamente frustrada na medida em que o novo governo excluiu a grande maioria da população do processo eleitoral, calando quaisquer manifestações contrárias à tal decisão. Na visão dos republicanos brasileiros do período, era preciso, mais do que tudo, estabilidade política, que por sua vez, era tomada como incompatível com a participação de negros, pobres, operários e estrangeiros. O processo eleitoral foi aberto somente às oligarquias, de modo que se perpetuou então a organização econômica do período anterior, juntamente com as mesmas formas de controle social.

O círculo vicioso gerado com a Proclamação da República – em que a minoria fazendeira dos Estados mais destacados da

Federação, de cunho fortemente oligárquico, controlava a política e a economia nacional – está na base da crise econômica e política dos anos 1930. Como você já sabe, o país passava à época por inúmeras transformações, advindas da expansão do modelo agrário-exportador baseado na cultura do café e do concomitante fortalecimento do modelo de industrialização voltada para o mercado interno. No caldo de contradições geradas com o confronto entre os dois modelos citados, Getúlio Vargas foi capaz de conduzir uma política de conciliação, centralizada no Estado. Com sua visão de estadista, Vargas conseguiu enxergar a debilidade de todos os importantes setores disputando os rumos da economia e da política no final dos anos 1920 e início dos anos 1930 – a elite agrário-cafeicultora, a elite urbano-industrial, os setores médios emergentes, o movimento tenentista. Com a quebra dos mercados externos resultante da grande crise mundial de 1929, ele pôde forçar um “desenvolvimento para dentro” e, ainda assim, controlar politicamente todos os setores importantes.

O “detalhe” é que a saída encontrada por Vargas em 1930 excluía as vias democráticas, sendo a primeira “solução ditatorial” do século XX. Durante os quinze anos do primeiro governo Vargas, as políticas macroeconômicas do presidente e sua equipe buscaram estabilizar um balanço de pagamentos instável ao mesmo tempo em que incentivavam um desenvolvimento industrial resguardado por medidas protecionistas. É neste período que se desenvolve uma série de instituições e que o aparelho estatal adquire uma robusta estrutura, capaz de elevar o Estado, enquanto agente, ao nível de árbitro efetivo entre os interesses agrícolas, industriais, dos trabalhadores e dos proprietários – em recorrente conflito. Nota-se aqui que a grande maioria da população é, mais uma vez, excluída dos processos políticos capazes de definir os rumos da nação. Certamente, o povo é um elemento crucial no primeiro governo Vargas, um de seus sustentáculos, mas continua excluído do sistema eleitoral – sobretudo com a instauração do Estado Novo em 1937. Ele, povo, conseguiu sim encontrar outros meios de inserção no sistema e de participação política, ainda que não fossem nada formais – perpetuando, então, o que se passava desde o início da República:



[...] nos primeiros anos da República, predominava um quadro em que tais segmentos, excluídos de participação política, rejeitaram a segregação que se lhes pretendiam impor e, a partir de suas manifestações, desenvolveram formas alternativas de organização vinculadas ao terreno da cultura [como o futebol, o samba e o candomblé], através da qual edificaram uma cidadania. (SOIHET, 2007, p. 290; acréscimo nosso)

Com a breve retomada das primeiras décadas da República, é possível perceber que, no Brasil, estão dissociados fenômenos que, em sua concepção clássica, são concebidos em conjunto. Em outras palavras, aqui temos um arranjo ímpar entre **liberalismo**, **democracia** e **desenvolvimento**. O caso do Brasil Império mostra que é possível uma conciliação, mesmo que restrita, entre princípios liberais (sobretudo no campo econômico) e poder monárquico. Anos mais tarde, com o primeiro governo Vargas, é possível perceber a existência de desenvolvimento sem que haja democracia. Na verdade, **democracia** tem significado indefinido, amorfo e quicá esvaziado quando o fenômeno passa a ser considerado em nosso país, ainda no século XIX, antes da abolição da escravidão e, claro, da proclamação da república. Sendo assim,



é imprescindível destacar que no início do século XX, mais precisamente até o final da década de 1920, floresceram inúmeras reflexões que serviriam de base para a problematização em torno da democracia; dentre elas, pode-se citar: a necessidade de criação de uma consciência nacional e de uma dada organização social (...), a crítica ao liberalismo no Brasil que se confundia com o caudilhismo local ou providencial (...) e a insistência de que a elite estaria incumbida de realizar um grande projeto devido à sua superioridade racial (...).

Nos anos [19]20, as discussões sobre as tendências políticas, étnicas e sociais trazem para o plano político debates a respeito de: centralização, unidade nacional, democracia, etc., tendo como pano de fundo a problemática da identidade cultural.

Na segunda década do século XX tem início um período nacionalista. A questão étnica foi largamente destacada como fator importante na fundação de um país cultural e politicamente diverso. A criação de uma consciência nacional, tema fundamental nas discussões da segunda década deste século, ligava-se à necessidade de alcançar uma dada organização social e política. (REZENDE, 1996, p. 31-32; acréscimo nosso)



Os debates sobre democracia prosseguem nos anos 1930 e 1940 sob a égide do Estado Novo de Getúlio Vargas, mencionado anteriormente. As linhas gerais dos debates sobre democracia deste período da história brasileira são conhecidas por você, que estudou a Geração de 1930, responsável pela introdução de uma perspectiva sociológica no Brasil. No momento, o importante é considerar que os debates sobre democracia devem levar em conta os contornos da cidadania.



Assimile

A democracia é uma forma de governo em que a maioria elege seus representantes. Sendo assim, ela supõe a existência de sujeitos dotados da capacidade de e das ferramentas para a participação na sociedade; em outras palavras, ela supõe a existência de cidadãos.

Cidadania é o exercício de **direitos e deveres** civis, políticos e sociais, então estabelecidos nas leis de um dado país, em especial na sua Constituição. Direitos e deveres estão interligados na concepção de cidadania, de modo que o respeito e a prática dos mesmos contribuem para uma melhor organização social e política.

Com a República, florescia no Brasil um conjunto de concepções de cidadania – considere que o conteúdo dos direitos e deveres, a identidade dos sujeitos vistos como capazes de participar da esfera pública e a maneira como a cidadania é então “aplicada” variam de lugar para lugar e também historicamente. Com o fim do poder imperial, as várias concepções de cidadania então entraram em disputa para definir os contornos da democracia brasileira.

Com base na exposição até aqui, é fácil perceber que, no Brasil, a República significou a ampliação de direitos civis e, em certos momentos, sociais, mas não incluía a ampliação geral dos direitos políticos, na medida em que havia inúmeras barreiras ao voto a serem enfrentadas pela maioria da população. Ao povo, restaram as formas de manifestação socioculturais, ainda que estas também fossem dificultadas na prática do dia a dia – não é à toa que, ao longo da história, atividades como futebol, samba e candomblé foram formas de resistência da população mais pobre, que através delas reafirmavam sua existência coletiva.



Exemplificando

Um conjunto de concepções de cidadania existe porque, ao longo da história, a ideia de cidadania esteve perpassada por dois questionamentos centrais: o que significa ser cidadão e quem pode ser cidadão. Sendo assim, há uma necessária mutabilidade da ideia, influenciada por aspectos práticos (interesses dos grupos dominantes, capacidade de resistência ou ação coletiva dos grupos dominados, desenvolvimento das instituições públicas, entre outros) e simbólicos (construção de uma identidade coletiva/nacional, criação de um consenso ou justificativa ideológica, entre outros). Não há um modelo fixo, universal e imutável de cidadania e é por isso que a garantia e/ou o exercício de determinados direitos não pressupõe necessariamente o gozo de outros direitos. No Brasil, o início da República e a ampliação dos direitos civis, em um primeiro momento, e, posteriormente, dos direitos sociais significava a garantia da liberdade de pensamento, reunião, profissão, propriedade, bem-estar social e econômico (através de direitos trabalhistas, por exemplo), mas não englobava a universal garantia ao voto, à organização política e acesso às instituições de autoridade pública – estes últimos relativos ao âmbito dos direitos políticos.

O Estado Novo, como uma ditadura, aprofundou uma concepção de cidadania cujos direitos políticos são cerceados – embora tenha sido uma organização política complexa e contraditória, responsável, por exemplo, pela ampliação dos direitos sociais, sobretudo dos mais pobres. Por conseguinte, reforçou a visão de que, aos mais pobres, aos excluídos, cabe a

participação na esfera pública não através da organização de seus interesses, coletivamente, mas através do contato com a máquina estatal, capaz de fornecer a eles suas necessidades mais básicas – mas sem deixar-se por eles inserir.

Um novo ciclo ditatorial e democracia, enfim. Será?

A desagregação do getulismo foi pacífica e contou com a atuação de um ator extremamente relevante: as Forças Armadas. É importante colocar que o exército foi fundamental durante o primeiro governo Vargas: sem ele, não seria possível a ascensão do presidente ao poder e nem a virada de 1937, a dar início ao Estado Novo de fato. Sem mais contar com as Forças Armadas como sustentáculo de seu governo, Vargas teve dificuldades para enfrentar as mudanças do pós-guerra, em 1945, quando a crítica ao desenvolvimento segundo o nacional-estatismo ganha mais força – internamente ao país e também externamente, com a pressão de países parceiros do Brasil, sobretudo no comércio.

Você aprendeu anteriormente que o Brasil prossegue na jornada de desenvolvimento econômico durante os anos 1940 e 1950 – na verdade, o Brasil foi um dos países que mais cresceram de 1929 a 1987. O crescimento ao longo de grande parte do século XX comprova, mais uma vez, que a conexão entre liberalismo, democracia e desenvolvimento não é unívoca. Dito de outro modo, durante o século XX, o Brasil passou por dois períodos caracterizados como autoritários: o primeiro governo Vargas (1930-1945), tratado até aqui, e o regime militar (1964-1985, sendo que alguns autores dizem ser possível estendê-lo até 1989, com o fim da transição democrática).

Os militares sempre tiveram peso na história da República – a qual foi por eles fundada. Até o golpe de 1964, as Forças Armadas sempre agiram de forma a proporcionarem “cobertura” aos governos eleitos e, quando iam contra os mesmos, o faziam em apoio a um grupo opositor a pleitear o poder por outras vias. Nunca foram, porém, um grupo homogêneo, o que fica bastante claro durante o período de 1945 a 1964 – isto é, o período entre os dois períodos formalmente autoritários do Brasil do século XX. Considere que, após o governo Dutra, Getúlio Vargas volta à presidência – agora por meio do voto popular. Com isso,



A partir de 1950, com a perspectiva da volta de Vargas ao poder, o verdadeiro pomo da discórdia [dentro das Forças Armadas] passou a ser a política de mobilização popular inerente à política trabalhista. Nesse sentido, o processo de divisões militares dos anos [19]50 deu continuidade às divisões civis-militares presentes o cenário nacional desde os últimos tempos do Estado Novo. (MARTINS FILHO, 2003, p. 113; acréscimos nossos)

Em meados do século XX, durante a breve experiência democrática brasileira, a nossa República passou por três grandes crises políticas: em 1954, com o suicídio de Getúlio Vargas; em 1955, com a eleição de Juscelino Kubitschek; em 1961, enfim, com a renúncia de Jânio Quadros, levando à posse de seu vice, João Goulart. Em todos os momentos citados, a ameaça de intervenção por parte dos militares era real, sendo, por vezes, abertamente considerada e planejada. Se uma intervenção não ocorreu nas três ocasiões mencionadas, foi por conta de uma combinação de importantes fatores, dentre os quais a falta de coesão internamente às Forças Armadas é decerto um deles. O governo João Goulart sempre esteve, desde o início, à sombra de um golpe. Frente aos fracassos anteriores, o golpe de 1964 aparece como um movimento institucional das Forças Armadas – isto é, o golpe expressa a unidade de Exército, Marinha e Aeronáutica no plano político. É importante ressaltar que tal unidade não exclui a existência de dissidentes, frações das Forças Armadas ainda leais à institucionalidade e ao então presidente, e nem significa que setores civis não colaboraram com o golpe encabeçado pelos militares.

Na literatura, não existe consenso em relação ao grau de autonomia política dos militares enquanto atores sociais e políticos; também não há consenso em relação à caracterização do governo João Goulart. Todavia, existe consenso em relação a dois aspectos. O primeiro deles diz respeito à singularidade ideológica dos militares enquanto atores sociais e políticos à época: com a derrota do movimento tenentista, no final dos anos 1920, é patente que as Forças Armadas são hegemônicas por uma espécie de elitismo político. Em outras palavras, a visão dominante dentro do conjunto dos militares de então é a de que não é possível deixar ao povo as decisões sobre os rumos do país. O segundo consenso diz respeito ao grau de

mobilização social existente durante a experiência democrática, sobretudo no governo João Goulart – sem precedentes na história do país até então. A combinação dos dois elementos esclarece o sentido da ruptura institucional de 1964: o golpe procurava impedir o alargamento da democracia brasileira, então ensaiado através da realização das reformas de base (fonte de maiores direitos sociais) e por meio da pressão e da organização popular (reivindicação, no plano prático, de direitos políticos até então tão deixados de lado ou minimizados por parte dos governantes).

Formalmente, o regime militar durou 21 anos, com a transição para o regime democrático iniciando-se em 1974. A saída da ditadura foi decidida e guiada pelos militares – embora, conforme é citado adiante, a pressão popular tenha sido sim importante e tenha solapado o controle completo que os militares planejaram reter até o final da transição. Uma transição “lenta, gradual e segura” – como a brasileira, com o gradual relaxamento dos controles políticos sobre a sociedade civil – indica que é possível uma transição democrática sem a derrubada do regime autoritário. Em 1966, os militares instituíram votações para o legislativo estadual e federal, divididas entre “situação” (Arena) e “oposição” (MDB) e “o que deveria ser apenas uma fachada liberal para o regime ditatorial converteu-se num poderoso elemento de dinamização do programa de transição, em especial no início dos anos 1980” (CODATO, 2005, p. 95) – aos poucos, a oposição/MDB ia abocanhando as eleições legislativas, tanto no nível estadual quanto no nível nacional. Os militares estabeleceram as “regras do jogo” enquanto o empresariado nacional e, posteriormente, as camadas médias e os trabalhadores tentavam seus lances. Quanto mais se deterioravam as condições econômicas, mais era possível à oposição, em sentido amplo, ensaiar novas jogadas e perceber a reação dos “árbitros” militares, cada vez mais em desvantagem. É importante considerar que as eleições indiretas para o primeiro presidente civil ocorreram somente em 1985 e, no longo processo de transição, o MDB manteve-se afastado dos movimentos populares. Aos trabalhadores e setores menos abastados das camadas médias, coube a organização em sindicatos, comunidades eclesiais de base e movimentos camponeses a partir da metade dos anos 1970, seguindo ao longo da crucial década de 1980. Sendo assim, é possível dizer que a dinâmica no universo das elites

estabeleceu o conteúdo da transição e a dinâmica das pressões da sociedade civil (na figura das camadas médias e populares) impôs o ritmo das mudanças.

Uma transição negociada pelas elites não deixa de ser a reiteração de um passado caro às massas brasileiras – um passado em que o povo não era e nem poderia ser o protagonista dos rumos da nação. Tal negociação deixou marcas em nossa formação social contemporânea, influenciando os caminhos do país no final do século XX e início do século XXI – e é possível enumerar três aspectos a ilustrarem muito bem tal afirmação. Em primeiro lugar, é clara a presença de figuras autoritárias no aparelho de Estado brasileiro e nas instituições públicas, de modo que houve a permanência de núcleos de poder específicos no Estado brasileiro, refratários ao controle popular. Em segundo lugar, a Constituição de 1988 deu lugar a um sistema político em que há



[...] o presidencialismo como forma de governo, o federalismo como a fórmula de relação entre o Estado central e as unidades subnacionais (...), a coalizão política como a fórmula de governabilidade (...), tudo isso apoiado sobre um sistema partidário fragmentado (...), pouco institucionalizado e demasiadamente regionalizado (...). Essa combinação institucional – ou, para alguns, essa *deformação institucional* – conduziu no final das contas o processo de transição para o seguinte ponto: uma democracia eleitoral, um Executivo imperial e um regime congressional que atua ora como colaborador, ora como sabotador das iniciativas do Presidente, ator central do sistema político. (CODATO, 2005, p. 84-85; grifo da edição original)

Conjugando traços dissonantes, o sistema político brasileiro criado com a redemocratização é complicado, instável e tende a ser impermeável ao povo. Em terceiro lugar, por fim, tivemos no Brasil a implementação de inúmeras reformas no campo econômico, as chamadas reformas neoliberais, sem que houvesse reforma política e reforma do Estado brasileiro. Com isso, mudanças relevantes na dinâmica da sociedade brasileira – como a privatização de certos serviços essenciais – foram decididas sem que se garantisse, antes de tudo, a possibilidade de organização efetiva dos grupos sociais em disputa.

Em síntese, o final do século XX, após dois ciclos de regimes autoritários, não significou uma mudança qualitativa na cultura política brasileira, em meio a qual a democracia tem somente um caráter restrito, de voto, e não é veículo para o combate da exclusão social.



Refleta

Com base nos seus conhecimentos do Brasil do século XXI, como você caracteriza a ideia de cidadania hoje vigente no país? Os brasileiros têm os seus direitos civis, sociais e políticos garantidos? Como pensar a participação popular hoje?



Pesquise mais

Com a redemocratização de 1985, o Brasil vive atualmente o mais longo período democrático de sua história, com a chamada Nova República. Para um retrato da dinâmica da transição democrática e dos processos relacionados à Assembleia Nacional Constituinte, vale a pena assistir ao documentário 1985 – 30 anos de democracia, produzido pela TV Univesp. (Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fIZ5uUBQyOc>>. Acesso em: 20 ago. 2018).

Sem medo de errar

Há anos, você é consultor de uma grande empresa e, inicialmente, você foi contratado para descobrir o que poderia ser feito para que esta empresa se modernizasse. Na verdade, considerava-se que certos elementos de atraso minavam o potencial desta, impedindo que ela se tornasse uma das grandes empresas do mundo. Como consultor, você analisou inúmeras características e considerou os mais diversos aspectos relativos à organização – inventário, máquinas, produção, mercado consumidor, relação com os investidores nacionais e estrangeiros, hierarquia e cultura interna, relações interpessoais, entre outros. Pode-se dizer que, hoje, você é um dos que mais conhece a empresa. Sendo assim, salta aos seus olhos as relações entre os seus funcionários, com destaque às relações entre aqueles em

distintos níveis da hierarquia. Ao longo de seus anos de trabalho, você notou que há uma tendência à arbitrariedade nas decisões e nem sempre o trato é feito de maneira estritamente profissional. Longe de ser somente um detalhe ou uma curiosidade, em separado do tema atraso vs. moderno, a tendência à arbitrariedade auxilia a melhor maneira visualizar a dinâmica da empresa. Você então procura responder: há uma relação entre o tipo de sociabilidade existente na empresa e a maneira como ela é comandada?

Para entender as relações entre os funcionários, sobretudo quando tais relações dizem respeito a distintos níveis hierárquicos, é preciso considerar, em primeiro lugar, a formação da empresa. Ali, sedimentaram-se não só as bases de sua acumulação – a maneira como a empresa produz e como gera lucro; sedimentaram-se também as bases da interpessoalidade e as regras a estabelecerem como os contratos serão cumpridos. Desde o início, a empresa foi marcada por uma centralidade nas decisões, de modo que os funcionários de baixo e médio escalão foram excluídos de quaisquer debates importantes em relação às dinâmicas da empresa – não opinavam sobre mudanças no processo de trabalho, mesmo quando este dizia respeito diretamente às suas atividades; não opinavam sobre distribuição de tarefas, mesmo aquelas relativas ao seu próprio setor; não opinavam em relação ao que fazer em momentos de bonança ou dificuldade; assim por diante. O regulamento interno nunca facilitou a participação dos diversos quadros da empresa, de modo que funcionários do médio e baixo escalão não desenvolveram uma cultura de diálogo – sedimentando-se, entre eles, a visão de que a empresa era o local em que ganhavam seu sustento e não um local onde se podia promover maiores vivências. Funcionários do alto escalão, em contrapartida, desenvolveram posturas unilaterais e passaram a enxergar com desconfiança qualquer movimentação ou organização autônoma dos outros setores e departamentos.

É possível dizer, portanto, que a tendência à arbitrariedade é um produto do modo como se organiza a empresa. Sem dúvida, a arbitrariedade nem sempre se traduz em autoritarismo completo; no entanto, ela prevalece na medida em que não há mecanismos de controle e canais de participação mesclados ao cotidiano da empresa.

Faça valer a pena

1. Leia atentamente o excerto a seguir extraído do livro *Os bestializados*, de José Murilo de Carvalho.

“O Estado aparece como algo a que se recorre, como algo necessário e útil, mas que permanece fora do controle, externo ao cidadão” (CARVALHO, 2001, p. 146).

Qual das alternativas abaixo caracteriza corretamente o desenvolvimento da cidadania no Brasil?

- a) Desde a proclamação da república, a cidadania no Brasil é inspirada no modelo liberal.
- b) No Brasil, a República significou a ampliação de direitos civis e, posteriormente, de direitos sociais, mas não incluiu a ampliação geral dos direitos políticos.
- c) A construção e a consolidação da cidadania no Brasil são frutos da mobilização popular.
- d) No Brasil, o exercício da cidadania revela o equilíbrio entre deveres e direitos civis, sociais e políticos.
- e) O Brasil não conseguiu universalizar a condição de cidadãos a todos os indivíduos.

2. “O golpe [de 1964] estancou um rico e amplo debate político, ideológico e cultural que se processava em órgãos governamentais, partidos políticos, associações de classe, entidades culturais, revistas especializadas (ou não), jornais etc. Assim, nos anos [19]60, conservadores, liberais, nacionalistas, socialistas e comunistas formulavam publicamente suas propostas e se mobilizavam politicamente em defesa de seus projetos sociais e econômicos” (TOLEDO, 2004, p. 18; acréscimos nossos).

Como explicar a efetivação do golpe de Estado em 1964? Assinale a alternativa correta.

- a) Um golpe de Estado ocorreu em 1964 devido à inabilidade política do então presidente João Goulart.
- b) Um golpe de Estado ocorreu em 1964 porque as Forças Armadas tornaram-se demasiadamente conservadoras.

- c) Um golpe de Estado ocorreu em 1964 devido ao desgaste das políticas trabalhistas, nascidas no primeiro governo Vargas e estendidas pelos presidentes Juscelino Kubitscheck e João Goulart.
- d) Um golpe de Estado ocorreu em 1964 para impedir o alargamento da democracia brasileira e conter, de modo conservador, o acirramento da luta de classes no período.
- e) Um golpe de Estado ocorreu em 1964 por conta da desordem econômica, social e política que reinava no país.

3. “Desconheço a existência de democracia que atribua às Forças Armadas, mais especificamente ao Batalhão da Guarda da Presidência (1500 homens) e ao Regimento de Cavalaria da Guarda (1300 homens), a função de fazer a segurança pessoal do presidente e vice-presidente da República, e respectivos familiares. Para tomar conta da fazenda da família [do presidente Fernando Henrique] Cardoso, o Exército torna disponíveis 2000 homens, tanques blindados, carros de combate e helicópteros de transporte. Este contingente está em alerta permanente (...). Ressalte-se que até o general Pinochet entregou sua proteção, bem como a do Palácio La Moneda, a uma força policial: os Carabineros. O general Hugo Banzer, eleito presidente da Bolívia em 1997, por sua vez, afastou a polícia e colocou uma força castrense para fazer a segurança presidencial” (ZAUERUCHA, 2001, p. 81; acréscimo nosso).

Qual das alternativas abaixo caracteriza corretamente a transição democrática brasileira?

- a) Com uma transição “lenta, gradual e segura”, o Brasil garantiu uma sólida redemocratização.
- b) A transição democrática brasileira deslançou em função da revolta popular contra o regime militar.
- c) “Lenta, gradual e segura”, a transição democrática brasileira foi marcada pela influência dos militares, que negociaram o processo com as elites nacionais.
- d) A transição democrática brasileira levou à construção de um sistema político bastante participativo.
- e) A transição democrática brasileira ruiu na medida em que o presidente indiretamente eleito não pôde assumir.

Referências

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- BARBOSA, Muryatan Santana. Guerreiro Ramos: o personalismo negro. **Tempo Social**, v. 18, n. 2, p. 217-228, 2006.
- BRASIL JR., Antonio. A reinvenção da sociologia da modernização: Luiz Costa Pinto e Florestan Fernandes (1950-1970). **Trabalho, Educação, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 229-249, 2013.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 83-106, 2005.
- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. **O negro no Rio de Janeiro**: relações de raça numa sociedade em mudança. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal, 48. ed. São Paulo: Global, 2003.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, v. 2: os intelectuais, princípio educativo, jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 54, p. 147-156, 1999.
- _____. Intelectuais negros e formas de integração nacional. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, 2004.
- HEREEN, John. Karl Mannheim and the intellectual elite. **The British Journal of Sociology**, Inglaterra, v. 22, n. 1, p. 1-15, 1971.
- HOUAIS, Antônio; VILAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houais da língua portuguesa**. 3. rev. e aum. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- IANNI, Octavio. Dialética das relações raciais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 21-30, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos. **Agência IBGE Notícias**, nov. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE mostra as cores da desigualdade. **Agência IBGE Notícias**, maio 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano, volume 2: O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**: introdução à sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano, volume 3: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

REZENDE, Maria José. A democracia no Brasil: um confronto entre as principais perspectivas teóricas na primeira metade do século XX. **Revista Mediações**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 29-39, 1996.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**: artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. Intelectuais e romantismo revolucionário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 13-19, 2001.

_____. Intelectuais e artistas brasileiros nos anos 1960/1970: "entre a pena e o fuzil". **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 185-195, 2007.

_____. **Brasilidade revolucionária**: um século de cultura e política. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Espetáculo da miscigenação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 20, p. 137-152, 1994.

SCHWARCZ, Lília Moritz. A questão racial brasileira vista por três professores: Florestan Fernandes, João Baptista Borges Pereira, Oracy Nogueira. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 168-179, 2005-2006.

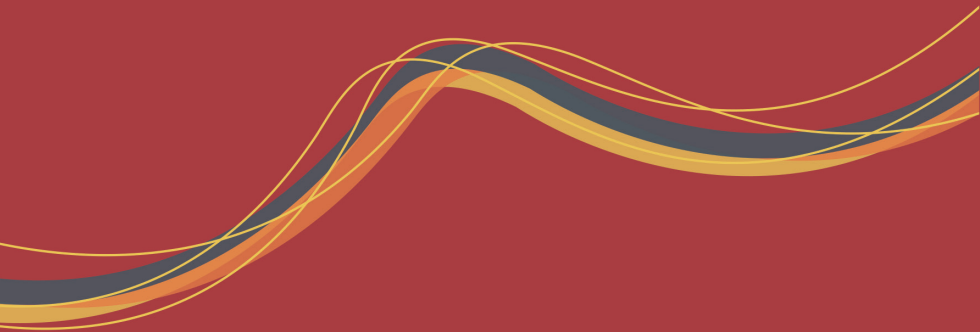
SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Modernismo brasileiro: entre a consagração e a contestação. **Perspective**, França, v. 2, 2013.

SOHEIT, Rachel. O povo na rua: manifestações culturais como expressão de cidadania. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano, volume 2: O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

THOMAZ, Omar Ribeiro. Uma retórica luso-tropical. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 mar. 2000. Mais!

TOLEDO, Caio Navarro de. Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-48, 2004.

ZAVERUCHA, Jorge. Poder Militar entre o autoritarismo e a democracia. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 76-83, 2001.



ISBN 978-85-522-1178-5



9 788552 211785 >